

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EDUARDO MATTOS CARDOSO**

**A INVENÇÃO DE TORRES: DO BALNEÁRIO PICORAL À CRIAÇÃO DA  
SOCIEDADE AMIGOS DA PRAIA DE TORRES –SAPT (1910-1950)**

**São Leopoldo**

**2008**

**EDUARDO MATTOS CARDOSO**

**A INVENÇÃO DE TORRES: DO BALNEÁRIO PICORAL À CRIAÇÃO DA  
SOCIEDADE AMIGOS DA PRAIA DE TORRES –SAPT (1910-1950)**

**Dissertação de Mestrado em História apresentada á  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em História. Área de concentração:  
Imigração e Colonização na América Latina.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos**

**São Leopoldo**

**2008**

- C268i Cardoso, Eduardo Mattos.  
A invenção de Torres : do Balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres - SAPT (1910-1950) / Eduardo Mattos Cardoso ; orientador Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos. – São Leopoldo, 2008.  
146 f.: il. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.
1. Torres – Rio Grande do Sul. 2. Elite porto-alegrense. 3. História regional. 4. Sociabilidade. I. Ramos, Eloísa Helena Capovilla da Luz, orient.  
II. Título.

CDU 981.65

*Dedico esta Dissertação aos  
torrenses Jacir Nunes Cardoso,  
Dirma Mattos Cardoso e  
Eliandra Silva Model.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a professora Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos pela orientação desta pesquisa; pelo entusiasmo acerca da temática trabalhada; pelas observações e sugestões pertinentes e pela amizade. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, através do Programa de Pós-Graduação em História, pela bolsa de estudo, mesmo que parcial, sem a qual seria impossível o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas mestrandos e doutorandos do programa nos anos e 2006 a 2008, agradeço pelos bate papos, incentivo, dicas e interesse. Aos professores um agradecimento pela nobre profissão, que sempre nos engrandece.

Agradeço aos amigos, ou como diria um deles, *interlocutores*, Tiago César da Universidade de Córdoba/Espanha, Carlos Bartel e Marcos Concensa, primeiro pela amizade, independente da distância e depois pela ajuda, críticas e sugestões; e aos amigos Leandro, Elmara, Lúcia.

Agradeço a minha família, em especial a meu pai Jacir e minha mãe Dirma pelo carinho. E a Eliandra por tudo.

## RESUMO

Esta pesquisa identifica e analisa os fatores que condicionaram as transformações referentes a organização social, cultural, econômica e espacial, pelas quais passou o município de Torres, entre as décadas de 1910 e 1950, principal balneário de destino da elite porto-alegrense, através dos diferentes recursos simbólicos que os grupos sociais estabelecem com o espaço da praia. Para isso, descreve a elevação do cenário a partir do olhar do viajante durante séculos, pois a invenção da praia de Torres parte de suas belezas naturais e localização geográfica, paralelo a transformação do litoral em praia, que ao seguir o modelo europeu, percebe a praia primeiro como espaço terapêutico e depois como local destinado ao lazer e a distinção social, proporcionados pelos tempos livres. É a construção de um novo olhar sobre a praia, a invenção social da natureza através da interpenetração entre natureza e cultura (e sua apropriação) que resultará em poder social e que vai dar a praia de Torres outros significados a partir das relações com aspectos característicos da modernidade e civilidade à brasileira do período bem como define dois grupos sociais distintos, veranistas e torrenses, e o surgimento de novos espaços e formas de sociabilidade oriundas do encontro entre ambos os grupos e, posteriormente, identificando os espaços sociais privativos da elite porto-alegrense. A presente pesquisa se vale, metodologicamente, além do ecletismo teórico e da perspectiva cultural, de diferentes tipos de fontes de pesquisa: bibliográficas, jornalísticas, documentais e imagens.

Palavras-chave: Torres. Praia. Elite porto-alegrense. Distinção social. Sociabilidade

## ABSTRACT

This research identifies and analyzes the factors that conditioned social, cultural, economic and spatial organization transformations occurred from the 1910 to the 1950 decades in Torres, Porto Alegre elite members' main beach resort. This analysis focuses on the different symbolic resources established by the social groups within the beach space. A description of the scenario elevation is made by considering the traveler's view along the centuries – since the invention of the Torres beach starts from its natural beauties and geographic location and parallels to the transformation of the coast in a beach that follows the European model, which considers the beach firstly as a therapeutic space and then as a leisure and social distinction place provided by the free times. It is the establishment of a new view regarding the beach, the social invention of nature through the interpenetration between nature and culture (and its appropriation) which will result in social power. Besides, it will give Torres beach other meanings based on the social relations – which present characteristic aspects of modernity and Brazilian civility of that time –, as well as it will define two social distinct groups, the vacationers and the *torrenses* (Torres inhabitants). It will also show the rising of new spaces and sociability ways generated in the meeting between both the groups. Finally, it will identify the *porto-alegrense* elite's private social spaces. The present research employs a methodological approach based on theoretical eclecticism and cultural perspective, and presents a variety of research sources: bibliographic, journalistic, documental and pictorial.

Keywords: Torres. Beach. Porto Alegre elite. Social Distinction. Sociability.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A entrada pelo Norte: rio Mampituba, segundo Debret s/d. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 2 - Uma nesga verde na aridez sem cor: Torres, segundo Debret s/d. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 3 – Herrmann Rudolf Wendroth. Figura 120, fl. 46. Penedos de Torres (fim da província de São Pedro do Rio Grande do Sul). Álbum de aquarelas e desenhos de cenas de viagem, vistas, tipos e costumes do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul. Petrópolis: Rio de Janeiro. Arquivo da Casa Imperial do Brasil, catálogo C, nº. 218. 1852.

Figura 4 - Pescadores de Tramandaí. ROQUETTE-PINTO, E. Relatório da Excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

Figura 5 - Torres. Praia Grande, final década de 1930. Revista A Gaivota. Ano XI, Número 11. Revista literária e ilustrada das praias balneárias. Direção de João M. Castello, temporada de 1939.

Figura 6 - Praia da Guarita. Exótico, intocável e aprazível local de passeios. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 7 - Protásio Alves e familiares em Torres. dec. de 1920. CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

Figura 8 - Torres, 1919. As famílias Sassi e Galló costumavam receber amigos em Torres. Zero Hora.18.11.07

Figura 9 - Comerciante José Dal Prá e família na praia de Torres. déc. 1930. Zero Hora. 18.11.07

Figura 10 - Chalet de Protásio Alves. Década de 1920. CAMPOS; D'AZEVEDO, op. cit., 2005.

Figura 11 - Rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, década de 1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 12 – Rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, década de 1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.



Figura 13 - Rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, década de 1950. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 14 - Protásio Alves e familiares junto às rochas a beira mar de Torres, década de 1920. CAMPOS; D'AZEVEDO, op. cit., 2005.

Figura 15 - Pharol Hotel, rua (atual) José A. Picoral. 1930. Menino torrense descalço, roupa simples, chapéu de palha: representação dos incivilizados. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 16 - Salão/Refeitório do Balneário Picoral. 1920-1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 17 – O Banho de mar não é mais apenas terapia. Em 1º plano Maria Leite Costa e Maria Helena Souza Gomes. No fundo aparece o bar abrigo da praia, 1ª construção da SAPT. Memórias da SAPT, 1996, p. 45. Museu Três Torres – SAPT.

Figura 18 - Vida Balnear na praia de Torres, 1942. COUTO E SILVA, Morescy (Major). Rio Grande do Sul – Imagem da Terra Gaúcha. Porto Alegre: Editora Cosmos, 1942.

Figura 19 -Igreja São Domingos, década de 1950. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 20 – Casa da S<sup>a</sup> Heloísa de Sampaio Chaves Barcelos, mãe de Waldemar Chaves Barcelos. Nela diariamente se acumulavam pessoas pobres para receber donativos em dinheiro e alimento. Uma das duas primeiras casas de alvenaria construídas em Torres por veranistas. Memórias da SAPT, 1996, p. 36.

Figura 21 - Sede do Balneário Picoral. 1920-1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 22 - Vista aérea do Quadrado. Eram os Chalets usados como dormitórios, entre outros pelo Hotel Picoral. 1920-1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres

Figura 23 – Correio do Povo. 11 de novembro de 1918. Acervo particular do autor.

Figura 24 – Torres década de 1950 – destacando-se a admirável iniciativa: O Edifício da Sociedade Amigos da Praia de Torres. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 25 – Rua Carlos Flores, depois José Antônio Picoral. 1913. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 26 – Pharol Hotel, Rua Carlos Flores, 1929. Cartão postal em comemoração aos 50 anos. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 27 – Anúncio do Pharol Hotel. Correio do Povo. 1936. Acervo particular do autor.

Figura 28 – Anexo do Pharol Hotel, rua Carlos Flores, 1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 29 – Hotel Sartori, rua Carlos Flores 1930-1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Figura 30 – Cruzeiro Hotel, Carlos Flores 1930-1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS

APMT – Arquivo da Prefeitura Municipal de Torres

LNRS – Litoral Norte do Rio Grande do Sul

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS

RS – Rio Grande do Sul.

SAPT – Sociedade dos Amigos da Praia de Torres

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS

ULBRA/Torres – Universidade Luterana do Brasil. Torres/RS

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	06
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	09
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	12
<b>1. A HISTÓRIA DE TORRES A PARTIR DO OLHAR DO VIAJANTE: APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO</b> .....	24
1.1. Diferentes olhares sobre Torres: os viajantes como fontes .....	24
1.2. Um olhar sobre a paisagem a beira mar .....	26
1.3. Um olhar mais aguçado espia o interior do Município .....	30
<b>2. A TRANSFORMAÇÃO DO LITORAL EM PRAIA: UM NOVO OLHAR SOBRE A NATUREZA E OS TEMPOS LIVRES</b> .....	40
2.1. O mar: de ambiente terapêutico a espaço de lazer .....	40
2.2. A invenção social da natureza como poder social.....	45
2.3. Os significados da praia .....	51
2.4. A construção de um novo olhar [sobre a natureza marítima].....	54
<b>3. A INVENÇÃO DE TORRES</b> .....	57
3.1. A <i>descoberta</i> de Torres e os <i>primeiros</i> veranistas .....	57
3.2. A modernidade e a invenção da praia .....	59
3.3. A dinâmica da <i>civilização</i> em Torres .....	68
3.4. O prazer a beira mar .....	83
<b>4. A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NA PRAIA DE TORRES</b> ..	89
4.1. Veranistas e torrenses e as <i>novas</i> sociabilidades .....	89
4.2. O Balneário Picoral.....	99
4.3. Transformação do Hotel Picoral em Sociedade dos Amigos da Praia de Torres – SAPT ...	112
4.4. Ampliando a área de lazer e sociabilidade .....	116

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>ACERVOS E LOCAIS DE PESQUISA</b> .....	125
<b>FONTES DE PESQUISA</b> .....	126
<b>ANEXOS</b> .....	136

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A intenção deste estudo é tentar perceber o modo como em determinados contextos históricos e em face de situações definidas de uma forma global, os atores sociais mobilizam diferentes recursos simbólicos na relação que estabelecem com o espaço da praia.

Os grupos sociais em seus espaços, quaisquer que sejam, se organizam socialmente por meio de múltiplos critérios, entre os quais costumes, tradições, subsistência, etnias, memórias, etc., que, por sua vez se relacionam de diferentes formas.

A partir dessa perspectiva, esses grupos constroem e (re) significam sua (s) identidade (s), suas relações e sua história. Nesse sentido, identificar e analisar (dentro do limite das fontes) os fatores que condicionaram as transformações referentes à organização social, cultural, econômica e espacial, pelas quais passou o município de Torres/RS, principal balneário de destino da *elite porto-alegrense*<sup>1</sup>, entre as décadas de 1910 e 1950 é o objetivo central desta pesquisa<sup>2</sup>, pois esses desdobramentos acarretaram mudanças significativas das características tanto do município estudado, quanto do Litoral Norte como um todo.

Para compreendermos essa transformação foi necessário fazermos uma breve retrospectiva histórica onde mencionamos que a partir do século XVIII, aristocratas europeus criaram o hábito de, em certas épocas do ano, mudar-se temporariamente para fora dos centros

---

<sup>1</sup> Elite é entendida aqui como “um termo empregado em sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o *topo* de *estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos*. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, *os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações*. HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 7.

<sup>2</sup> “Chamamos de perspectiva quantitativa e evolutiva aquele tipo de abordagem sem qualquer outro compromisso teórico maior, empenhada na descrição da história de uma cidade, retraçando a sua evolução, arrolando dados nomes, retraçando seu crescimento e sua evolução urbanística. Informativas, tais histórias de cidade não estabelecem reflexões maiores sobre o fenômeno da urbanização em si... [...] O que cabe destacar é a abordagem introduzida pela História Cultural: ela [a cidade] não é mais considerada só como um *locus*, seja da realização da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas [também] as representações que se constroem na e sobre a cidade”. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p 77-78.

urbanos a fim de descansar. Cedo as famílias burguesas os imitaram. Por sua vez, no século XIX, as praias passaram a ser procuradas para descanso, recuperação e tratamento da saúde. Foi assim que adquiriram fama, as cidades turísticas de Biarritz (onde a Imperatriz Eugênia, mulher de Napoleão III, passava temporadas), Nice (célebre pelos poetas e pintores que a freqüentavam), Mônaco, Baden-baden e Vichy, dentre outras.

Os verões quentes deixavam Paris vazia. Ficavam apenas porteiros e intelectuais na cidade, pois os cidadãos que podiam tornavam-se “turistas” - palavra sinônimo de viajante, que data de 1816. Em geral, os turistas podiam optar por ficar numa *villa* junto ao mar e não arredar mais dali (o termo *estivant* [veranista] aparece apenas em 1920). Assim, *La Gazette des Touristes et des Étrangers*, criada em 1877 apresenta principalmente notícias de balneários. Nos números de verão das revistas de moda, é possível constatar as repercussões e a intensidade migratória: cada uma delas tem sua crônica da vida mundana nas “estações de águas”. Essa expressão por vezes designa tanto os balneários quanto as estações termiais: “As águas são para o verão o que são os salões para o inverno”, escreve *Le Journal des Dames* (5 de junho de 1846).<sup>3</sup>

No decorrer da segunda metade do século XIX, instaurou-se também na Europa a noção de “férias” como uma mudança necessária das atividades e do gênero de vida. O descanso e os benefícios da natureza (água, mar, clima fresco) ofereciam uma contrapartida ao modo de vida urbano e industrial - no entanto esse gosto pela natureza já vinha sendo desenvolvido desde o século XVIII. Surge, em alternância com o tempo do trabalho, o tempo das férias, isto é, o tempo da natureza, das viagens e das diversões. Numa sociedade rural/artesanal, o tempo livre tinha seu lugar dentro do quadro de atividades normais e na sociedade urbano/industrial, ele chega em data marcada para todos, concentrando-se no verão. Longe de ser uma recusa das obrigações temporais, como em Rousseau, o gosto pela natureza, à medida que se difunde em novas camadas sociais, passa a estruturar o tempo de um modo inédito até então.<sup>4</sup>

Esse costume chegou no Brasil e em particular no Rio Grande do Sul em fins do século XIX. No Rio Grande do Sul, já havia em Tramandaí hotéis de veraneio em 1898. No Balneário do Cassino (Vila Sequeira) a estrutura praiana com hotel, cassino, chalets, estrada de ferro e outras comodidades foi inaugurada no verão de 1892, sendo a primeira estrutura balnear construída com esta finalidade em nosso Estado. Em 1906, a praia mais próxima da capital do

---

<sup>3</sup> MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 231.

<sup>4</sup> MARTIN-FUGIER, op. cit., 1991, p. 232.

Estado era Cidreira. Tinha cerca de vinte choupanas que no verão eram ocupadas por porto-alegrenses.<sup>5</sup> Nesta época, a medicina recomendava a *balneoterapia* porque já se dizia que os banhos de mar eram excelentes para preservar a saúde e curar certas doenças.

Por volta de 1910, Torres também começou a receber veranistas. Primeiramente eram grupos provenientes do Planalto, que vinham em caravanas de cavalos e mulas, na busca do *refrigério marinho*.<sup>6</sup> Acampavam perto da praia ou se hospedavam numa das modestas pensões de viajantes então existentes. Os banhos eram tomados bem cedo, quase de madrugada, resumindo-se ritualisticamente num número contado de ondas. Passados poucos dias, cumpridos *nove banhos*, os “serranos” voltavam para suas casas, certos de terem feito ótima terapia. Também raríssimos moradores de Porto Alegre e do Vale dos Sinos, com espírito aventureiro, arriscavam-se a aparecer. Alugavam casas ficando parte do verão em Torres tomando banhos de mar antes do sol alto.

Inicialmente a relação dos habitantes das cidades brasileiras com o mar em geral era de distância. Ele não era utilizado para banhos ou para lazer. A partir do final do século XIX e início do XX as preocupações com o saneamento das cidades começaram a se tornar mais constantes, mobilizando o esforço de médicos, sanitaristas e engenheiros, que passaram a ocupar lugar central inclusive como administradores públicos. Mesmo que lentamente, começaram a ser buscadas medidas que tornassem as cidades ‘mais habitáveis’, e os banhos de mar passaram a ser sugeridos como prática não só para os moradores das cidades litorâneas. A princípio os banhos eram fundamentalmente considerados terapêuticos; secundariamente passaram a representar luxo, um sinal de distinção e prazer. Por trás dessa ocupação crescente das praias se encontrava o desejo elitista de veraneio, de contemplação do belo, de alcance de uma outra civilidade, dentro dos quadros da modernidade. Os banhos de mar só se tornaram realmente mais populares em meados do século XX, no contexto do desenvolvimento de uma reforma urbana e de um novo estilo de vida ligado a uma cultura burguesa em formação, mas devemos observar que já no decorrer da segunda metade do século XIX essa prática foi crescentemente ganhando espaço na cidade, entre os membros das camadas mais ricas da sociedade.

---

<sup>5</sup> Cf. ROQUETTE-PINTO, E. **Relatório da Excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

<sup>6</sup> Bem estar produzido pelos *bons ares* do mar.



Na ânsia do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, ajustando-a em conformidade com padrões abstratos de gestão social absorvidos de modelos europeus ou norte-americanos. A atmosfera da “regeneração” era o correspondente brasileiro do surto amplo de entusiasmo capitalista e da sensação entre as elites de que o país havia se posto em harmonia com as forças inflexíveis da civilização e do progresso.

Um crepúsculo promissor ao mesmo tempo do século e do novo regime, manifestava que a República viera para ficar e com ela o país romperia com a apatia do seu passado, alçando-se a novas alturas no cenário das nações modernas. Nesse contexto,

As altas expectativas foram contempladas com o oportuno presságio do aeronauta brasileiro Santos Dumont, contornando em 1901 a Torre Eiffel, o ícone internacional do progresso técnico-científico, com um balão dirigível, e em 1917 levantando vôo com o 14-Bis e inaugurando a era das máquinas voadoras, com o patrocínio do governo do Brasil! Fato tão auspicioso que foi imortalizado nos versos da modinha: “A Europa curvou-se ante o Brasil”. Essa euforia do progresso era ainda reforçada pelas realidades visíveis da urbanização, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de imigrantes estrangeiros, reconfigurando o padrão demográfico e cultural do país.<sup>7</sup>

Essa mudança nas representações e expectativas relativas ao futuro e ao destino do país, fossem elas marcadas pelo otimismo dos grupos beneficiados com a “Regeneração” ou pelos pressentimentos sombrios dos que, nos sertões ou nas capitais, viam ameaçadas seu modo de vida e seus valores, indica a percepção geral de que a sociedade estava sendo envolvida por um processo mais amplo e complicado que a mera reforma das instituições políticas. É um processo muito maior no momento em que a Revolução Científico-Tecnológica se cristaliza, difundindo as novas condições da economia globalizada e seus princípios de racionalidade técnica, e isso fez mudar profundamente a vida das pessoas. Esse efeito globalizante e as novas idéias e padrões que a acompanham, iriam articular a inserção do país nesse contexto modernizador e propiciar a gestação das novas elites formadas pelos modelos de um pensamento científico cosmopolita. E essas elites atuariam, já na ordem republicana, como mediadoras na integração do país aos novos termos da gestão internacional do capitalismo, que incluíam novas formas de viver, agir, consumir, etc.

Um passo seguinte seria já o momento inicial do período republicano, uma fase eufórica para os grupos beneficiados com o novo regime, a *Belle Époque* brasileira, cuja duração abrangia

---

<sup>7</sup> SEVCENKO, 1998, p.34.

o período da guerra européia, durante o qual ampliaram-se as exportações brasileiras para as nações beligerantes, desenvolvendo-se ademais novas indústrias para substituir parte do que antes se importava. Esse período abrangeria grosso modo de 1900 a 1920 e assinalaria a introdução no país de novos padrões de consumo, instigados por uma nascente mas agressiva onda publicitária, além de um extraordinário dinamismo cultural representado pela interação entre as modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e, por último mas não menos importante, a popularização do cinema.

É nesse ambiente eufórico de mudanças, segundo as elites, que apontamos a praia como espaço moderno, e os banhos de mar como símbolo de, numa primeira interpretação, salubridade e higiene, e concomitantemente como indicação de distinção para poucas pessoas. E o espaço da praia balneária de Torres, mais distante da capital do Rio Grande do Sul, em relação as praias de Cidreira e Tramandaí, vai servir, além da terapêutica, a uma dramaturgia de estação, a inauguração da civilização na praia. Nesse contexto,

Precisamente porque a Primeira Grande Guerra se desenrolava em solo do Velho Mundo, é que no Brasil ainda se festejava o tempo da elegância e das benesses da civilização. Aí, a noção de *civilização* confunde-se com a de *modernidade*, ambas quase sinônimas de tão aparentadas. Sobretudo, noções que foram tão caras e correntes no discurso dos veranistas de águas, cujos autênticos espécimes costumavam, sem qualquer pejo, se reconhecer sob a designação de *elites*. Mas *elite*, *modernidade*, *progresso*, *civilização*, *higiene* e mesmo *família* e *sociedade*, antes de qualquer outra coisa, aqui se oferecem à reflexão como noções e categorias nativas; todas a miúdo curtidas no espírito elitista brasileiro que ritualmente se formava. Nesse processo, as estações de águas, entre a segunda metade do século XIX e a primeira do XX, terão cumprido papel importante.<sup>8</sup>

Como Porto Alegre era um pouco distante do mar, a ida de seus habitantes ao encontro do mar tardou, por exemplo, em relação ao Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, e centro irradiador das novidades vindas “de fora”. Mas a “moda” chegara a Porto Alegre também, e disso resultará a ligação da capital do estado com a praia de Torres.

Historicamente falando, a colonização do Litoral Norte do Rio Grande do Sul se deu inicialmente devido à ocupação por parte de luso-açorianos e, posteriormente, também pela presença de imigrantes alemães. Da virada do século XIX para o XX, a região que era parte do caminho litorâneo no século XVIII, passou por significativas modificações, tornado-se balneário

---

<sup>8</sup> MARRAS, Stelio. **A propósito das águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 126.

e produzindo mudanças como antes nunca se vira, o que acarretava à população local e seus descendentes transformações referentes à sua organização social, cultural, econômica e espacial.

O caminho de análise que percorremos neste trabalho nos aproxima da História Cultural.<sup>9</sup> No entanto vale destacar que de modo geral, as diversas teorias, princípios e perspectivas contribuem para o enriquecimento no campo da pesquisa, visto que muitas se complementam, sendo assim possível produzir o conhecimento histórico através do cruzamento de diferentes concepções<sup>10</sup>. Neste sentido, o historiador, vale-se teoricamente, não de um dogmatismo, mas de uma prática eclética, pode-se dizer de um ecletismo teórico, seguindo assim as palavras de Peter Burke:

[...] misturar coquetéis teóricos é exatamente o que tenho feito durante quase toda minha carreira, já que nunca fui marxista, weberiano, durkheimiano ou estruturalista. Evidentemente não se pode misturar qualquer coisa com qualquer coisa. Algumas idéias simplesmente não são consistentes com outras. Mas essa é a única restrição, a meu ver, para a construção de um modelo ou uma teoria a ser testada por uma dada situação histórica.<sup>11</sup>

Todo município (entendendo o termo como uma unidade político-administrativa) tem sua história, sua constituição étnico-populacional e, mesmo que não planejada, sua organização sócio-espacial, sendo a primeira instância administrativa a qual as pessoas e os grupos sociais se vinculam, se identificam, se organizam e convivem. No município são construídos, reconstruídos e transmitidos valores, usos, costumes e tradições. Igualmente, pode-se dizer que é na esfera municipal que são construídas as fronteiras entre “nós” e os “outros”, pois nele as relações e os contatos sócio-culturais se confrontam e se apresentam com intensidade.

Neste sentido, a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz

---

<sup>9</sup> Considerando que a História Cultural, trata antes de tudo de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. [...] A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos as palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, op. cit. 2003. p. 15)

<sup>10</sup> Dessa forma, não considero a História Cultural como uma forma de história acima das demais, ou seja, trata-se, entre outras, de mais uma história setorial ou adjetivada em busca de seu espaço, que se articula muito facilmente com as demais. Exemplo dessa relação entre as “histórias” é o texto de Thomas Mergel: *Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política*, (Publicado na Revista **História Unisinos**, n. 8, v.7, p. 11-55. Jul.- Dez., 2003), no qual o autor estabelece relações entre cultura e política.

<sup>11</sup> Entrevista com Peter Burke. In: PALLARES -BURKE, Maria Lúcia Garcia (org.). **As muitas faces da história. Nove entrevistas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. p. 209.

respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real<sup>12</sup>. Levando-se em conta o afirmado, o presente trabalho pretende analisar a transformação do município de Torres e a respectiva transformação e organização de grupos sociais que ali se encontram, pela perspectiva da *História Cultural* sem no entanto, desconsiderar os outros pontos de vista.

Dito isto em termos gerais pode-se dizer ainda que a proposta de análise pela via da história cultural busca decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e ao mundo. Dessa forma, é possível falar em *relações simbólicas, dominação simbólica e/ou poder simbólico*, noções essas que interessam ao cientista social. Mostrando a importância delas no mundo social, Chartier menciona que as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.<sup>13</sup> Conforme Bronislaw Baczko o mundo social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações.<sup>14</sup>

Desse modo, é através do conjunto de representações sociais que se formam os grupos e seus respectivos imaginários, que por sua vez, produzem sentido para estes grupos, formando suas identidades. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais.<sup>15</sup>

Assim, designar a identidade coletiva corresponde a delimitar o seu “território” e as suas relações como o meio e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, dos rivais e aliados. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e

---

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 17.

<sup>13</sup> Ibid, op. cit., 1990. p. 17.

<sup>14</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi** (Ed. Portuguesa), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. vol. 5. p. 307.

<sup>15</sup> BACZKO, op.cit., 1985, p. 309-310.

violências reais ou potenciais.<sup>16</sup> Nas representações sociais, conforme visto, as relações simbólicas e o imaginário social, contribuem para a pesquisa através da consideração de questões não apontadas anteriormente. Estas noções, assim, não descartam os enfoques e abordagens anteriores, mas acrescentam novas problemáticas e soluções no sentido de se compreender melhor a dinâmica social proposta no trabalho.

Torna-se claro que este é um processo complexo, no qual o historiador tenta identificar, a partir dos diferentes códigos de um e de outro tempo, dados filtros que o passado interpõe e que podem se mostrar, por vezes, incompreensíveis. Este seria, contudo, o grande desafio da *História Cultural*, que implica chegar até um reduto de *sensibilidades* e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele. Neste sentido, um conceito se impõe: as sensibilidades, que dizem respeito a algo que se encontra no cerne daquilo que o historiador pretende atingir. Eis um elemento fundamental para se entender as transformações do litoral e as formas de pensar e agir das pessoas em relação às mudanças ocorridas. Elegendo a praia como principal “lugar” de observação da sociedade, sendo “lugar” aqui entendido enquanto algo de relacional e histórico, pois, assumindo-se como decisivamente sazonal – já que as práticas e o interesse de que é alvo durante o verão e o inverno são substancialmente diferentes –, a praia permite interpretar os mecanismos de apropriação e gestão de um espaço por dois grupos diferentes: os que a frequentam no verão e aqueles que vivem com ela no Inverno. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo. O conhecimento sensível opera como uma forma de apreensão do mundo que brota não do racional ou das elucubrações mentais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. Às sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade.<sup>17</sup>

A homogeneidade das práticas balneares parece ser o *teatro* onde a sociedade se revela e evidencia os jogos e ritos em que se baseia. A praia aparece à análise como um desses lugares privilegiados onde a sociedade se encena, com os seus ritos, símbolos, costumes festivos,

---

<sup>16</sup> Ibid., p. 309.

<sup>17</sup> Igualmente as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nelas é não apenas estudar o indivíduo, a subjetividade e as trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar ou esconder os sentimentos.

convenções, desejos, normas, divisões, alianças, enfim “a sua lógica organizadora e os seus sentimentos”.<sup>18</sup>

Na praia, a sociedade exhibe-se, observa-se, entreolha-se e encena-se a si própria para ela mesma. Além do papel desempenhado pelo narcisismo individual, a homogeneidade e as semelhanças manifestam-se ao nível dos grupos, familiares e de classe. Assim, o veranista comporta-se a partir de unidades de referência como a família ou o grupo de amigos, transplantando para a praia o modelo de sociabilidade quotidiano, sensivelmente aliviado de constrangimentos materiais e morais e simultaneamente acrescido de novos constrangimentos. Ou seja, a praia é apropriada socialmente e investida de sentidos pelos que a frequentam e representam, manifestando a tensão entre a procura de uma escapatória face às emoções, comportamentos e ordem social dominantes, por um lado, e a conquista de um universo acolhedor, familiar e, de algum modo, identitário, por outro. Como em diversos outros lugares, os indivíduos na praia recusam a alteridade e desejam encontrar espaços de identidade e similitude. Nas palavras de Urbain, “é sobre a base desta rejeição e desse desejo que se organiza o microcosmos balnear como sistema de signos e de normas comportamentais onde prevalecem o olhar e a aparência”.<sup>19</sup>

A rigor, a preocupação com as *sensibilidades* da *História Cultural* trouxe para os *domínios de Clio* a questão do indivíduo, da subjetividade. Não só mais uma história biográfica dos grandes vultos, mas sim uma história de indivíduos que deriva, assim, de uma história social renovada, e possivelmente comparada: do estudo dos pescadores, dos agricultores enquanto classe ou grupo, detentores de uma expressão cultural dita popular. Passou-se também a uma história de vida das pessoas “humildes”, na qual possam ser surpreendidos os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores. Este estudo tenta mediar essas condições, e relacionar elite porto-alegrense com pescadores e agricultores torrenses.

Esta última condição é extremamente importante para a *História Cultural*, pois marca a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se reconstróem emoções, sentimentos, idéias, temores e desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível à realidade seja historicizada e socializada

---

<sup>18</sup> URBAIN, Jean-Didier. Sur la plage. Moeurs et coutumes balnéaires. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994. Apud: JERÓNIMO, Rita. Banhistas e banheiros: reconfiguração identitária na praia da Ericeira. **Etnográfica**, Vol. VII (1), 2003, pp. 159-169.

<sup>19</sup> URBAIN, op.cit. Apud: JERÓNIMO, op. cit., 2003.

para os homens e mulheres de uma determinada época. Os homens e mulheres aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos. Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real e do não-real, do sabido e do desconhecido, do intuído ao pressentido ou do inventado, por fim das idéias. Remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo. Mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação de morador do litoral. Sonhos e medos, por exemplo, são realidades enquanto sentimento, mesmo que suas razões ou motivações, no caso, não tenham consistência real. Alain Corbin sintetiza: identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social.<sup>20</sup>

Ao historiador da cultura implica ir ao encontro das representações passadas, recuperando os registros do passado na sua irreduzível especificidade, quando os homens falavam, agiam e construíam representações do mundo estranhas aos nossos códigos e valores. Aqui, apontamos para a aproximação entre história e antropologia, pois não há como negar que uma tem inspiração na outra, seja no plano teórico e/ou metodológico, no que diz respeito aos conceitos referentes ao simbólico ou às representações, seja no que diz respeito à própria concepção de imaginário. Neste sentido, devemos levar em consideração a *descrição densa*, estratégia apropriada da Antropologia e levada a efeito pelas análises de Clifford Geertz. A contribuição, aproximação ou dialogo entre ambas disciplinas foi um pouco mais além da utilização de certos conceitos explicativos, relacionados ao domínio do simbólico e à representação. Fornecendo ao historiador os exemplos de um método altamente significativo para realizar uma pesquisa intensa, descrevendo a realidade observada nos seus mínimos detalhes e correlação de significados possível, a *descrição densa* da Antropologia ensinou como explorar as fontes nas suas possibilidades mais profundas, fazendo-as falar e revelar significados.

Estas considerações nos levam a pensar que a transformação sócio-cultural torrense não pode ser abordada apenas por processos econômicos e sociais e que por uma abordagem cultural poderemos contemplar de forma mais abrangente as representações que se constroem na e sobre a região, comparando as expressões mais urbanizadas com as rurais, considerando ainda que a

---

<sup>20</sup> CORBIN, Alain. **O prazer do historiador**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, n° 49, p. 11-31 - 2005.

pequena produção a respeito do assunto motiva o recorte espacial, bem como o temporal. Acreditamos, por fim, ser possível avançar no campo histórico observando as motivações, as emoções, as sensações, ou seja, buscando enxergar além do *propriamente visto*.

Com esse intuito, no primeiro capítulo apresentamos o cenário torrense a partir do olhar (sensível) de viajantes e antigos moradores, pois julgamos pertinente afirmar que se a *descoberta* do lugar se deu já no século XVIII, sua *apropriação* e *invenção* como balneário foi sendo construída ao longo do século XX, ao mesmo tempo em que se dava a (re) afirmação de suas belezas naturais, bem como se levava em conta o contexto global de mudanças sociais sob a cortina dos *tempos modernos*.

No segundo capítulo pretende-se dar um panorama global sobre a transformação dos litorais em praias, primeiro para uso terapêutico, depois como espaço de lazeres. É a construção de um novo olhar sobre o mar, a invenção social da natureza através da interpenetração entre natureza e cultura (e sua apropriação) que resultará em poder social e que vai dar à praia outros significados.

No terceiro capítulo relacionamos esse novo olhar sobre a praia, seus novos significados e desdobramentos estudando o caso específico de Torres, com a sua *invenção* propriamente dita, enquanto balneário *moderno* e *da moda*, apropriado por parte da elite porto-alegrense e rio-grandense a partir de um contexto global e nacional, dentro da modernidade e da civilidade das primeiras décadas do século XX, e pela busca da distinção, do lazer e do prazer proporcionados pelo tempo livre e seu uso.

O quarto capítulo fecha a pesquisa com a identificação dos espaços específicos onde se construíram as sociabilidades na praia de Torres, onde se destacaram o Balneário Picoral e a Sociedade Amigos da Praia de Torres (SAPT), apontando também para as novas socialidades oriundas do encontro entre veranistas e torrenses.

Por fim, destacamos que a par do ecletismo teórico embora a perspectiva cultural, é fundamental mencionarmos que utilizaremos ao longo do *caminho* diferentes tipos de fontes de pesquisa: bibliográficas, jornalísticas, documentais e imagéticas as quais serão cruzadas e confrontadas no sentido de se complementarem e se completarem. Sobre as fontes bibliográficas, em muito esta pesquisa bebeu na obra de Helena Cristina Ferreira Machado, com sua construção social da praia, que permitiu ampliar os horizontes a partir da contribuição clássica de Alain Corbain, além dos dados empíricos levantados por Ruy Ruben Ruschel, autor este que apesar de



ter uma produção mais descritiva, não pode deixar de ser levado em consideração pela sua pesquisa documental sobre Torres.

## 1. A HISTÓRIA DE TORRES A PARTIR DO OLHAR DO VIAJANTE: *APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO*

*Já viajei muito por este mundo todo, já freqüentei várias praias, mas não encontrei nunca nenhuma superior a ela. Nem mesmo igual. Há parecidas, mas não iguais. Algumas têm as rochas de Torres. Outras suas praias. Poucas, suas furnas. Raras, a sua grama. Nenhuma, porém, tem a sua amplidão de areia clara e fina, a beleza agressiva de seus rochedos, o verde suave de sua grama, a serra azul ao fundo, sem abafar o panorama. Muito menos, tudo isto lado a lado, do Mampituba à Itapeva, no conjunto que se chama Torres.*

Ruth Caldas ou *Charmaine*. *A Mais Bela*<sup>21</sup>

### 1.1. Diferentes olhares sobre Torres: os viajantes como fontes

Torres foi um local de movimento e passagem de viajantes, desde as primeiras incursões dos portugueses no sul do Brasil. Os relatos deixados sobre as impressões que esses homens tiveram do lugar, da paisagem à formação populacional e administrativa foram muitos e escritos em diferentes momentos. Este estudo que tem como mote a *invenção* de Torres como *estância balnear*, vê os escritos desses viajantes com seus *distintos olhares*, como testemunhos para o conhecimento da região, pois partimos do pressuposto de que o relato do viajante é uma fonte historiográfica importante para o conhecimento do processo de elevação de Torres a categoria de praia balnear.

---

<sup>21</sup> CALDAS, Ruth (*Charmaine*). *A Mais Bela*. Porto Alegre: Correio do Povo, 1972.

Mas esse primeiro momento também serve para mostrar que Torres não era só praia e natureza marítima; o banho de mar como orientação médica, seguido da valorização da praia para o lazer como sinônimo de férias é uma das faces de Torres. A outra, marginaliza, de alguma forma, o interior dessa região, onde prevalecem outros valores, interesses e mediações. O *outro lado do mar*, o interior do município, ficou, portanto, mais esquecido na visão dos viajantes e antigos moradores.

Podemos dizer que um texto de viajante é um informativo, mas é, ao mesmo tempo, também um comentário, um relatório, uma narração histórica, uma crítica. Usando as palavras de Pratt, “o trabalho acadêmico existente sobre literatura de viagem[...] é freqüentemente laudatório, recapitulando as explorações de intrépidos excêntricos ou cientistas dedicados. Em outras instâncias, é um documentário, debruçando-se sobre os relatos de viagem como fontes de informação a respeito dos lugares, povos e épocas que discute.”<sup>22</sup> Tentando abranger todos esses aspectos e indo um pouco mais além podemos dizer que o texto de um viajante é, acima de tudo, um documento em suas possibilidades de análise dos aspectos da vida social, cultural e política da região relatada, pois o viajante vê o mundo e os acontecimentos a seu modo, com os olhos do lugar de onde vem, no seu tempo e conforme sua interpretação. Se o viajante diz no seu relato, por exemplo, que um índio era mau ou que a índia era feia, sua opinião tem que ser tomada na perspectiva das questões postas acima e não como uma verdade ou uma mentira, já que existe implicitamente no texto do viajante todo um outro texto que ao ser lido é permeado por perguntas como em que época ele foi escrito, por que foi escrito, quem o escreveu e se escreveu durante ou depois do acontecido. Feitas estas considerações retomamos nosso entendimento de que no presente *texto* o relato escrito dos viajantes deve ser visto como documento que possui um significado e cujo conteúdo variou conforme a pergunta que lhe foi feita, já que o escritor

---

<sup>22</sup> PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. Essa autora procura desvendar não apenas os mecanismos ideológicos e semânticos por meio dos quais os viajantes europeus, a partir de meados do século XVIII, criaram um novo campo discursivo, forjando uma consciência planetária a respeito do outro e suas culturas. Conceitos largamente desprezados pelas análises de texto pós-modernas, como os de imperialismo e descolonização, aparecem na interpretação da autora contextualizados num recorte teórico afinado com as discussões mais atuais, se localizando numa perspectiva interdisciplinar, útil aos estudos da literatura, antropologia, história e outras disciplinas. Para Pratt, nos escritos de viagem a natureza significa antes de tudo regiões e ecossistemas não dominados por europeus, embora incluindo muitas regiões da entidade geográfica conhecida como Europa. A história natural impôs uma autoridade urbana, letrada e masculina sobre todo o planeta, elaborando um entendimento racionalizador, extrativo e dissociativo, que suprimiu as relações funcionais e experienciais entre as pessoas, plantas e animais. O resultado deste processo concretizou-se na prefiguração de uma certa forma de hegemonia global, que deu origem a um paradigma descritivo e uma apropriação do planeta aparentemente benigna e totalmente abstrata, produzindo uma visão utópica e inocente da autoridade mundial européia.

viajante quase nunca é um historiador e que seu trabalho é totalmente livre, podendo falar de modo descompromissado da região, dos pássaros, da beleza e da feiúra, podendo julgar e estabelecer conceitos. Ao historiador, que o interpreta é que cabe utilizar tais escritos segundo e conforme sua proposta e perspectiva de trabalho. Sendo assim, um relato usado como documento será uma preciosa fonte para o estudo da história local.

## 1.2. Um olhar sobre a paisagem a beira mar

Torres debruça-se calma e tranqüila sobre uma pequeníssima parte do verde mar do Rio Grande do Sul e, ao longo de toda a vasta, árida e deserta região da costa desta região é justamente ali, quando se encontra com o litoral de Santa Catarina, que a paisagem se modifica, enriquecida dos acidentes geográficos de três modestos e belos morros, restos de eras geológicas milenares.<sup>23</sup>

Contudo, parece o mesmo mar dos poetas, mar, fim de todas as coisas; o mar túmulo fechado do tempo; o mar-destino; o mar purificação e eterno. Espelho do espírito de Deus, rude e terrível. Torres se renova diante do mar e diante de suas raras torres que lhe dão o toque peculiar e sedutor de sua paisagem de mais linda praia do Rio Grande do Sul.<sup>24</sup>

Para um viajante que fazia do caminho litorâneo sua estrada para alcançar o sul, depois de muitos quilômetros de andar sem obstáculo, só areia e mar, contemplar a paisagem distinta de Torres era quase inevitável. Foi assim com o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire.

Chegando a Torres em 4 de junho de 1820 relata:

Sempre areia e mar. Enquanto nos dias anteriores só avistávamos uma praia esbranquiçada que se confundia com o céu na linha do horizonte, hoje, ao menos, deparamos dois montes denominados Torres, porque realmente avançam mar adentro, como duas torres arredondadas. Para as bandas do oeste, recomeçamos a avistar a grande cordilheira que há muito tempo não víamos. Cerca de uma légua daqui, encontramos-nos à margem do rio Mampituba (pai do frio), que, atravessando a praia, se lança no mar, após separar a Província de Santa Catarina da Capitania do Rio Grande; passamo-lo do mesmo modo que o rio Araranguá. É também à guarda de Torres que se paga o pedágio.

---

<sup>23</sup> LAYTANO, Dante de. **Torres: resumo de sua história de terra e mar**. Torres: Prefeitura Municipal, 1978. Este texto foi publicado inicialmente na Revista Gaivota de 1939, com o título Torres perante sua História ou a importância de seu mar bonito.

<sup>24</sup> LAYTANO, op.cit., 1978, p. 5

Continuando a viagem, chegamos aos montes que têm esse nome; um relvado muito rente ao chão, um pouco mais elevado que a praia, estende-se à beira-mar, acima do monte que fica mais ao norte.<sup>25</sup>



Figura 1 - A entrada pelo Norte: rio Mampituba, segundo Debret s/d. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Na seqüência, descreve suas observações a respeito da população e das construções do lugarejo, assim:

Como há projeto de se localizar em Torres a sede de uma paróquia, começaram a construir aí uma igreja, da qual até agora existe apenas o madeiramento. Depois de passarmos por essa igreja, chegamos a um forte, cuja construção está sendo ultimada neste momento e junto ao qual se acha o alojamento dos soldados do posto e o do alferes que os comanda. Estas construções estão situadas no lado ocidental do monte, local donde gozei um panorama que se me afigurou mais encantador do que efetivamente era, por causa da monotonia dos areais áridos, batidos pelas ondas.<sup>26</sup>

Auguste de Saint-Hilaire continua descrevendo a visão que tem do lugar, a partir do Morro do Farol:

Quase ao pé do monte estende-se, paralelamente ao mar, um lago de águas tranqüilas e cercadas de altas ciperáceas; do outro lado, crescem matas em terreno plano. À direita vêem-se ainda areais puros e, por fim, o horizonte limitado pela grande cordilheira, cujo cimo forma um imenso planalto.<sup>27</sup>

Ao se apresentar ao comandante da guarda local, o alferes Manoel Ferreira Porto, Saint-Hilaire foi *muito bem recebido e hospedado numa pequena casa, onde ficou sozinho e donde se avista o lago*. Anota suas observações sobre o uso estratégico que esta sendo feito do monte

<sup>25</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros), p. 29.

<sup>26</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit. 2002, p. 30.

<sup>27</sup> Ibid., p. 30.

(Morro do Farol) pela construção de um forte, que estava em andamento, embora não se acreditasse na invasão espanhola. *Mas desde Laguna até aqui, a costa é tão baixa e de tal modo castigada pelas ondas, tão perigosas para as pequenas embarcações, que nem se podia imaginar que os inimigos delas ousassem desembarcar. De qualquer modo, o forte está sendo levado adiante, voltado para o norte e podendo ser dotado de quatro peças de artilharia.*<sup>28</sup> A natureza nesse momento era usada para a proteção da costa portuguesa.

Anota Saint-Hilaire, no dia 6 de junho, que ficou de tal maneira fatigado pelas duras jornadas anteriores, que exigiu de seu guia a permanência por um dia em Torres. Nesse ínterim, diz o viajante, “aproveitei para pôr em ordem minhas coleções e passear pelos montes denominados Torres”. Sobre esses *montes*, faz as seguintes observações:

Tendo já descrito uma parte que fica ao norte, vou concluí-la. É alongado, desigual e quase totalmente coberto de relva; o avanço que faz para o mar é arredondado como uma torre; oferece às ondas uma muralha de rochedos cortados a pique e termina por um terraço onde vegeta uma erva rasteira. Pelos flancos do monte crescem, em alguns lugares, duas espécies de *cactus*, um grande *eryngium*, bromeliáceas e arbustos, entre os quais reconheci, com surpresa, a mitácea denominada pitanga, que nunca tinha visto nesta costa.

O mais meridional dos dois montes principais está situado a algumas centenas de passos do primeiro; avança bastante pelo mar adentro, porém não apresenta forma regular e quase por toda parte é coberto de relva. Do lado do mar, igualmente escarpado, exhibe uma chanfradura profunda, onde as ondas vêm quebrar-se contra as negras rochas. À entrada dessa chanfradura, do lado norte, há uma enorme caverna onde dificilmente se entraria, por causa do mar e da direção vertical dos rochedos.

Além desse último monte, vê-se ainda um terceiro, muito menos importante que os dois outros, com o feitio de uma albarda, sendo quase todo coberto de relva. Na frente, um rochedo exatamente paralelo ao seu corte, configurando uma inacessível muralha íngreme.

É do primeiro dos três montes que se frui o mais agradável panorama; pois dele se avista, ao mesmo tempo, o alto-mar e o lago de água doce de que falei ontem.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 30.

<sup>29</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit. p. 30.



Figura 2 - Uma nesga verde na aridez sem cor: Torres, segundo Debret s/d. Acervo da Casa de Cultura de Torres .

No dia seguinte retoma a jornada rumo ao sul pela Itapeva. Escreve que após percorrer ainda cerca de três quartos de légua de praia, acharam-se um pouco afastados do mar e entraram numa “grande planície úmida, revestida de espessa erva disposta em tufos, na qual se percebem, aqui e ali, pequeninos capões; a grande cordilheira ergue-se à oeste dessa planície, quebrando a monotonia da paisagem”.<sup>30</sup>

Para os futuros viajantes, o prazer resultará, segundo Corbin, *primeiramente da identificação dos lugares; ali se acomoda a emoção da descoberta individual. É divertido fazer brotar as hipóteses mais inesperadas, de modo a provocar o gozo da interpretação do texto [antigo] através do espetáculo da natureza.* O prazer, continua Corbin, *nasce então simplesmente do acordo que se instaura entre a emoção do viajante [moderno] e a do escritor antigo perante uma paisagem há séculos famosa, sem contar que se insinua às vezes a esperança de encontrar ali algo que faria aumentar a beleza do lugar tão freqüentemente celebrado. Um lugar banal, por minúsculo que seja, retém a atenção, contando que se ache enobrecido pelo olhar de um Antigo.*<sup>31</sup>

Concordamos com Corbin quando fala na atração que desperta nos lugares o fato de ter sido visitado por alguma personalidade do mundo antigo ou moderno, como é o caso de Auguste de Saint-Hilaire. Enquanto analisávamos a passagem do famoso viajante francês por Torres nos dávamos conta de que a tradução da obra em estudo tinha sido realizada por um torrense de coração: o Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, ex-Ministro da Justiça do governo Dutra e ex-

<sup>30</sup> Ibid., p. 30.

<sup>31</sup> CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 52-65.

parlamentar, ele também uma personalidade do balneário e seu freqüentador assíduo enquanto viveu, já que passava os verões no *chalet*, na esquina das ruas José Picoral e Borges de Medeiros. Quem sabe a nobreza do olhar de Saint-Hilaire sobre o Rio Grande do Sul e em particular sobre a praia de Torres não tenha levado também à tradução do seu famoso texto?

### 1.3. Um olhar mais aguçado espia o interior do Município

Em sua viagem rumo a Laguna, em 1829<sup>32</sup> um viajante alemão de nome Carl Seidler chega em *As Torres*, como ele próprio denomina em seu relato. Aqui, seu olhar se desloca primeiramente para o oceano, que lhe evoca sentimentos num primeiro momento:

Por fim, chegados à borda escarpada do mar, fiquei parado de braços cruzados, a olhar em silêncio, cheio de saudade, por sobre a interminável superfície do oceano. Só quem algum dia, distante muitas centenas de léguas de seu torrão natal, depois de anos de luta, recorda com apaixonada afeição a pátria amada, pode realmente compreender as sensações inundantes que eu havia de experimentar naquele momento, quando deparei com a imensidade imperscrutável do oceano. Daqui a viagem seguiu constantemente pela costa arenosa do mar, sem que tivéssemos qualquer incidente ou encontro notável. Assim chegamos sem novidade às Torres, limite da província de S. Pedro do Sul.<sup>33</sup>

Ao chegar na *cidadezinha* o viajante, como de hábito naquela época, foi logo se apresentar ao comandante e inspetor dos colonos aí estabelecidos. Quem o recebeu foi uma *graciosa dona de casa, não mais jovem, de fisionomia amável e decoro legitimamente português*;

---

<sup>32</sup> Segundo Ruschel nos informa, “ao se tornar independente em 1822, o Brasil teve a Primeira Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824. No que se refere às administrações locais, a Carta Magna do Império tinha dois artigos importantes, o de número 162 e o 168, que previam juizes de paz e vereadores eleitos diretamente. Estes dois dispositivos foram depois regulamentados, sobretudo pela lei de 1º de outubro de 1828, a qual determinava que as eleições se realizassem em todas as paróquias e capelas curadas. O voto seria obrigatório, sob pena de 10 mil réis de multa. O eleitor deveria assinar o verso da cédula ou, se analfabeto, alguém a seu rogo. Recolhidas as cédulas, uma para vereadores e outra para juiz de paz e suplente, as para vereadores seriam remetidas para a sede do Município e as para juiz de paz, apuradas de imediato no próprio local de votação. Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em execução da lei referida, as primeiras eleições municipais do Brasil Independente foram realizadas *aí* por março de 1829. Nessa época Torres ainda não era Município, sequer Freguesia (paróquia), mas já tinha Capela Curada. O interessante era que delas participavam os colonos alemães; embora oriundos de país estrangeiro, chegados em Torres nem dois anos e meio antes já eram tidos como cidadãos brasileiros”. RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres tem história** Porto Alegre: EST Edições, 2004. Elencamos essa informação para precisar a data de passagem de Carl Seidler por Torres.

<sup>33</sup> SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2003 (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). p. 325.



lhe informou que o marido não estava, que tinha ido à casa de um alemão ali domiciliado, que acabava de ser eleito juiz de paz da colônia.

E logo nos convidou a tomarmos parte na festa por isso ali instaurada, para celebrar a investidura do novo eleito juiz de paz. Aceitamos o convite de boa mente, como fora feito; pois vencida uma larga trotada pela costa deserta, sem achar comida sofrível, nem com dinheiro nem com boas palavras é natural que se tenha saudades duma mesa farta. Mesmo antes de chegarmos à casa do recém forjado juiz de paz ouvíamos as melodias “*levamos vida livre*” e “*na minha pobre cabana*”. Eram cantadas por vozes desafinadas, que nos feriam o ouvido e enquanto os alemães decantavam, embriagados, a sua liberdade o que parecia ironia, os brasileiros se transportavam mentalmente a uma podre cabana e aí celebravam os celestiais prazeres do mais terno amor. Ao entrarmos no refeitório, enfeitado sem gosto, de areia amarela e flores murchas, deparamos com uma sociedade de pelo menos 50 pessoas, das quais seguramente dois terços eram brasileiros, na maior parte mulheres, e não pouco me espantei de semelhante harmonia entre essas nações que em geral se odeiam.<sup>34</sup>

Daí a festa continuou e as observações perspicazes de Seidler também. O ambiente favorecia a permanência pela boa recepção e pelas *belas damas brasileiras* que se encontravam no local.

Por informações coletadas na *cidadezinha* [que não era nada mais nada menos do que Torres] Seidler tece comentários sobre recém eleito juiz de paz, escolhido entre um dos alemães ali domiciliados como forma de melhor se comunicar com os colonos. Refere, porém, que a “malvada fama, de cem línguas, tinha se incumbido de tornar públicas diversas perfídias e patifarias praticadas por esse biltre, carimbado de homem honesto”. Por essa *malvada fama*, para Seidler o recém eleito juiz de paz já não era um bom homem e muito menos um *bom alemão*.

A festa, entretanto, prosseguia e as observações de Seidler puderam continuar. Agora porém focadas no comandante, que lhe prometera um cavalo para o prosseguimento da viagem, sem, porém intimá-lo a ficar em As Torres por dois a quatro dias pelo menos [e que era seu desejo].

Como ficasse alguns dias na localidade, foi visitar a colônia alemã tendo vencido uma caminhada de cinco a seis léguas a partir da *cidadezinha* de *As Torres* para atingir as primeiras plantações dos colonos alemães. Segundo Seidler “em parte o terreno nessa região é muito fértil, mas por outra parte é tão pedregoso ou a tal ponto coberto da mais densa, impenetrável mata, que o agricultor estrangeiro tem de lutar com indizíveis dificuldades e, não obstante, talvez não veja nada realizado”. Além disso, segundo o viajante *observador*, “a parcialidade notória das

---

<sup>34</sup> SEIDLER, op.cit., 2003, p. 326.

autoridades que no Brasil se manifesta em todas as ocasiões, também aqui revelou sua nociva influência, na repartição das terras, aliás, feita de maneira escandalosa, pois os melhores lotes, mais férteis, de início foram dados aos colonos católicos, e os piores quase incultiváveis, aos protestantes”. Para Carl Seidler, “a consequência natural de semelhante falta de equidade foi uma cisão entre as duas partes, causa de não raros conflitos sangrentos, até mesmos dos mais bárbaros morticínios” e que “todas as queixas dos protestantes, todos os seus pedidos para repartição eqüitativa das terras ou para designação de outras, de que deveras não havia falta, ficavam não obstante sem a menor consideração ou eram indeferidas em poucas palavras, ásperas”.<sup>35</sup>

Se não bastasse a negligencia das autoridades, conforme referido, o viajante anota que a colônia:

[...]é ainda agora freqüentemente flagelada por assaltos isolados de bando de índios, que vêm roubar, e que não raro causam as mais horríveis devastações. Assim, por exemplo, pouco antes de minha chegada a Torres uma mulher alemã tinha sido de tal maneira flechada, que se podia ver a metade da haste com a sua ponta de osso que atravessara as costas da infeliz. Nos estabelecimentos lanchados mais para o interior da mata, só por meio de grande número de cães e abundante provisão de armas de fogo podiam os colonos defender-se em suas casas contra os assaltos noturnos das hordas nômades [...] Destarte não só o trabalho infinitamente penoso, como também o receio de ser em meio dele subitamente assaltado por esses filhos da selva, a incerteza de jamais colher o que se semeara, e finalmente os conflitos oriundos da diversidade de crença religiosa, sempre resolvidos com parcialidade, tudo isso devia embaraçar no mais alto grau o progresso dessa colônia, deixá-la muito atrás da de São Leopoldo. E grande número dos colonos, por meio de incessantes requerimentos e os maiores sacrifícios pecuniários, tratava de obter licença para alienar por preços ridículos sua propriedade adquirida com muito suor e sangue e mudar-se do malfadado As Torres para a simpática São Leopoldo, onde então se submetiam de novo com exemplar pertinácia, ao duro labor do roçado e plantio da mata.<sup>36</sup>

O autor ressalta que desta forma o número de habitantes de *As Torres* baixou tanto que ao cabo de alguns anos eram menos do que ao tempo da fundação da colônia, ou seja, andava diretamente ao contrário do que se esperava de uma colônia: ao invés de crescer foi diminuindo. E Seidler inseria essa decadência num cenário mais amplo, saindo apenas da esfera local, como mostra a seguinte passagem.

Também não pouco contribuía [...] o irregular pagamento do prometido auxílio pecuniário, de modo que parece mais verossímil que em poucos anos esta colônia desapareça totalmente da geografia e da estatística do império; o reumático ministro Miranda, a quem em primeiro lugar competia, como chefe e inspetor geral do departamento da colonização, zelar paternalmente pela prosperidade das plantações,

<sup>35</sup> SEIDLER, op. cit., 2003, p. 327.

<sup>36</sup> Ibid., p. 328.

parece que, certamente com idéia preconcebida, é quem menos se importa com essa colônia e em seus raros momentos lúcidos apenas se interessa por São Leopoldo e em parte por Nova Friburgo.<sup>37</sup>

É esta a visão que Carl Seidler tem sobre a colônia alemã de *As Torres* logo depois de sua fundação, colônia esta, segundo Seidler, que estava fadada à decadência, não por conta dos colonos alemães, mas pelo mau acolhimento dos mesmos e das promessas não cumpridas pelas autoridades.

Torres, como se podia perceber não era composta só de mar. O interior pulsava com a alocação de imigrantes alemães, os católicos em Colônia São Pedro, e os protestantes no Vale do Três Forquilhas ali instalados a partir de 1826, apenas dois anos depois da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo [julho de 1824]. Mas as condições de vida, recursos, transportes, etc., eram bem mais difíceis pela falta de estradas que já transparecia como um dos problemas do lugar. A colônia, dadas as atrações dos outros lugares parece que queria ir expulsando aos poucos seus recém chegados imigrantes, o que de fato não aconteceu.

Ao se despedir de *As Torres*, escreve que “esta parte é a fronteira entre as províncias de São Pedro do Sul e Santa Catarina; uma vez fechada, ninguém mais pode passar de uma província à outra, pois que de um lado o mar, de outro rios, montanhas e florestas virgens constituem obstáculos intransponíveis. Fica situada sobre uma elevação, da qual se tem a mais encantadora vista sobre o vasto espelho do intérmino oceano”.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> SEIDLER, op.cit., 2003, p 329.

<sup>38</sup> Ibid., p. 330.



Figura 3 – Herrmann Rudolf Wendroth. Figura 120, fl. 46. Penedos de Torres (fim da província de São Pedro do Rio Grande do Sul). Álbum de aquarelas e desenhos de cenas de viagem, vistas, tipos e costumes do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul. Petrópolis: Rio de Janeiro. Arquivo da Casa Imperial do Brasil, catálogo C, n.º. 218. 1852.

Sem esgotar a lista, queremos destacar que na primeira metade do séc. XIX [1852] cruzou a região de Torres um outro viajante de origem alemã. Tratava-se do pintor [aquarelista] Herrmann Rudolf Wendroth<sup>39</sup> que retratou magistralmente o monumento natural mais importante da região: as torres. Vistas do continente nos permitem intuir, em nossa análise, o quanto a beleza da paisagem chamou a atenção e sensibilizou o visitante.

No início do século XX um outro viajante, agora brasileiro empreende uma excursão à Torres. Tratava-se de Edgar Roquette-Pinto, um funcionário do Museu Nacional que veio ao sul para verificar as evidências ainda existentes de sambaquis e outras marcas indígenas que porventura houvessem no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Ao fazer este movimento, Roquette-Pinto registrou também o entorno destes lugares, o que nos permitiu conhecer um pouco mais sobre a região objeto de nosso estudo, no passado. Em Relatório da Excursão ao Litoral e à Região das Lagoas do Rio Grande do Sul, de 1906, Edgar Roquette-Pinto fez um panorama

---

<sup>39</sup> Wendroth veio para o Brasil em 1851, como mercenário contratado para a luta contra Rosas e logo em seguida foi enviado no batalhão que fora classificado ao Rio Grande do Sul.

abrangendo a natureza e a população de Torres e das colônias. Eloísa Capovilla, analisando este mesmo documento chamou-o de “viagem a centro da terra”, pois como disse:

O Litoral Norte, no início do século XX era um caminho já trilhado há mais de 200 anos pelos diferentes grupos que desciam em incursões para a extremadura da América, numa fronteira ainda indefinida. As incursões interior adentro também não eram novas nestes tempos. O que nos parece novo é o olhar e a descrição da terra. É a imagem construída para o “interior do litoral”, para o outro lado da praia; o olhar que adentra o planalto pelas lagoas e pelo rio Três Forquilhas e Maquiné. Ou seja, é uma viagem pelo interior, no sentido de um caminho que não é o da praia, não é o usual. Para quem olha da beira da praia, é o “centro da Terra”.<sup>40</sup>

Buscando evidências materiais dos Sambaquis localizados entre Cidreira e Torres, a serviço do Museu Nacional, Roquette-Pinto realiza outras observações que nos interessam. Ao chegar na praia de Cidreira anota que “não se vê a menor vegetação. Diante do mar, aí sempre muito batido, no imenso areal, erguem-se umas 20 choupanas de madeira, cobertas de palha, onde, nos meses de verão, algumas pessoas de Porto Alegre vêm habitar, trazendo consigo o indispensável à vida. Quando por lá passamos, em nenhuma dessas casinhas havia gente. A cobertura dos tetos meio levantada pelo vento, as portas desconjuntadas, batendo livremente, davam ao lugarejo, onde nem água potável existe, o mais desolador aspecto”.<sup>41</sup>

Sobre a paisagem, nesse primeiro momento pela beira do mar, de Cidreira a Tramandaí, relata que “tínhamos, à esquerda, porque íamos para o Norte, a barreira intransponível das areias, além da qual, horas depois, já podíamos distinguir a massa escura da Serra do Mar procurando o Ocidente; e, à direita, tínhamos o Oceano cujos vagalhões, aí sempre muito altos, nos respingavam ao arrebentar. Quando soprava um pé-de-vento contrário, a areia nos batia fortemente”.<sup>42</sup>

A respeito das lagoas do litoral, aponta que “separado do oceano por uma fita de terra, estende-se, por todo o litoral do Rio Grande, um longo rosário de lagos”. E completa:

Todos eles, que somam cerca de 50, têm comunicação com o mar: a grande Lagoa dos Patos, aberta no porto do Rio Grande, a Lagoa do Forno, ligada ao Mampituba, e a Lagoa de Tramandaí. Por meio desta, a ligação se estabelece de modo tal, que ela é a intermediária entre o Oceano e um longo sistema lacustre, formado pelas que se

<sup>40</sup> RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. De Tramandaí a Torres: uma viagem ao “centro da terra”. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). **Três Cachoeiras marcas do tempo: II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS**. Porto Alegre: EST, 2004.

<sup>41</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgar. Relatório da Excursão ao Litoral e à Região das Lagoas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1960. p. 18.

<sup>42</sup> ROQUETTE-PINTO, op.cit., 1960, p. 18.

chamam: *Barros, Tapera, Charqueada, Quintão, Dinheiro, Capão Alto, Porteira, Meio, Rincão das Éguas, Corquinha, Cidreira, Fortaleza, Manuel Nunes, D. Antônia, Firmiano, Armazém, Pombas, Passo, Malvas, Pinguela, Quadros, Estiva, Boa Vista e Itapeva*. Todas se comunicam; podem ser navegadas, com algum esforço, em uma grande extensão.<sup>43</sup>

Nessa passagem Roquette-Pinto faz menção ao sistema lacustre existente no Litoral Norte, dizendo que *todas se comunicam e podem ser navegadas*. É esse conjunto de lagoas que vai servir para a navegação lacustre de Osório até Torres, dando seqüência, mesmo que precária, aos projetos do Estado na melhoria dos transportes de cargas e pessoas para a região, o que vai influenciar no movimento de pessoas para a *praia balnear* de Torres.<sup>44</sup>

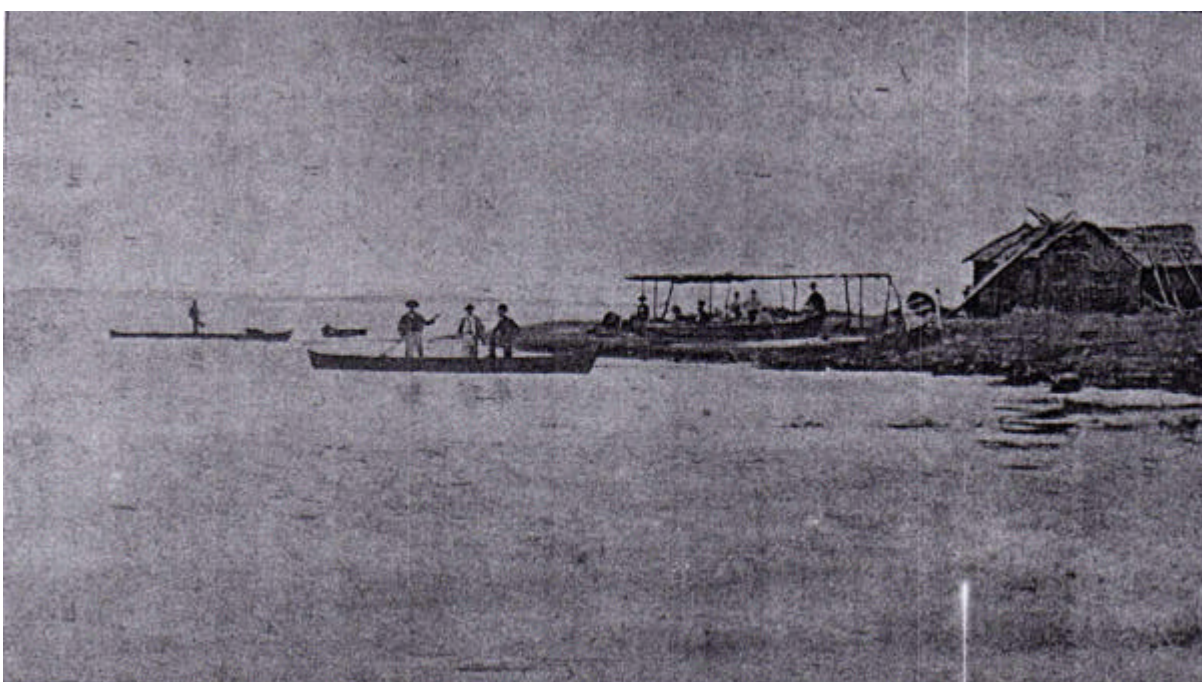


Figura 4 - Pescadores de Tramandaí. ROQUETTE-PINTO, E. Relatório da Excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

Chegando a Tramandaí *ou Tramandi, como dizem os pescadores*, chama o povoado de curiosa povoação, e destaca que “a relativa importância que tem a povoação de Tramandaí não vem da navegação, inexistente. Mas este pitoresco povoado é um grande centro de pesca e serve,

<sup>43</sup> ROQUETTE-PINTO, op.cit., 1960, p. 20.

<sup>44</sup> A esse respeito Cf. SILVA, Marina Raymundo da. **Navegação Lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: D. C. Luzzato, 1985.

também, de *estação balneária para a Capital do Estado*, com a qual mantém, durante alguns meses de verão, um serviço de diligências”.<sup>45</sup>

A propósito de Tramandaí não ser um centro de navegação, é preciso que se diga que conforme Roquette-Pinto o lugar era um importante centro de pesca, principalmente de bagre, que ele considerava o bacalhau brasileiro e que era preparado neste mesmo lugar. Registramos também que havia já em Tramandaí, pelo relato, um incipiente início de aproveitamento da praia, além das diligências, transporte fundamental para quem queria usufruir das benesses do mar em algum ponto do litoral além de Tramandaí e que serão, no futuro, importantes para que os veranistas possam chegar à Torres.

Voltando ao Relatório, verificamos que o viajante prossegue anotando que “a vila se estende sobre um braço de terra que fica apertado entre o Atlântico e a Lagoa de Tramandaí” e que “a pequena aldeola tem umas 100 casas, todas de madeira, cobertas de tiririca-do-brejo (*Cyperacea*), baixas e originais, onde se aloja uma pequena população de pescadores. Para os banhistas, que chegam em pleno verão, aí existem dois hotéis, ambos construídos segundo a norma das outras casas: paredes de tábuas e tetos de palha”.<sup>46</sup>

Continuando a viagem, depois de excursionar entre Tramandaí e a Lagoa do Maquiné (ou Quadros), via estuário lacustre, Roquette-Pinto entra na última lagoa antes de Torres, *a formosa Itapeva, verdadeiro mar interior do mais original aspecto*, que ao seu final marcava o ponto norte extremo da navegação lacustre. Do *Porto do Cunha*, marchou para o mar, e seguindo a praia, relata o viajante, “fomos dar à vila de São Domingos das Torres, único ponto do litoral do Rio Grande em que as areias dão lugar a rochas plutônicas, grandes rochedos, como o *Portão*, lambidos pelas vagas”.<sup>23</sup>

Sobre a vila de São Domingo das Torres faz as seguintes observações:

Esta vila se tornou vulgarmente conhecida depois que se pensou em aproveitar suas condições geológicas para obter um porto capaz de servir ao grande e frutuoso Estado da União Brasileira. Este projeto abandonado por outro que melhora a entrada da Lagoa dos Patos, talvez ainda venha a ser ponto de cogitação; como também o será a utilização real e eficaz dos grandes lagos.

A vila se acha um pouco ao sul da barra do rio Mampituba, que separa os territórios de Santa Catarina e Rio Grande. As areias vivem em contínuo assalto às suas casas. Mostraram-me algumas completamente soterradas em pouco tempo.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> ROQUETTE-PINTO, op.cit., 1960, p. 20.

<sup>46</sup> Ibid., p. 29.

<sup>47</sup> Ibid., p. 29-30.

A vila, como se pode observar pela descrição, era bastante pequena no início do século XX. Depois de sua estada em Torres, além de suas observações científicas, Roquette-Pinto faz anotações importantes sobre a colônia alemã de Torres, oitenta anos depois de sua fundação.

Ao retornar a Porto Alegre, via Lagoa Itapeva, acampa junto ao *Porto da Colônia* descrevendo que era “apenas uma praia limpa; nenhuma cabana, nenhum sinal de gente nesse porto. Os pescadores de Tramandaí, que raríssimas vezes vêm até aí, dão esse nome ao lugar porque aí se pode penetrar até à antiga *Colônia de São Pedro*”.<sup>48</sup>

Sobre a Colônia de São Pedro, o viajante fez o seguinte relato:

No dia seguinte, às 7 horas da manhã, saímos debaixo de uma chuva fina para a Colônia de São Pedro, um dos mais antigos núcleos alemães no Brasil. Duas horas gastamos em percorrer a picada pela mata que separa a lagoa das primeiras terras da Colônia. Varada a floresta o caminho se alteia lentamente, e galga a encosta da serra com suavidade. O aspecto das casas era decadente. Apesar do clima, ideal, da uberdade do solo, a colônia declinou porque foi estabelecida no meio da solidão, longe de qualquer centro consumidor, ou exportador sem poder transportar os produtos da terra. O arraial de São Pedro, perdido naquela serra entre vales belíssimos, tinha o ar de uma vila abandonada. Já então cessara a chuva e o sol espiava por entre as nuvens claras. Encontramos uma única pessoa: uma mulher já idosa, que, recostada a janela de sua casinha, costurava olhando-nos surpreendida.(...).

No entanto as construções que havíamos achado nesse arraial contrastavam, pelo adiantamento industrial que pressupõem, com aquela solidão. Tínhamos visto uma pena igreja, uma olaria, e mesmo uma *destilação* arruinadas. A curiosidade nos moveu a indagar da simpática velhinha. Tudo aquilo fora florescente. A triste revolta de 93, de que eu por toda a parte encontrei as mais sombrias recordações na gente do campo, promovera o descalabro. Por essa ocasião os colonos, quase todos, que já viviam apertados pela falta de comunicações com um mercado qualquer, onde encontrassem saída para suas produções, abandonaram São Pedro, onde muitas depredações se cometeram e procuraram *Três Forquilhas* ou *Barra do Ouro*.

Quando voltávamos para o nosso pouso, um homem apareceu na soleira de uma casa e nos fez sinal, chamando-nos. Supunha que fôssemos pescadores de Tramandaí e desejava trocar ½ saco de feijão por alguns bagres secos. O raro comércio dessa gente isolada é assim feito, à primitiva. Mesmo os produtos da indústria fabril que algum mascate leva, com mil dificuldades, eles adquirem por troca, dando, em cereais três ou quatro vezes mais do que o teriam feito se por lá houvesse dinheiro. Tenho, porém, como certo, que a antiga colônia ressurgirá por força de suas próprias qualidades de clima e de solo, um dia, quando se tiver aproveitado aquele maravilhoso sistema lacustre.<sup>49</sup>

Evidentemente o relato de Roquette-Pinto é breve. No entanto é pertinente ao assinalar o continuo abandono da colônia, que através de outros documentos e relatórios também confirmamos. Mesmo oitenta anos após sua fundação, a colônia alemã de Torres permanecia abandonada à própria sorte.

<sup>48</sup> ROQUETTE-PINTO, op.cit., 1960, p.31.

<sup>49</sup> Ibid., 31-32.



Assim como Carl Seidler, Roquette-Pinto destacava a fecundidade do solo e o clima ideal como fatores positivos para a prosperidade da colônia. Entretanto, concordando novamente com Seidler, apontava a distância da colônia dos centros consumidores e o difícil acesso a tal região como fatores preponderantes para a não florescência da colônia. Otimista, Roquette-Pinto enfatiza que “a antiga colônia ressurgirá por força de suas próprias qualidades de clima e de solo, um dia, quando se tiver aproveitado aquele maravilhoso sistema lacustre”, ou seja, quando o ponto crucial para o desenvolvimento da região, o melhoramento dos transportes, se resolver.

O levantamento que fizemos até agora pelos relatos dos viajantes serve para mostrar o desenvolvimento do interior da vila de Torres em dois momentos, separados por cerca de oitenta anos. Nesse período de tempo nem a colônia São Pedro, nem a vila de Torres haviam mudado muito.

Praticamente os primeiros cem anos da colônia de São Pedro foram marcados pela estagnação econômica e também cultural, o que não serve para a análise das outras colônias da região, Três Forquilhas [alemães] e Maquiné [italianos]. Relacionando os relatos citados ao presente trabalho, verificamos que nesse período se estabelece um marco essencial para um começo de mudança econômica e cultural - ainda incipiente - para o interior do Município de Torres e, por conseqüência, para as populações do interior do mesmo, majoritariamente de descendência germânica: é a *descoberta* da praia de Torres como um novo ponto de referência para a saúde, o lazer e mais tarde, o turismo. Tais benefícios, interligados e cruzados, trarão melhores dias para a região como um todo, principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930.

A essa *descoberta*, ou *invenção* da praia de Torres como aqui chamamos, podemos acrescentar um outro fator importante de ordem econômica e também apontado por Roquette-Pinto: é a possibilidade ainda não descartada da construção de um porto marítimo na Vila<sup>50</sup>, aproveitando suas condições geológicas. Esse assunto vinha sendo tratado pelas autoridades governamentais desde a proclamação da República e ainda não havia sido descartado. Falava-se também na construção de uma linha férrea cruzando a região, assim como na navegação lacustre ligando Torres [e o Litoral Norte] a Porto Alegre.

---

<sup>50</sup> Sobre o assunto ver: SOUZA, Cristina Rodrigues de. **Política portuária na República Velha: o Porto de Torres**. São Leopoldo, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em História – UNISINOS, 2002

## 2. A TRANSFORMAÇÃO DO LITORAL EM PRAIA: UM NOVO OLHAR SOBRE A NATUREZA E OS *TEMPOS LIVRES*

*O desejo de frequentar a praia parece ter nascido de um investimento simbólico complexo e contraditório, que atribui a esse espaço dotado de características físicas particulares, uma função liminar, fragilmente situada entre os objetivos terapêuticos e o prazer. Confrontamo-nos com uma nova intensidade das emoções e sensações face à natureza marítima.*

*O desejo de estar à beira-mar começou por ser uma prática que analiticamente se pode enquadrar nos novos instrumentos de diferenciação social que a aristocracia se viu forçada a inventar e organizar, face à ansiedade suscitada pela rápida ascensão social das camadas burguesas.*

Helena Cristina Ferreira Machado. A construção social da praia<sup>51</sup>

### 2.1. O mar: de ambiente terapêutico a espaço de lazer

O historiador francês Alain Corbin recorre ao fenómeno da transição da visão clássica da natureza para uma abordagem secularizada do mundo, para explicar a origem do desejo experimentado pelas elites europeias de passar algum tempo à beira-mar.<sup>52</sup> Aponta que antes da segunda metade do século XVIII a visão dominante sobre o mar era marcada pela interpretação

---

<sup>51</sup> MACHADO, Helena Cristina Ferreira. **A construção social da praia**. Instituto Camões e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro: Guimarães, Portugal, 1996.

<sup>52</sup> CORBIN, Alain. **O Território do Vazio - A Praia e o imaginário Ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 11.

bíblica do oceano como “(...) grande abismo, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da criação, flutuava o espírito de Deus.<sup>53</sup> Segundo observa o autor, a edificação do pensamento secularizado vai organizar e sistematizar um novo olhar sobre a realidade, permitindo que no século XVIII, as classes sociais mais elevadas experimentem novas sensações e desenhem novas práticas no contato com a natureza marítima.

A classificação clássica da natureza, sistematizada por Aristóteles e reforçada e difundida no Renascimento, alicerçava-se num código da transcendência. Isto significa que se entendia que o físico e o espiritual, o humano e o divino mantinham entre si relações harmoniosas, mas sobretudo, misteriosas e incontroláveis, por que infinitamente longínquas e superiores ao homem. O olhar que o homem depositava sobre o mar e, toda a natureza marítima, era estruturado pelas mitologias bíblicas, inspirando sentimentos de horror, impotência e incompreensão perante um elemento natural infinitamente grande, que simbolizava o poder de criação de Deus. Logo, o mar era percebido como irreversivelmente indomável, transcendente ao poder finito do homem.<sup>54</sup>

Com o pensamento secular, a visão teológica da natureza que entende o mar como uma criação divina transcendente ao homem, dá lugar a um imaginário que concebe a natureza como uma coisa palpável, próxima dos homens, nada mais do que o conjunto lógico dos fatos concretos. De agora em diante, a natureza é enquadrada num código da imanência, que faz supor que o infinitamente pequeno, como um animal ou uma planta, não é transcendido pelo macrocosmo.<sup>55</sup>

Supõe-se que a natureza constitui um sistema com movimentos autônomos, com as suas próprias leis internas, que o homem deve observar e admirar. O respeito pela dinâmica própria da natureza permitirá que o homem se aproxime dela e a conheça melhor. E que, em última instância, se torne mais apto para a dominar.

Mas o homem é inquieto, curioso, tem desejos; desejos de novos prazeres. Prazer, inicialmente que faz parte da luta contra a melancolia, mas responde também ao desejo de acalmar as novas ansiedades, que, como refere Corbin, ao longo do século XVIII se propagam e se revezam no interior das classes dominantes. É ainda, exatamente o que faz o abundante

---

<sup>53</sup> CORBIN, op.cit., 1989, p. 11.

<sup>54</sup> Ibid., p. 11.

<sup>55</sup> MACHADO, op. cit., 1996.

discurso médico consagrado às virtudes da água fria do mar e, sobretudo, às vantagens do contato com as ondas e da vilegiatura costeira.

A delicadeza excessiva e a palidez disseminam, de fato, o medo. As classes dominantes, que julgam não serem beneficiadas pelo vigor que o trabalho proporciona às classes trabalhadoras, sentem-se minadas por dentro. A elite da sociedade teme seus desejos artificiais, seus langores, suas neuroses. As paixões e excitações que lhe são próprias ameaçam-na de morte social, por não saber participar dos ritmos da natureza. É nessa perspectiva que se inscreve a emergência do desejo das praias de mar a partir da metade do século XVIII. Mais ainda que o campo, o oceano representa a natureza irrefutável que está além do cenário, e na qual a mentira não tem vez. Assim se esboça o paradoxo sobre o qual se funda a moda na praia: o mar se faz refúgio, causa esperança porque causa medo. Esperança de gozá-lo, de experimentar o terror que inspira, mas desarmando seus perigos: tal será a estréia da vilegiatura marítima. Doravante, espera-se do mar que acalme as ansiedades da elite, que restabeleça a harmonia do corpo e d alma, que estanque a perda de *energia vital* de uma classe social que se sente particularmente ameaçada em suas crianças, suas raparigas, suas mulheres, seus pensadores. Espera-se dele que corrija os males da civilização urbana, os efeitos perversos do conforto, embora respeitando os imperativos da *privacy*<sup>56, 57</sup>.

Essencialmente, segundo Corbin, após a metade do século XVIII, a praia e o banho de mar nascem de um projeto terapêutico, com prescrição e ordem médica, que pressupõe a cura inspirada no modelo proposto pelas estâncias termiais, então muito em moda; entretanto, o banho de mar se apresenta como uma prática estritamente codificada.

A ordem e a prescrição médica seguem. Mas no começo do século XIX os médicos irão mudar radicalmente o modelo do banho terapêutico. Paralelamente aumenta o discurso sobre os riscos do enfraquecimento. A urbanização crescente, a importância que as classes dominantes atribuem a seu capital genético intensificam antigas ansiedades. Muito rapidamente, a invenção da praia acompanha a descoberta das virtudes da água do mar. Conforme Corbin, “a figura da praia salubre constitui desde então um volumoso capítulo da topografia médica que se forma no ocidente. Desde então, os modos de apreciação do mar, da terra, do ar e do sol se modificam, da mesma forma que os limiares do frio e do calor ou a percepção do bem-estar. Acima de tudo, as modalidades da escuta da cenestesia são revolucionadas”.<sup>58</sup>

Neste fim do século XVIII para início do século XIX a distinção/separação sexual é elemento primordial na organização social da praia. Segundo Corbin:

<sup>56</sup> *Privacy*: indica a intimidade que define e possibilita o exercício da vida privada.

<sup>57</sup> CORBIN, op. cit., 1989, p. 69-73-74.

<sup>58</sup> Ibid., p. 82-85.

Nessa pré-história do banho de mar, dois papéis distintos são assim desempenhados na cena da praia e se oferecem ao espectador armado de sua luneta. A mulher, postada em águas pouco profundas, friorenta e pronta pra retirada, como se temesse a agressão da onda que ela só afronta por simulacro, mantém-se junto à carruagem de banho, às vezes ocultando-se na companhia do “banhista”. Acontece que esse jogo de ocultamento, o temor da violação ocular e dos binóculos indiscretos, contribui para dramatizar a cena. O código estrito do pudor, que começa então a reinar, deixa pressentir a intensidade da sensação, penosa ou agradável. Para uma mulher da burguesia, há algo de extraordinário em deixar a *privacy*, ainda que seja numa carruagem de banho, e deparar-se no espaço público, os cabelos soltos, os pés descalços, os quadris à mostra, ou seja, em trajes que se reserva para aquele com quem se escolheu partilhar a intimidade. Para compreender bem isso, é preciso pensar na intensa carga erótica dos tornozelos e da cabeleira femininos. O simples contato dos pés descalços com a areia já representa uma solicitação sensual, um substitutivo não muito consciente da masturbação. Para as burguesas condenadas ao lar, mais que para as aristocratas habituadas à vida mundana, a prescrição médica possibilita uma liberdade inesperada, reserva de insólitos prazeres.

Para o homem, Corbin mostra que:

O homem, ao contrário, protagoniza uma cena de coragem; almeja o heroísmo de ter enfrentado as invectivas do mar, de ter sentido na pele a flagelação da água salgada, e de sair como vencedor. A exaltação viril que experimenta antes de se lançar à água tem a ver com a ereção, avivada pela proximidade das mulheres, eventuais espectadoras do assalto, excepcionalmente oferecidas ao olhar em uma seminudez. O fato de elas se agruparem num setor da praia, onde a interdição do sexo oposto reconstitui uma cena de harém, não muda em nada a situação; pelo contrário: a profusão das jovens no banho é também o espetáculo picante das virgens em desassossego. Tudo isso justifica o uso de binóculos que, segundo vários testemunhos da época, constitui um dos passatempos favoritos dos homens nas praias.<sup>59</sup>

Em Brighton, conta esse mesmo autor que de acordo com um guia de 1796 os homens observavam as banhistas, ‘não apenas quando elas voltavam em desordem do mar’, mas enquanto correm, saltam e chapinham em seus bordos lamacentos, como Náiades em roupas de flanela.<sup>60</sup>

A privacidade e a da distância social subsistem a beira mar; a questão do pudor e o medo da violação ocular determinam o traje de banho. Por isso, as primeiras mulheres a mergulhar no mar usavam um grosso vestido de lã para conservar o calor. “Na França, na época da restauração, é assim vestidas que as damas tomam banho. Em Royan, no início dos anos 1820, homens e mulheres vestem um longo traje de *burel* marrom sobre calça comprida. Por muito tempo proliferam ridículas vestimentas individuais; depois o traje de banho se normaliza, uniformizando-se em função de três imperativos: moral, terapêutico e relativo à ginástica”.<sup>61</sup>

<sup>59</sup> CORBIN, op. cit., 1989, p. 89-90.

<sup>60</sup> Ibid., p. 89-90.

<sup>61</sup> Ibid., p. 93.

Nesse contexto, a história da roupa de banho segue a acentuação do pudor, que, como aponta Norbert Elias, acompanha o processo de civilização.

É agora um novo contato do corpo individual com a natureza marítima; antes era o corpo em busca da saúde; agora, além disso, observa-se o corpo ocioso num tempo dilatado e simultaneamente liberado no seu emprego adaptando-se a novas sensibilidades. “O litoral marítimo era para tratar a debilidade, [...] etc. Na imersão misturavam-se prazer e sanidade do corpo por ação do líquido frio, elaborava-se uma maneira inédita de sujeitar o corpo a provações. A exaltação desta intimidade de vida dá aos banhos de mar o sentido de uma regeneração periódica, expressão de um novo tônus, e esta renovação permite ao indivíduo revigorar-se. Na sociedade industrial, os rituais de férias em torno do corpo acompanham as atenções pessoais. Vestuário e nudez sabiamente conjugados, gosto e displicência habilmente compostos contêm valores germinadores das férias: exibição do corpo, encenação do eu tornam-se essenciais para desenhar um perfil, iniciar um gesto, desenvolver um critério de gosto, jogar com a apresentação e a reafirmação da sensibilidade pessoal. O parêntese da cura, e depois das férias, abre-se a um período de tempo em que se conjugam os prazeres e a sua ostentação”.<sup>62</sup>

Sensibilidades adaptadas a uma renovação das sociabilidades: o resultado disso traduz bem os hábitos de estadia sazonal a beira mar. As novas imagens aguçam os olhares; as pessoas deliciam-se ao deixarem ver seu corpo: cada etapa do desnudamento progressivo começa por causar escândalo, depois vulgariza-se. Mostrar o joelho ou descobrir o braço e os ombros deixa de ser indecente. O corpo não está apenas curado e reabilitado: é oferecido aos olhares. Mais ainda, para André Rauch,

As sensibilidades adaptam-se a esta [nova] nudez codificada ao sabor da moda do vestuário. Graças à estética, a interiorização da norma moral contém as pulsões. Não se trata simplesmente de uma progressão do pudor, mas sobretudo de uma reformalização da relação das pessoas consigo próprias. Com as estadias no litoral marítimo, a cura perde a sua rigidez ascética. Novo jogo de sedução, o *flirt* vulgariza-se nestes lugares privilegiados das estâncias balneares e seus cassinos. Aí se conciliam pudores e imperativos do desejo. A mulher deixa adivinhar a sua sensualidade. O novo erotismo impõe a delicadeza, implica requinte e dá a medida dos tempos. Pelo seu encanto e graça, o *flirt* torna-se um comportamento de transição indispensável a quem quer seduzir. Cria um código da *distância* interindividual, prelúdio ao encontro: a carícia de um olhar abre um tempo em que vão alojar-se convívios e cumplicidades. O toque insensível esboça os preliminares dos jogos amorosos.

---

<sup>62</sup> RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada (1830-1939). In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001. p. 99.

Simultaneamente, observa o autor,

[...] o corpo torna-se o lugar visível de uma identidade. Mais que a situação social, as máscaras e os papéis de empréstimo, mais até do que as idéias ou as convicções, frágeis e influenciáveis, o corpo torna-se a realidade da pessoa privada; atrai ou repele o desejo do outro. Para além do trabalho, dos negócios, da política e da religião, o corpo, *expansivo e livre*, concede-se uma outra vida. Aceder à imagem pessoal aviva o sentimento de ser importante e difunde o desejo de contato social. Nos jornais ou nas revistas, cujo número aumenta, jornalistas e fotógrafos massageiam o ego, valorizam a expansão individual, teatralizam as atitudes, os gestos, as expressões do corpo e as mímicas do rosto. Nesta relação do indivíduo consigo próprio, a família desempenha um papel que não é de desprezar. A casa de férias é disso reveladora.<sup>63</sup>

Para estas novas sociabilidades o cenário principal era a *estância balnear* a beira mar. Mas os porto-alegrenses ainda não a tinham plenamente, embora tivessem o Guaíba. Mas o mar com seu glamour era distante e quiçá, inatingível. Então era preciso aproximá-lo inventando a praia. Para isso, a pequena Vila de Torres foi o palco.

## 2.2. A invenção social da natureza como poder social

A apropriação da natureza pelas elites parece funcionar como um sinal simbólico e cultural que assume particular importância face ao processo de instabilidade que o capitalismo, na sua fase embrionária, introduziu no sistema de estratificação social.

A dissociação entre as bases tradicionais de posição social e as novas fontes de poder econômico edificadas pelo modo de produção capitalista, criou na camada mais alta das elites, a necessidade de inventar estratégias de distinção social [simbólicas ou não] face à burguesia em ascensão.

Não é a propriedade de espaços naturais como os jardins, por exemplo, que, em si mesma, permite a distinção social. A classe superior ameaçada consegue o desejado distanciamento face aos outros grupos sociais pela elaboração mais ou menos sofisticada, de técnicas de utilização dos espaços naturais. A elaboração de uma gestualidade, padrões de interação e sensibilidade estética específicos para o contato com os espaços naturais, permite a ostentação de uma posição social elevada.

---

<sup>63</sup> RAUCH, op. cit., 2001, p. 100-101.

Algumas dimensões do comportamento inventado para estabelecer uma relação com a natureza do poder que possibilitasse a distinção social, puderam ser apreendidas pela observação da imagem<sup>64</sup> a seguir, [figura 5] uma vez que ela pode ser tomada como um tipo de texto que aponta para sociabilidades e sensibilidades, entre outros aspectos, no contexto da praia.



Figura 5 - Torres. Praia Grande, final década de 1930. Revista *A Gaivota*. Ano XI, Número 11. Revista literária e ilustrada das praias balneárias. Direção de João M. Castello, temporada de 1939.

<sup>64</sup> É premissa desse trabalho que a imagem fotográfica pode ser utilizada como documento histórico primário. Não como uma réplica da realidade vivida, mas como representação que necessita de leitura crítica e interpretação. Representam aqui, em nossa leitura, “códigos culturais” de uma época em que a elite porto-alegrense quer se fazer diferente, ou semelhante a todas as outras, para se distinguir socialmente. A foto tomada como documento histórico precisa ser decodificada e apreendida em sua conotação. Após a identificação do conteúdo da fotografia é preciso deduzir o que não se vê, em torno daquilo que se está vendo. O trabalho analítico do “leitor” é, portanto, que revela as articulações do conteúdo interno com o externo às fotos. As fotografias interpretam e dialogam com o tempo vivido traduzindo-o numa linguagem de imagens. As fotografias compõem um catálogo de comportamentos e de formas de representá-lo. É possível, portanto, tomar fotografias como significantes de um estilo de vida, de formas de sociabilidade desenvolvidas por famílias da elite porto-alegrense em momentos de lazer, descontração e distinção na praia de Torres. Para Susan Sontag, “a fotografia tem poderes que nenhum outro sistema de imagens jamais desfrutou porque, à diferença dos anteriores, ela não é dependente de um criador de imagens. Por mais cuidadosamente que o fotógrafo intervenha para preparar e orientar o processo de criação de imagem, o próprio processo permanece como um processo óptico-químico (ou eletrônico), cujas operações são automáticas, cujos mecanismos serão inevitavelmente modificados a fim de proporcionar mapas do real ainda mais detalhados e, por conseguinte, mais úteis. A gênese mecânica dessas imagens e a eficiência dos poderes que elas conferem redundam numa nova relação entre imagem e realidade. SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



Podemos observar na imagem a “veranista” posando para uma fotografia tendo como fundo a “natureza”[praia]. Desdobrando a análise, podemos dizer que nesta imagem percebemos a apropriação da natureza pela veranista, porque ela capturou a praia e a trouxe para junto dela através do recurso da câmara fotográfica, outro signo da modernidade no início do século. Nos parece pertinente afirmar também que a mulher apresentada nessa fotografia manifesta uma posição social elevada através da postura corporal. Os movimentos e técnicas corporais, bem como as vestimentas reveladas pela mulher na praia demonstram que ela sabe usar o *tempo livre*<sup>65</sup>, evidenciam poder social pela manifestação da possibilidade de estar corporalmente “sem

---

<sup>65</sup> Usamos o termo *tempo livre* empregado por Alain Corbin. Para este historiador, “a história do tempo livre não se resume à da sua problemática conquista ou à invenção dos seus usos. Captar o sentido do que aqui está em jogo implica perceber a evolução das representações do tempo, a distribuição dos tempos sociais, a sutileza da sua hierarquia, as modalidades da sua disposição e da sua confrontação. Entre os meados do século XIX e o início dos anos cinquenta, a obsessão crescente do emprego do tempo foi acompanhada por uma dessacralização dos ritmos e uma rigorosa divisão das horas – processos então indissociáveis do apuramento das medidas, do aumento das preocupações de exatidão e da atenção prestada a seqüências cada vez mais breves. Este século é apaixonado pela aceleração. As percepções de velocidade foram-se agudizando pouco a pouco e a pressão temporal adensou-se, renovando o sentido dos intervalos. Estas modificações da trama dos dias e dos meses comandaram a evolução das figuras do tédio, da fadiga e do repouso; avivaram a impaciência, comprometeram a resignação. Sobretudo, remodelaram profundamente a experiência de si e os processos de construção das identidades, individuais e coletivas. Germinaram novos desejos, novas necessidades... A quem deseje fazer a história do tempo livre impõe-se também o estudo das formas da dominação, real, imaginária ou simbólica a que este é então submetido. A sutil seqüência das diatribes contra a ociosidade, a passividade, o vazio das horas, a permanente denúncia do desperdício de tempo que está ligada à obsessão da perda e, do mesmo passo, a exaltação da atividade induziram muitos remorsos e perturbaram a satisfação de muitos desejos. Este medo da brecha, até do interstício no emprego calculado das horas, este cuidado permanente de desqualificar a espontaneidade engendram um sistema de normas que durante muito tempo pesou sobre os usos do tempo disponível. O mesmo se pode dizer do jogo das imitações, impostas ou sugeridas, dos modos de circulação social dos modelos culturais e das transferências operadas além-fronteiras. E, de novo, o mesmo se passa com o princípio de organização que incita a desenhar, até a impor os empregos do tempo alheio. A história do tempo livre implica, evidentemente, levar em conta a disparidade das tradições nacionais e a diversidade dos empreendimentos sociais conforme os territórios... Quanto à ação dos industriais do lazer, ainda balbuciante, manifesta-se sobretudo nas práticas de recreação cidadina e no formato da vilegiatura. Entre o princípio da década de 1860 e os meados do século XX, a disponibilidade temporal pessoal e alheia constitui uma preocupação crescente. Neste domínio, o período caracteriza-se por uma grande capacidade de invenção que a atenção prestada às etapas da conquista ocultou durante muito tempo. Este século de extensão do tempo libertado ao longo do dia, da semana, do ano, da vida é também o de uma profunda renovação das representações dos tempos sociais e dos seus usos. Disso são testemunhos o advento das férias, a complexa genealogia dos lazeres de massas, a persistência e depois o declínio das formas de um lazer culto que se tornou obsoleto... Mas não se limita a isso o essencial desta história secular. Ela é também medida pela elaboração, exaltação, depois debilitação do sonho, do discurso e de todas as iniciativas de aculturação coletiva pela organização dos tempos livres dos trabalhadores. Foi durante este século que a insuficiência da re-criação da força de trabalho se foi impondo lentamente e que o desejo de um tempo pessoal que foi assumindo, a pouco e pouco, a figura de um tempo para o corpo, acabou por vencer. Pousar os olhos sobre a história das maneiras de viver ou, se preferir, sobre a dos usos do tempo revela compassos despercebidos e leva a propor novas divisões do passado”. CORBIN, Alain. Conclusão. In: \_\_\_\_\_ **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

fazer nada”, isto é, são signos que elaborados denotam um conjunto de manifestações corporais que não são destinadas à realização de uma atividade economicamente produtiva, mas de lazer.<sup>66</sup>

Na fotografia, o “não fazer nada” é revelado de duas maneiras principais. Por um lado, temos o “não fazer nada” através da imobilidade do corpo. Esta dimensão particular da ostentação do *tempo livre* é aí representada. Por outro, a noção dos códigos de prazer que evidencia sua posição de bem estar, de estar à vontade nessa relação de contato com a natureza.

Os rituais de interação com a natureza são elementos essenciais no processo de distinção social, levados ao dia-a-dia das elites na praia como modo de agir rotineiro, comum entre os seus, mas inventado para distinguir. A aparente descontração e segurança de quem está familiarizada com o contato literalmente físico com esse espaço natural circundante evidencia o enunciado. O contato com a areia, ou neste caso com a pedra, bem como o uso de acessórios para o ambiente em evidência mostra que o contato com a natureza pode provocar um prazer mais completo do que o que evidencia um olhar mais rápido sobre a imagem.

Por fim, a mulher parece simbolizar o poder de apropriação da natureza inserida no espaço da praia, o que é marcado pela sua desenvoltura, relaxamento e idéia de bem estar sugerindo que estamos na presença de uma conhecedora dos rituais de interação com este espaço.

Da análise desta fotografia podemos inferir, ainda, que guardadas as proporções, existe uma estratégia de distinção social elaborada pelas elites culturais européias dos séculos XVIII e XIX, que foram apropriadas pelas elites brasileira e porto-alegrense e que consistiu na ostentação do *tempo livre* [*dolce far niente*] manifestado pelo contato com a natureza [mar, piqueniques, passeios]. Esse contato parece obedecer a determinados ritos e codificações que se traduzem não só em técnicas corporais, mas também no vestuário e acessórios. Sobre sinais exteriores como expressão, postura corporal e vestuário constrói-se um dicionário de reconhecimento. Aqui a importância da linguagem não verbal é irreversível, é condição *sine qua non*. Destina-se aos outros e por eles deve ser recebida, oferecendo-se ao elogio ou a sanção dos processos de classificação social.

Um último aspecto dessa análise que estamos empreendendo tem relação com a figura feminina pois parece estar delegada à mulher a função de realizar a interação com a natureza como estratégia de demonstração de uma posição social elevada. Este aspecto, entretanto, tem as suas contradições, embora saibamos que as mulheres do final do século XIX e início do século

---

<sup>66</sup> Ver Arroio Teixeira. O local faz a distinção.

XX, quando a condição social o permitia, deixavam os trabalhos domésticos e/ou profissionais, dedicando-se ao casamento, à maternidade, à filantropia e à vida social, o que incluía a contemplação da natureza em todas as suas nuances. Assim sendo, é o estatuto social do homem e a sua posição econômica que dão, em última instância, a possibilidade à mulher de ficar sem realizar uma atividade economicamente produtiva. Afinal, o que a mulher do início do século XX projeta para fora de si própria e revela à sociedade é profundamente revelador da posição social ocupada pelo patriarca.

O imaginário da praia e da natureza marítima não é, portanto, neutro. Traduz relações de poder e revela estratégias de reprodução da posição de classe e de distinção social. Além disso, a escolha de espelhar uma situação social revelada através do contato com a natureza, é algo com repercussões muito diferentes para homens e mulheres do mesmo grupo social.

A percepção do mundo natural não tem, em si, nada de natural, existe uma verdadeira gênese social nas categorias de percepção do mundo natural (...) que funciona como uma negação das relações sociais, como uma evocação neutra do mundo social que fala desse mundo como se não falasse.<sup>67</sup>

Para Alain Corbin, o modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que frequentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distinção condiciona igualmente as modalidades de fruição do lugar. O emprego do tempo e o arranjo do espaço imposto pelas formas de sociabilidade que se organizam para depois se manifestarem à beira mar, a gama das distrações, dos prazeres e das obrigações que daí resultam, esboçam a vilegiatura marítima.<sup>68</sup> Todavia, o desejo da descoberta de outros lugares e da libertação das pressões temporais está também presente neste contexto. Há, então, a exaltação da circulação tendo a natureza como destino: deslocamentos, por exemplo, do hotel para os locais de banhos, o passeio num cenário de natureza privilegiada, os espaços estilizados, mesmo se submetidos a horários e regidos por uma etiqueta favorecem a civilidade da exibição pessoal, em meio à natureza exótica. Homens, mulheres e famílias em férias ou em busca da cura para as suas doenças fazem uso do tempo livre para a fruição da natureza ou para os lazeres e as sociabilidades. Entre esses dois usos do tempo, o da

---

<sup>67</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Distinção – Crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

<sup>68</sup> CORBIN, op. cit., 1989.

cura e o da descontração, cria-se uma tensão que altera o sentido e os costumes da estadia à natureza. Nesse sentido, André Rauch refere que:

O regresso aos paraísos perdidos alimenta sonhos: a evocação de uma estética de vida bem junto da natureza que se oferece ao olhar e convida ao devaneio. O enunciado do guia multiplica os atrativos: variando as fontes do prazer de onde são expulsas as imagens do trabalho valoriza os vestígios do passado: a memória do panorama induz a nostalgia do feudalismo. Uma sociedade de costumes requintados fecha o horizonte, protegendo o grupo que estes sinais de distinção, por assim dizer, encastraram. Entre a pintura dos prados enquadrados por um renque de árvores e os prazeres que esta sociedade tira do quadro da sua vida a equivalência torna-se evidente. Desperta o desejo da estadia [a beira mar][...]

Quanto a praia e mar, vai adiante:

A moda da praia baseia-se no princípio do desafio. Gozar o mar, neutralizar o temor que ele inspira pressupõe estar-se protegido do furor dos elementos sem se estar privado do espetáculo, donde os dispositivos que erigem os estabelecimentos de banhos sobre um molhe a dominar o mar enraivecido. Neste ponto de contacto dos elementos, o aquista espera saúde das qualidades do ar e da espuma do mar, duas expressões atuais da natureza primitiva.<sup>69</sup>

Nesta natureza primitiva, desejos pontuais escalonam o dia; os interesses fortuitos é que fazem a regra, e não o regramento. A beira mar é o lugar da espontaneidade, do fazer o do falar qualquer coisa. Em uma palavra, é o tempo livre se debruçando sobre o pitoresco.

Nestes lugares da natureza, a temperatura exterior torna-se objeto de conversas, o que decide os acontecimentos do dia. A qualidade do ar e a do vento que sopra definem-se de um dia para o outro, da manhã para a noite, com deleite e precisão conforme os efeitos que produzem sobre os sentidos e o humor de cada um. Qualquer conversa sobre a evolução das neblinas e das nuvens assume um tom afetuoso. O nascer do dia e o pôr do sol ritmam o tempo, o estado da água é também objeto de uma apreciação: a subida da maré e a brisa que a acompanha conferem ao dia o seu ritmo e à conversa o seu tema. O mesmo se aplica ao emprego do tempo: o passeio não evolui em distâncias percorridas, mas pelas voltas dos ponteiros do relógio.

Ao inventarem o fascínio dos promontórios, os românticos enriqueceram os prazeres do passeio no areal: apuram as impressões do corpo. Feito turista, o aquista experimenta a fusão com os elementos: o ar, a água, a areia. Saúde confunde-se com harmonia: o mar torna-se a substância original, lugar onde o indivíduo sai do seu tempo para ir ao encontro de uma condição edenica. O litoral está submetido aos ritmos do universo: insensível às revoluções da história, o oceano impõe a sua presença eterna, anterior à criação, recria a saúde dos seres. Neste lugar aberto ao infinito, o aquista vê-se confrontado com os seus valores fundamentais.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> RAUCH, op.cit., 2001, p. 95.

<sup>70</sup> Ibid., p. 96.



Figura 6 - Praia da Guarita. Exótico, intocável e aprazível local de passeios. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

### 2.3. Os significados da praia

O estudo das representações sociais<sup>71</sup> e dos investimentos simbólicos dirigidos à praia nos obriga a repensar e a procurar alternativas ao que parecem ser as orientações teórico-metodológicas dominantes no seio da história.

---

<sup>71</sup> Segundo Denise Jodelet, “sempre há necessidades de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações... Com as representações sociais, tratamos de fenômenos observáveis diretamente ou reconstruídos por um trabalho científico... Na realidade, a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais... Representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social, que contribuem... para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designa como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural... as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social da realidade... Não há representação sem objeto.

Portanto, a noção de representação social apresenta, como os fenômenos que ela permite abordar, uma certa complexidade em sua definição e em seu tratamento. ‘Sua posição mista na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de conceitos psicológicos’ (Moscovici, 1976, p. 39) implica sua relação com processos de dinâmicas

Em primeiro lugar, a abordagem histórica dos processos sociais de atribuição de sentido e significado ao espaço da praia, só é possível se estivermos convictos de que a história vai além do factual, do puramente documental: temos que tentar viver as emoções de homens e mulheres do passado, suas angústias e sentimentos. O estudo das representações sociais e investimentos simbólicos dirigidos ao espaço da praia só é plausível se partirmos do pressuposto de que o pensamento histórico deve avaliar o impacto dos atores sociais não humanos nos processos de criação e organização das práticas sociais. É quando olhamos para a natureza, apropriada e inventada socialmente.

No entanto, o nosso campo de análise estaria muito limitado se considerássemos o espaço da praia como suporte material de atividades humanas de um só tipo. Partimos do pressuposto de que o espaço da praia assume um papel dinâmico e participativo na constituição dos *factos* sociais e que as qualidades estruturais da praia revelam-se essencialmente sob a forma de um capital físico, convertido em capital simbólico sempre que reconhecido e avaliado pelos atores sociais humanos.

Ou seja, as pessoas e as instituições, interagindo entre si e com o espaço da praia formam processos sociais de atribuição de sentido. As características físicas do espaço da praia constituem um elemento essencial no processo de produção social das representações e práticas que lhe são dirigidas. Em outras palavras, o fenômeno de atribuição de sentidos e significados à

---

social e psíquica e com a elaboração de um sistema teórico também complexo. Por outro lado, deve-se levar em consideração o funcionamento cognitivo e o aparelho psíquico, e, por outro, o funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida em que afetam a gênese, a estrutura e a evolução das representações que são afetadas por sua intervenção... Mas é preciso dizer: as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir.” JODELET, Denise(2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.) **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.17-44.

Ainda, para Sandra Makowiecky, “através de imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada. Há, pois, um deslizamento de sentido, uma representação do outro que não é idêntica, porém análoga, uma atribuição de significados. Endossar essa postura significa assumir a decifração do real pelo imaginário, ou seja, pelas suas representações... Não se observa, segundo Falcon (1985.), salvo indiretamente, no texto de Baczko (1985), uma consciência do aspecto hoje mais interessante da problemática das representações: o fato de que, conforme seja a perspectiva assumida pelo historiador, o conceito de ‘representação’ significará coisas totalmente opostas e mutuamente excludentes. Entretanto, muitos autores caminham na mesma direção, com visões mais ampliadas ou restritivas... Ao estudarmos representações, ao nos centrarmos nas representações do mundo, deslocamento cada vez mais possível, é importante levarmos em conta que estas representações são produtos de mentes individuais, mas, especialmente, em grande escala, são produtos de tradições culturais também. Isso parece óbvio, mas precisa sempre ser dito e reforçado.” MAKOWIECKY, Sandra. **Representação: a palavra, a idéia, a coisa**. Cadernos do PPGICH, n. 57, 25 pp. 2003.

praia é construído e dinamizado por processos de interação entre atores sociais humanos e a praia.<sup>72</sup>

No intuito de observar as instituições e as pessoas interagindo entre si e com o espaço da praia, em especial a praia de Torres, nosso *locus* de pesquisa, verificamos que ocorre uma interação entre esses dois processos sociais de classificação e de atribuição de sentido que revelam, ao fim e ao cabo, uma interpenetração entre as definições de natureza e de cultura. Situado na fronteira entre a “natureza” e a “civilização” (esfera da cultura), o espaço da praia pode adotar funções e sentidos multivariados e extremamente fluídos. Parece válida a hipótese de que o espaço da praia está sujeito a processos sociais de classificação flutuantes, alheios a contornos precisos. Inclusive num mesmo momento histórico parece desprovida de validade a idéia de que há uma partilha coletiva de sentidos uniforme e consensual dirigidos ao espaço da praia. Da leitura de Bourdieu, podemos considerar que indivíduos com diferentes recursos e poderes sociais, que se objetivam em diferentes espécies de capital (econômico, cultural e social), atribuem significados diferentes a um mesmo objeto físico.<sup>73</sup>

Isto quer dizer que a percepção que cada um de nós tem da praia, a mistura de emoções e diferentes graus de satisfação que individualmente experimentamos é certamente comparável à que sente uma outra pessoa. Eventualmente, cada um de nós pode acreditar que as suas sensações são únicas. Contudo, há sempre uma partilha de sentidos e significados com um outro grupo de pessoas. Existe sempre um sistema de referências comum, que não impede a formação de pequenas variações e combinações individuais. Então, a variabilidade que pode apresentar o conjunto de emoções e classificações culturais dirigidas ao espaço da praia está profundamente condicionado pela nossa posição no mundo, seja em termos econômicos, profissionais ou de “gênero” (no sentido de que as diferenças entre o sexo feminino e masculino não são de índole meramente biológica, mas também cultural).

As mudanças ocorridas na apreciação da praia e na construção de comportamentos nesse espaço, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, foram lentos e quase imperceptíveis. Resultaram de transformações invisíveis, lentas no seu processo de mudança, porque ocorreram no quadro geral da longa duração e das mentalidades onde se incluíram também as sensações

---

<sup>72</sup> MACHADO, op. cit., 1996.

<sup>73</sup> BOURDIEU, op. cit., 2007.

corporais, as crescentes necessidades de procura de prazer e a ruptura com os comportamentos de um mundo progressivamente mais mecanizado, economicista e industrializado.

#### 2.4. A construção de um novo olhar [sobre a natureza marítima]

Uma imagem da natureza marítima como repositório de conhecimentos, com o qual o banhista e viajante deve contatar durante a sua estadia na praia, espelha claramente o processo de secularização da realidade: instigado ao estudo da natureza marítima nas suas microscópicas particularidades, o banhista e viajante vai privilegiar o palpável e a aproximação simbólica da natureza ao homem. Uma outra faceta desta mesma questão é que o incentivo para procurar compreender a natureza está conjugado com a idéia de que a sua apreciação e valorização é um privilégio exclusivo dos indivíduos detentores de saberes da *Alta-Cultura (Sic)*, porque o saber socialmente legítimo, principalmente no domínio da botânica e da biologia acarretará uma desclassificação dos outros saberes e converter-se-á numa estratégia de distinção social e nos indicará que aqueles que podem realizar a compreensão legítima da natureza podem também dominá-la. E, conseqüentemente, colocá-la ao serviço dos seus interesses.<sup>74</sup>

A proximidade simbólica entre o homem e a natureza secularizada permite e incentiva uma atribuição abundante de sentidos e significados à natureza. Interessam-nos, sobretudo, os que são dirigidos ao espaço da praia e aos elementos da natureza que lhe estão associados.<sup>75</sup>

Observamos aqui que esse novo olhar sobre a natureza marítima funcionou como uma redefinição cultural que viajou da Europa ao Brasil via Rio de Janeiro, capital do país e que chegou até o Rio Grande do Sul onde tornou-se elemento inovador importante para a satisfação de necessidades das elites, principalmente porto-alegrenses, em função das perturbações introduzidas pelo capitalismo no sistema de hierarquização social. A relação secularizada com a natureza permitiu aumentar [ou preservar] o poder social destes grupos, num período em que as bases da sua posição social precisavam ser reafirmadas.

---

<sup>74</sup> MACHADO, op. cit., 1996.

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difusão Editorial, 1989. p. 8. Ou seja, na definição de um imaginário da natureza, o que está em jogo é o que este autor descreve como “lutas de classificação”, “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social (...) através dos princípios de divisão...”(p. 13).



A partir do momento em que a natureza deixou de ser socialmente representada como uma criação divina temerosa e insondável, a natureza marítima tornou-se particularmente susceptível de ser apropriada pelas elites para novas funções, de ser reconvertida em práticas sociais, no espaço da praia, que se alicerçam no desejo de mostrar uma posição social dominante. É nesse contexto que se verifica que a relação estabelecida pelas elites porto-alegrenses do início do século XX com o espaço da praia de Torres atesta também uma estratégia simbólico-cultural de ostentação de poder social alternativa à propriedade, mas concomitante a ela. Como apontamos acima, mais do que pela posse da propriedade é pela elaboração de um conjunto específico de rituais de interação/apropriação e de técnicas simbólicas de utilização da praia e do tempo, que as elites porto-alegrenses vão deixar transparecer e fazer reconhecer o seu poder social através do *tempo livre* e do *advento do lazer*.

Como refere Corbin, “no seio das elites o lazer, isto é, a disponibilidade, é por muitos considerado indispensável ao desenvolvimento do indivíduo, à construção harmoniosa da pessoa” onde “a ociosidade é, então, a condição necessária da disponibilidade sem a qual a troca de idéias, [...] a vida em sociedade seriam difíceis, quando não impossíveis. O lazer liberta a iniciativa, permite a criação e as alegrias que esta proporciona. Para muitos, a disponibilidade é a justificativa da existência. Por isso,

A atividade ligada a certas profissões não poderia então ser assimilada a um trabalho. As altas funções públicas, as responsabilidades autárquicas e até certas profissões liberais, quando eram exercidas com a independência permitida pela disponibilidade de tempo, conferiam muitas vezes vantagens comparáveis às de uma vida de lazer.<sup>76</sup>

Entretanto, um lazer modificado pelas sensibilidades transformadas ou construídas em busca do prazer, que caminha para o luxo ostentatório ao longo do século XX, desenha um novo mar, uma nova praia: constrói uma estação balnear, *inventa* a praia balnear de Torres, dita a *mais pitoresca*, a *mais aprazível*, a *mais bela*.

O modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que freqüentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distinção condicionam igualmente as modalidades de fruição do lugar. O emprego do tempo e o arranjo do espaço impostos pelas formas de sociabilidade que se organizam para depois se manifestarem à beira do mar, a gama das distrações, dos

---

<sup>76</sup> CORBIN, Alain. Do lazer culto à classe do lazer. In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001, p. 62.

prazeres e das obrigações que daí resultam, esboçam a vilegiatura marítima... Uma nova cena social se constitui, impelida pelo desejo de usufruir a beira-mar.<sup>77</sup>

---

<sup>77</sup> CORBIN, op.cit., 1989, p. 266.

### 3. A INVENÇÃO DE TORRES

*Fica, entretanto, aqui, o elogio necessário a Torres, pela sua historia de terra e mar; no passado e no presente e a força envolvente dos mistérios de sua paisagem transformada pela criação e pela criatura, numa lição de geografia de um Rio Grande do Sul de civilização reposta na perenidade de sua absoluta beleza imortal. Torres no coração aquecido da gente que o ama para sempre.*

Dante de Laytano. Torres: Resumo de sua história de terra e mar<sup>78</sup>

#### 3.1. A descoberta de Torres e os primeiros veranistas

Vários foram os *descobridores* de Torres mesmo depois de quando já era habitada, ou mesmo já era Vila. Sua localização geográfica, seus rochedos e rio sempre chamaram a atenção de quem por ali passava, já que desde as primeiras incursões de portugueses rumo ao sul do continente, via beira mar (caminho mais limpo e livre), passar por Torres era obrigatório.

Usamos aqui o termo *descoberta* como representação para aquelas pessoas e famílias que começaram a rumar para Torres no primeiro quartel do século XX em busca de seu mar, suas belezas naturais e conseqüentemente seu lazer e prazer. Era uma Torres revisitada.

Pelos relatos que temos, quem freqüentava terapêuticamente o mar de Torres, já em fins do século XIX, antes da *invasão e invenção* porto-alegrense eram serranos das cercanias do território torrense, oriundos de São Francisco de Paula, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, que “da Serra, por estreitos caminhos mal trilhados, desciam caravanas buscando o refrigério do mar. Cargueiros de muares conduziam a bagagem dos viajeros que montavam em animais

---

<sup>78</sup> LAYTANO, Dante de. **Torres: resumo de sua história de terra e mar**. Torres: Prefeitura Municipal, 1978.

ferrados, para não escorregarem na forte descida que margeia grandes precipícios. Homens, mulheres e crianças, em barracas, acampavam na zona sul junto às areias”.<sup>79</sup>

Esses primeiros veranistas, que se deslocavam para o mar de Torres com objetivos terapêuticos, se portavam de forma diferente dos porto-alegrenses urbanos que vieram depois, como no relata Mário Luiz de Freitas:

Quanto aos costumes dos veranistas, eram de uma singeleza extraordinária, pois que, ao chegarem a Torres, os homens tratavam, logo, de adquirir um pijama, um par de tamancos, um chapéu de palha de butiá e uma bengala feita de pau de cotia, com labores bem interessantes. Esta era a indumentária masculina, usada de um modo geral. Quando às senhoras e senhoritas, vestiam trajes simples, composto de um chambre feito de chitão ou opalina e calçavam chinelos ou sandálias.<sup>80</sup>

Talvez para dizer que os modernos (civilizados) iriam depois a Torres, provavelmente referindo-se aos porto-alegrenses, Ruschel designa os “serranos” como “os primitivos banhistas” em artigo que escreveu. Nesse mesmo artigo descreve uma carta de José de Matos Filho, escrita em 27 de fevereiro de 1913, endereçada a seu genro João Pacheco de Freitas, que então estava em Porto Alegre, licenciado de sua função de Intendente, em tratamento de saúde, que narra o afogamento de um banhista. Diz a carta:

Os banheiros [no sentido de banhistas] afluíram depois que o Senhor seguiu viagem, com certeza em número mais elevado do que o ano passado, chegando a faltar casa. Também tivemos a lamentar ontem, muito cedo, isto é, à hora do banho, a perda de um moço banhista, sendo da região serrana e cunhado de nosso amigo Laurindo Cardoso, não sabendo eu o nome do tal moço; só lhe adianto que à hora que esta escrevo, 4 da tarde, ainda não foi achado, muito embora as diligências do caso. O moço morreu na praia de banhos, atrás da torre, levado pela corrente das águas e à vista de muita gente que também estava no banho... enfim, o passado passou...

Ainda na mesma carta, por fim relatou:

Em tempo: O cadáver do inditoso moço foi achado hoje, às 7 e meia da manhã, nas imediações da salina, nas pedras, e já foi dado à sepultura. 28.2.1913.<sup>81</sup>

Observa-se que no ano anterior, 1912, os serranos já apareciam em Torres, e pelo que se denota mais anteriormente ainda, tanto é que a autoridade pública municipal (Intendência)

<sup>79</sup> SALDANHA, Sinval. Reminiscências de Torres. **Folha da Tarde**. 10 de outubro de 1966.

<sup>80</sup> Mário Luiz de Freitas, apud. RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres tem História**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 166.

<sup>81</sup> José de Matos Filho, apud Ruschel, op. cit. Esta carta, assim como a anterior encontra-se no acervo pessoal de Ruy Ruben Ruschel sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS.

mostrava preocupação em benefício desse movimento de *banheiros* [no sentido de banhistas] da Serra. Isso é evidente numa reivindicação em carta de 8 de dezembro de 1915, escrita pelo líder republicano local, João Pacheco de Freitas, à Presidência do Estado. Solicitava ele, dentre outros auxílios estaduais: “os consertos necessários na estrada da Serra do Fachinal ou em outra Serra do distrito da Glória, que for julgada em melhores condições, afim de não interromper o comércio com a região serrana e a vinda de famílias da mesma procedência à estação balneária desta Vila”.<sup>82</sup>

Um outro relato ilustra a chegada dos serranos à Torres. É o que nos conta Dalila Ruschel:

Um repicar de sininho fez-se ouvir de repente. Todos olhamos para a estradinha que ia para o interior de Torres. Pela cancela vinham passando, em fila indiana, cavaleiros.

- São os Serranos! Exclamou Siá Marcolina – e são muitos. Conte, seu Manoel, conte.

Mas o Manoel perdeu a conta de tantos que eram. Na frente vinham troteando um burrinho com uma sineta bimbando no pescoço. Parecia estar adivinhando que estava no fim a viagem, de tão alegre que vinha. Logo atrás vinham os homens montados em cavalos grandes, bonitos. Alguns traziam consigo na sela uma criança. Seguiram-se as mulheres, montadas em estilo feminino, em selim de veludo. Seus vestidos compridos, de muita roda, vinham até o pé, no estribo. No fim da fila, dezenas de burros de carga e os peões.

Siá Marcolina foi explicando que traziam tudo junto; suas barracas, panelas e louças. Naqueles sacos pesados vinha o feijão, milho, charque, erva para o chimarrão, queijo e maçãs boas da Serra. Compravam poucas coisas aqui em Torres.

Quando os primeiros cavaleiros, com o burrinho à frente tocando o sininho, já iam quase subir a lomba da Ronda, vimos uma carreta de bois que ia pelo mesmo caminho. Despedimo-nos da Siá Marcolina e saímos a correr a fim de pegar carona. E a carreta ia chiando com nós sentados de pernas dependuradas para fora, comendo araçás.<sup>83</sup>

Por esses relatos notamos que a ida a orla marítima de Torres se dava em família, desde esses primitivos veranistas. A partir do aumento do fluxo de veranistas, principalmente porto-alegrenses, de meados da década de 1910 em diante, fica cada vez mais evidente a presença da família neste espaço.

### 3.2. A modernidade e a invenção da praia

<sup>82</sup> AHRS - Autoridades municipais - Intendentes - Correspondência do Coronel João Pacheco de Freitas, 1915.

<sup>83</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben; RUSCHEL, Dalila P. **São Domingos das Torres**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1984. P. 95-96.

A ida de porto-alegrenses para Torres está relacionada, neste trabalho com o processo modernizador pelo qual passava o Brasil no período do fim do século XIX e início do século XX, que, segundo seus pensadores à época, tinha que caminhar para a modernidade e romper seus laços com o passado atrasado, que deveria ser superado e esquecido e para o qual o novo costume de ir a praia também serviu.

Como refere Rosa Maria Araújo, a praia, significando uma vida saudável, em oposição às epidemias dos centros [urbanos], passa a atrair as famílias. Primeiramente, a atração se dá por motivos de bem-estar físico, busca de bons ares e vantagens terapêuticas do banho de mar...[mas] já havia o culto ao lazer convivendo com a imposição medicinal”. No entanto, diz Rosa Maria Araújo, “o significado social da praia começa a transformar-se no início do século XX. A família descobriu nela uma fonte inigualável de prazer, enfrentando a resistência aos padrões severos de comportamento que restringiam seus hábitos ao banho de mar.<sup>84</sup> Transformando os *tempos livres* em momentos de descontração e mostrando a disposição forte de que novas gerações iam se adaptando e criando um ambiente lúdico junto ao mar, a família vai ser a protagonista destas transformações de costumes neste *novo espaço*, neste *novo cenário*.

Com o advento do *tempo livre*, ou o tempo de férias, o destino à beira mar, em Torres vai se tornar anual. É lá que a grande família balneária vai se encontrar todos os verões, tendo principalmente o Balneário Picoral como centro de encontro da elite política e econômica porto-alegrense e rio-grandense. Sabedores das belezas da praia distante, os rio-grandenses passaram a procurá-la como magnífico refúgio próprio para estação de veraneio. As primeiras famílias que lá [Torres] foram ter como veranistas e tomaram por hábito ir todos os anos eram, segundo Sinval Saldanha, entre outras, “as ‘ilustres famílias’ dos Drs. Borges de Medeiros [presidente do Estado], Protásio Alves [Vice-Presidente do Estado], Possidônio Cunha, Firmino Torely, Carlos Júlio Becker, Oswaldo Kroeff, Antonio Ribeiro Franco, Severino Lessa, Ricardo Porto, Antonio Chaves Barcellos, Renato Costa, Alcides Flores Soares, Vieira Pires, Otacílio Carvalho da Costa, A. Chiaradia, J. Paz Moreira, Nicolau Roco e Sinval Saldanha. Algumas adquiriram terrenos e trataram logo de construir chalés de madeira. Torres nessa época [1916-1918] tinha só uma rua de casinhas baixas, acanhadas, quando se iniciou o seu progresso. As novas construções,

---

<sup>84</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ocupando os melhores terrenos, deram vida especialmente no verão, àquele trecho pitoresco da orla sul do Atlântico”.<sup>85</sup>

Nesse ambiente, agora tornado familiar é depois de “descobrir” Torres que o Vice-Presidente Protásio Alves levará sua família para veranear, gesto que será seguido por outras famílias porto-alegrenses.



Figura 7 - Protásio Alves e familiares em Torres. dec. de 1920. CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

Apesar de estarmos focalizando a predominância de porto-alegrenses na praia de Torres, outras cidades/regiões também marcaram presença na formação, ou aqui *invenção* de Torres. É o caso de famílias oriundas de Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul.

Sobre os caxienses, Roni Rigon refere que “famílias e grupos de amigos da alta sociedade enfrentavam autênticas aventuras para passar momentos recreativos na praia, bem como renovar

---

<sup>85</sup> SALDANHA, op.cit., 10 de outubro de 1966.

as energias com agradáveis banhos, pescarias, caminhadas e passeios de barcos no Rio Mampituba, em Torres. Segundo Rigon, “esse capricho aventureiro já foi experimentado pelas famílias Manfro, Lunardi, Curtulo, Galló, Sassi e Dal Prá, que, numa imagem registrada em 1919, demonstraram a placidez de estar curtindo momentos de descontração na orla marítima”.<sup>86</sup>



Figura 8 - Torres, 1919. As famílias Sassi e Galló costumavam receber amigos em Torres. Zero Hora. 18.11.07

Rigon complementa a entrevista dizendo que a família Dal Prá foi a pioneira. Transcreve o relato de Celina Dal Prá Zengerlig, hoje com 89 anos, mas recordando que “às vésperas da partida para Torres, a família ficava contagiada por grande expectativa. A viagem se iniciava de madrugada e chegava-se ao destino ao anoitecer. - Papai e mamãe apreciavam caminhar pelo Morro do Farol, ir até a Praia da Guarita, passear e ver os barcos pelo Rio Mampituba. A família hospedava-se numa casa alugada, durante 30 dias, e sempre recebia a visita de amigos caxienses – relembra”.<sup>87</sup> Nas memórias de Celina Dal Prá Zengerlig vemos refletida a idéia clara de que as elites tinham lugares de memória que correspondiam aos lugares socialmente mais interessantes e alçados à condição de lugares da elite. Era onde a natureza mostrava-se mais bela e aonde iam todos aqueles que pertenciam ao mesmo estrato social.

<sup>86</sup> RIGON, Roni. A secular aventura caxiense em busca do mar. **Zero Hora**, 18 de novembro de 2007.

<sup>87</sup> RIGON, op. cit., 18 de novembro de 2007





Figura 9 - Comerciante José Dal Prá e família na praia de Torres. déc. 1930. Zero Hora. 18.11.07

Na Europa na segunda metade do século XIX, as famílias aristocráticas já tinham se fixado nas cidades, renunciando novos tempos onde a industrialização os forçava a encarar inovadoras modalidades de negócios. Nos meses de verão principalmente, reservavam sua casa de campo para encontros familiares e momentos de lazer, onde se realizavam jantares extensos, que ocupavam quase toda a noite, caçadas pelos arredores da propriedade; era a reunião familiar, reservada para os tempos livres, onde o prazer de se reunirem era somada aos encantos de toda uma sorte de diversões, criadas para o deleite familiar. Já era costume a espera pela época de se reunirem na “segunda casa, a casa da felicidade”.

Mas nem sempre ter dinheiro e poder simbolizava prestígio, pois ter imensas propriedades fundiárias, ainda nos fins do século XIX, representava fator de distinção social; eram os resquícios de tempos aristocráticos que já agonizavam na Europa, sobretudo nos países onde rapidamente se espalharam as novidades dos novos tempos prenunciados pelo capitalismo industrial. Também os burgueses buscavam uma segunda casa para reunirem seus familiares e desfrutarem de momentos prazerosos em seus tempos livres, ou adquiriam uma casa no campo, nas montanhas, ou viajavam à vários lugares, alugando mansões ou hospedando-se em hotéis. De qualquer forma, também buscavam acostumar-se com a idéia de uma segunda morada, a morada onde a família iria desfrutar de tempos de lazer, fartura, encontros, prazeres e diversão.

Do campo e das montanhas, aristocráticos e burgueses buscam o mar, as praias, para fixarem esta segunda casa; famílias inteiras passam as temporadas quentes nestes locais, e todo um mundo diferente, como enunciamos, estrutura-se a partir da família, de um mundo privado, nestes locais à beira-mar.<sup>88</sup>

Esta evolução traduz o papel da família sobre a vida de lazer. No seu seio, adquire-se o direito de ter uma vida privada. Nos seus anos de adolescência, irmãos e irmãs freqüentam as praias de família, onde toda a gente se conhece e onde os pais deixam os filhos reunir-se. Redefinem-se os círculos familiares para formarem uma rede de relações: rapazes e raparigas podem circular sem perigo, mais livremente do que em Paris. O banho e a natação trazem consigo divertimentos que fazem a atração da estadia no litoral.<sup>89</sup>

A civilização *moderna* industrial trocou, portanto, a aldeia, a quinta, os vastos campos, todo um mundo bucólico do campo, pelos costumes à beira-mar, para usufruírem seus momentos de liberdade.

As moradias construídas perto das praias européias, ao longo do século XIX, revelavam todo um cotidiano de possibilidades que evidenciavam os benefícios da busca pela beira-mar: à saúde das crianças notava-se uma movimentação e uma euforia contagiante junto ao mar, lugar onde se alimentavam melhor, se educavam mais, seja pelo professor de natação, que auxiliava na constituição de um corpo forte e saudável, pelas brincadeiras na praia, exibindo-se o físico dos jovens e o fruto de sua educação à beira-mar, os mergulhos, sempre acompanhados de uma

---

<sup>88</sup> RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada (1830-1939). In: CORBIN, Alain. **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

<sup>89</sup> RAUCH, op. cit., 2001, p. 97.

mística aventureira, mas com responsabilidade e prudência, mais elementos para se justificar a presença das famílias nestes ambientes junto ao mar.

Os espaços geográficos definem os costumes e as relações entre as sociedades. Os europeus descobriram nas praias todo um universo de possibilidades e radicalmente mudaram-se certos costumes, a partir, do século XIX. A descoberta das praias como um centro de fixação temporária das pessoas, aproveitando-se seus tempos livres, para a realização de toda uma descoberta de um mundo novo, justamente novo, por permitir mudanças comportamentais importantes, dava aos jovens perspectiva de mais liberdade de se descobrirem, de se encontrarem em um ambiente outrora privado, e agora transformado em público. Um ambiente seguro, longe dos olhares paternos, mas não tão longe como nas ruas das cidades grandes, como em Paris, onde em cada esquina pode se esconder possibilidades perigosas. No ambiente *privado* da praia, a liberdade se faz presente, não com os perigos e vícios das grandes metrópoles, mas no mundo privado das famílias que buscam construir um espaço à parte, um recanto da praia e lá criam seu próprio mundo; sorte dos jovens, que passam a ter nesse lugar um grande leque de opções em relacionamentos, aventuras, conhecimento, criação de seu próprio mundo, vigiados pelos adultos, mas nem tanto.

O que estava acontecendo nesse mesmo tempo com a pacata Vila de Torres? Ela estava sendo rapidamente engolida por um processo irreversível de transformação e de especulação imobiliária e tornava-se, cada vez mais depressa uma estação balnear ao gosto dos porto-alegrenses e segundo o modelo dos franceses.

Assim, no que se refere ao espaço físico, a parte alta da Vila de Torres, de frente para o mar, até então desabitada, vai ter um rápido processo de urbanização. A partir dos primeiros veraneios no Balneário Picoral<sup>90</sup>, muitas famílias vão requerer junto à municipalidade lotes para a construção de casas suas de veraneio. Entre outros, destacamos o de Protásio Alves, e do próprio José A. Picoral:

O Doutor Protásio Antonio Alves requer a concessão do lote n. 10 da rua n. 5, frente a rua Carlos Flores e esquina na rua 15 de novembro, com 12 metros de frente e 40 metros de fundos, para edificar. O requerente vive na capital do Estado

---

<sup>90</sup> Balneário Picoral: Estabelecimento hoteleiro de José A. Picoral inaugurado inicialmente com o nome de Hotel Voges em Torres no Verão de 1914-1915. Era o principal hotel do Balneário na época e recebia a maioria dos veranistas que vinham de Porto Alegre e de outros lugares. Era também o centro das atividades de lazer e sociabilidade.

Despacho: Como requer, Torres 23 de Fevereiro de 1918 (assignado): Mattos Pereira, Intendente.

José Antonio Picoral, apresentando os documentos que provam a sua intenção, requereu a transferência para seu nome dos lotes n. 9, 10, 11 e 12 da quadra n. 2 a rua Carlos Flores [...], que tinham sido concedidos a João Pacheco de Freitas.

Despacho: Em face os documentos apresentados, como requer. Torres, 20 fevereiro de 1918 (assignado): Mattos Pereira, Intendente.<sup>91</sup>



Figura 10- Chalet de Protásio Alves. Década de 1920. CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

A elevação da Vila de Torres a categoria de praia balnear, como estamos vendo, caminhava junto à evolução urbana local. Como diz Glaura Lima, “ser uma estação balneária significava estar integrada à urbanização tal como deveria ser. Além da qualidade da água, elementos como luminosidade, pureza de ar, saneamento público, higiene, belas imagens, ruas e avenidas planejadas eram essenciais”.<sup>92</sup>

Esta evolução urbana pode ser comparada na seqüência de imagens, que mostra três momentos distintos da rua Carlos Flores, que depois passou a se chamar José A. Picoral.

<sup>91</sup> Intendência da Vila de Torres. Livro da Porta/Requerimentos. 18 de fevereiro de 1918 a 20 de março de 1922.

<sup>92</sup> LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. O natural e o construído: a estação balneária de Araxá nos anos 1920-1940. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n° 51, p. 227-250, 2006.





Figura 11 - Rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, década de 1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.



Figura 12 - Rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, década de 1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.



Figura 13 - Rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, década de 1950. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

### 3.3. A dinâmica da *civilização* em Torres

Não é possível situar com rigor no tempo, o “início” do desejo de frequentar a praia. Mas podemos sempre reconstruir algumas das dimensões importantes do processo, recorrendo a observações sutis que só o olhar do historiador percebe.

Uma preocupação excessiva com as “origens” de ir a praia, neste caso, dificulta a progressão da investigação. Ou ainda, a procura de atos primordiais nos conduz a ver inovações absolutas no que são recodificações, reelaborações de práticas que já existiam antes das “origens” inventadas pelo cientista social. Mas o historiador pode sempre fazer falar “outras coisas” do

propriamente dito do passado, de modo a obter respostas que se adequem aos objetivos do seu estudo.

A ida de personagens ilustres da sociedade porto-alegrense, e rio-grandense à Vila de Torres lhe transforma em espaço *civilizado*, pois os “civilizados” lá estão. A “invenção” da praia de Torres confronta-nos, pois com alguns elementos de grande importância na construção e organização social das representações e investimentos simbólicos dirigidos ao espaço da praia.

A simbologia implícita na observação da estadia à beira mar de um membro da elite (e sua família) é particularmente importante para delinear algumas das dimensões do fenômeno de elevação dos banhos de mar e da estadia à beira-mar de um modo geral, a categoria de prática civilizada.



Figura 14 - Protásio Alves e familiares junto às rochas a beira mar de Torres, década de 1920. CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

Por um lado, a praia e o mar são “inaugurados”, isto é, perdem o seu caráter intocável e inacessível a partir do momento em que são desejados e tocados por personagens socialmente concebidos como detentores do poder de enunciar as “verdadeiras” e “justas” vantagens da natureza ou para dizer quais as qualidades a reter da natureza marítima e da estadia na praia. É o caso do discurso e da prática de Protásio Alves, que como político e como médico tem o poder social para colocar a natureza ao serviço dos seus interesses e a capacidade de tornar “civilizado” o que era considerado atrasado.

Em outras palavras, a penetração nas águas do mar como indicada na época, parece representar a penetração da “civilização” na natureza marítima que a interpretação bíblica apresentava anteriormente como o “caos”, o “incompreensível”.<sup>93</sup>

O contato físico intenso, proporcionado pelo banho de mar no início do século XX parece corresponder à intensidade do poder conferido por uma superioridade cultural, capaz de “domesticar” um espaço e uma matéria insubmissos. Segundo Helena Machado, tal postura “acentua de forma exemplar o significado da apropriação da natureza marítima pelas elites sociais do século XIX”.<sup>94</sup>

Podemos então falar de um processo de “culturalização da praia” ou, sem vulgarizar a expressão de Norbert Elias, de um “processo civilizador”<sup>95</sup>, pelo qual as manifestações brutas e diretas da natureza marítima, podem ser apropriadas e utilizadas nos padrões de comportamento e de sensibilidade das classes sociais mais elevadas.

Esta história de “inauguração” da beira mar, não só em Torres, refere à existência de agentes intermediários entre os praticantes e a prática dos banhos de mar: os médicos. Desde logo parece lícito avançar a hipótese de que o processo social de classificação dos banhos de mar como “prática civilizada”, foi dinamizado e sucessivamente construído por estratégias de diferentes atores, entre os quais a elite e os médicos a seu serviço. Entretanto, não devemos

---

<sup>93</sup> CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 11.

<sup>94</sup> MACHADO, Helena Cristina Ferreira. **A construção social da praia**. Guimarães: IBL/Instituto Camões, 1996. p. 42.

<sup>95</sup> Segundo Norbert Elias, “o processo de civilização é uma alteração do comportamento e sensibilidade humana numa direção muito específica”(p.187) ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.



esquecer que no processo de elevação da praia à categoria de “civilização”, participam indivíduos dotados de poderes sociais muito diferentes.

Parece-nos importante encarar com particular atenção o papel de intermediação desempenhado pelos médicos. A presença de uma personalidade pública, e ainda médico, como Protásio Alves na praia de Torres junto as suas orientações quanto aos benefícios e à qualidade da água do mar, ilustra de algum modo o poder deste agente intermediário junto da elite porto-alegrense, elite essa que se empenhava em um projeto invisível, modernizante e higienizador, segundo Stelio Marras, apontando que:

De fato, o higienismo integrou uma política elitista aliada aos governos imperial e republicano e pautada em parâmetros franceses ou ingleses, representando uma importante vertente do rol de políticas civilizatórias importadas. Isso indubitavelmente sucedeu. Porém, já aqui surpreendemos algumas mediações bcais a que tiveram necessariamente que se submeter essas idéias quando aportadas no Brasil. Como desconhecer o filtro cultural patriarcalista que assimilou tais idéias no registro simpático da lógica familiar, reafirmando ao mesmo tempo laços de favor, solidariedade compadresca, clientelismo, lealdade pessoal, servidão e senhorio, paternalismo, tutorialismo — tudo herança da autarquia privada rural de um país de longo passado escravocrata. *Mutatis mutandis*, o “absolutismo” patriarcal sofre certa quebra de sua incontestável hegemonia com a introdução das novas figuras de reconhecida proeminência social, como o juiz ou o médico, ao *exigir* que tais mudanças fossem processadas na linguagem da família. Pudemos então notar que, para se realizar, a prática social higienista variava entre negar o antigo e, sem prejuízo de contradição, servir-se dos tradicionalismos arraigados — como reproduzindo relações de espécie hierárquica, herdadas justamente do antigo sistema brasileiro. Pudemos notar, portanto, os limites ou a seleção dos traços modernizantes introduzidos do estrangeiro no contexto brasileiro. De fato, tais elementos sofreram amputação nos seus princípios liberais radicais — sob a pena de comprometer o equilíbrio social brasileiro.<sup>96</sup>

Stelio Marras aponta o que chama de uma visão sistêmico-estruturalista que busca identificar as correspondências e transformações recíprocas entre corpo individual e sociedade, hábitos higiênicos e sistema de idéias. Assim, entender dada maneira higiênica só pode lograr êxito uma vez que ela seja referida a sistemas de classificação social ou simbólica; portanto, como categorias definidoras da ordem e, por oposição, da desordem. Daí que poluição e rituais de purificação sejam fenômenos que ocorram nas fronteiras entre a ordem e a desordem. Então, afirma Marras, “o corpo, esse ente concreto e de funções naturais regulares, representa em si um microcosmo da cultura, ou sua metáfora”.<sup>97</sup>

<sup>96</sup> MARRAS, Stelio. **A propósito das águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 111.

<sup>97</sup> MARRAS, op.cit., 2004, p. 112.

Como ordem médica de assepsia, entram em cena os ritos que respondiam ao protocolo moderno da higiene. A *verdade médica*<sup>98</sup> ajustava a conduta individual à programática científica da higiene por meio de novos ritos – a assepsia de receita. Assim ritualizada, a ordem médica fazia sedimentar os novos costumes higiênicos, portanto civilizados. Um modo higiênico “moderno” para ser assimilado ou simbolizado precisava ser ritualizado. Isso, para Marras, “parece explicar satisfatoriamente a disseminação dos ritos modernos de higiene: a mudança da relação com o corpo seguia necessariamente a mudança de tempos sociais. Assim, como se queria, tal processo iria assinalar a passagem do tradicional para o moderno, do rural para o urbano, do rústico para o civilizado. Não é à toa, portanto, que a nova sistemática médica concentrasse atuação sobre os corpos dos indivíduos. *A mudança do etos brasileiro (aí o projeto civilizatório) dependia da mudança dos usos e costumes relativos ao corpo. Era uma nova ritualística que então se introduzia*”.<sup>99</sup>

De antemão, já podemos nos livrar da crença segundo a qual esses ritos apenas cumpririam função antipatogênica para a praia. Pois, se os cuidados a que submeto meu corpo são sempre pautados pelos limites que definem a sociedade da qual sou membro – e no corpo, suporte por excelência, se gravam tais linhas –, então podemos, com boa margem de acerto, propor que Protásio Alves quando se referia a “bom estado de saúde” insistia na limpeza corporal ao tempo em que definia (para si, mas também para os *outros* – os seus porto-alegrenses, especialmente) a modernidade dos costumes – os “bons costumes”. “O processo de civilizar a sociedade era mediado pelo processo higienista de civilizar o corpo. Mas o *higienismo* envolvia

---

<sup>98</sup> Segundo Beatriz Teixeira Weber, o poder da medicina é fruto de um processo que foi sendo construído durante todo o século XIX, e vai se consolidar no Rio Grande do Sul apenas por volta da década de quarenta. A teoria positivista e a forma como a medicina era por ela encarada tiveram papel importante neste processo. Conforme a autora, o positivismo era uma marca na formação das elites políticas do Rio Grande Sul e interferiu nas reações do poder público às tentativas de parte do corpo médico em criar restrições ao exercício de sua prática profissional, à adoção de medidas de intervenção para evitar a propagação das doenças e àquelas relativas à organização do espaço e da higiene urbana. Interessante é a descrição que a autora efetua sobre o modo como o saber médico é percebido por Comte e pelos partidários do positivismo, especialmente a idéia de que a medicina está subordinada à moral e à imagem que aproxima o médico do sacerdote: “aquele que diz o que é preciso fazer e o que se pode esperar, que traz a resignação em nome de uma ordem superior quando a ação não pode modificá-la” (p. 36). Havia, no Rio Grande do Sul, vários médicos partidários do positivismo. No entanto, nem todos partilhavam completamente das proposições dos seus teóricos a respeito do saber e da prática médica, mostrando, assim, como são variadas as possibilidades de apropriação das teorias que circulavam naquele momento, com leituras específicas dentro de contextos determinados. WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928**. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: Edusc, 1999.

<sup>99</sup> MARRAS, op.cit., 2004, p. 112.

muito mais do que cuidados corporais – ele imbricava-se fortemente nas estratégias políticas de civilizar o país. Higiene e civilização aportavam irmanadas nestes trópicos”.<sup>100</sup>

Questões de higiene, segurança, conforto e bem estar eram sempre buscadas e mais se acentuaram com a fundação da Sociedade Amigos da Praia de Torres – SAPT em 1936. Suas memórias atestam a busca da “civilidade”:

Tão graves eram os problemas de Torres que o Presidente da SAPT [Desembargador *Dr. Antonio Vieira Pires*, professor de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, primeiro presidente da sociedade de 1936 a 1941], diante da escassez de recursos do tesouro municipal, chegou a aventar a tese da vantagem de o governo do Estado tomar a si a solução dos mesmos, a exemplo do que fizera com a estância hidro-mineral de Irai. “Só assim poderia Torres tornar-se uma grande praia, oferecendo aos turistas, mo radores e veranistas: conforto, higiene e segurança, cuja falta era quase total”. Conclamou a todos que unissem esforços a bem da prosperidade da praia. Esta será, dizia ele, dentro de pouco tempo, uma das mais aprazíveis estâncias de repouso do Brasil. Pela natureza, é uma das mais belas praias, todavia, tem lhe faltado a obra do homem no aproveitamento de suas belezas naturais. Deve-se evitar que projetos e realizações mal orientadas atentem contra a sua estética náutica, um dos seus atrativos.<sup>101</sup>

Tais esforços e iniciativas estavam bem evidentes quando da criação da sociedade, o que demonstra de forma clara a fala do *Dr. Ennio Marsiaj*, eleito 2º vice-presidente:

Fazendo uso da palavra, o *Dr. Ennio Marsiaj* expôs aos presentes o motivo da reunião, expressando o ardente desejo manifestado pela maioria dos veranistas desta praia no sentido de ser fundada pelos mesmos uma sociedade que encampe e ampare, por todos os meios legais ao seu alcance, as nobres iniciativas que visem o bem estar, o conforto e a segurança da população, promovendo, enfim, toda sorte de melhoramentos materiais que sejam possíveis, mediante recursos obteníveis sem grandes ônus para os contribuintes.<sup>102</sup>

Utopias modernas do primado da razão, sobretudo em sua vertente médico-científica ecoavam sobre a elite porto-alegrense nesses “tempos modernos” da primeira república. Enquanto antigas práticas e usos do espaço da praia foram sendo empurrados para sombras cada vez mais escuras da história, até que não dessem mais à lembrança, novos tempos já se insinuavam claramente nos destinos da vila de Torres, que se tornaria cada vez mais, destino de

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 119.

<sup>101</sup> CHAIEB, José; DINIZ, Pery Pinto; MIRANDA, Jorge Babot. **Memórias da SAPT: 1936-1996**. Porto Alegre: SAPT, 1996. A fala se refere ao relatório do período em que *Dr. Antonio Vieira Pires* exerceu a primeira presidência da Sociedade entre 1936 e 1941 e encontra-se anexo ao Livro de Atas de fundação da sociedade a disposição no Museu Três Torres-SAPT.

<sup>102</sup> Ata de fundação da Sociedade Amigos da Praia de Torres - SAPT, 05 de fevereiro de 1936, às 21:30min., no salão do Hotel Picoral, em Torres.

gente moderna, civilizada. Agora, sob as doutrinas cada vez mais hegemônicas da “verdade médica higiênica”, tudo passaria por sua estrita regulamentação, entre medicina e lazer.

A modernidade definia-se pelos novos hábitos de higiene e pela apropriação do meio natural, que garantia o sucesso da estação balneária. Tal atitude nos faz suspeitar que a interação da elite porto-alegrense com a natureza marítima esteve estreitamente dependente do que os médicos diziam que deveria ser valorizado e como deveria ser utilizado, ou seja, “a verdade médica” deveria prevalecer.

Na praia freqüentada com objetivos terapêuticos, os médicos vão desempenhar um papel fundamental, se não mesmo de protagonistas, no processo de edificação de modelos de leitura e de apreciação da praia e da natureza marítima.

A mensagem principal desta história parece ser a de que a prática dos banhos de mar foi iniciada pelas elites. Indica-nos, portanto, que o imaginário social do “início” do desejo de passar temporadas à beira-mar fundamenta a transformação na relação com a natureza marítima em um feito de indivíduos detentores de um saber socialmente percebido como legítimo e superior.

Na medida em que a gênese dos banhos de mar e do desejo da estadia à beira-mar surge associada ao comportamento das elites sociais, pode significar que essa prática vai adotar o caráter de prática de distinção social.

Começamos por, hipoteticamente, admitir que os banhos no mar eram uma prática já conhecida junto das classes populares que viviam junto ao mar. Mas para que a existência dos banhos de mar fosse socialmente reconhecida, foi necessário que um membro ilustre da aristocracia iniciasse esse ritual de interação com a natureza marítima.<sup>103</sup>

Foi o que aconteceu com a praia de Torres, até então desconhecida, que vai ter na *descoberta* pela elite porto-alegrense de seus *encantos e belezas naturais*, sua *invenção* de fato e à elevação a categoria de lugar distinto e digno de destino para essa elite, isto é, para os diferentes.

A história da evolução da moda dos banhos na Europa no século XIX, que serviu como modelo “civilizado” para o Brasil, e por conseguinte para o Rio Grande do Sul, apresentada na descrição de Anne Martin-Fugier nos confronta com o fato das estações balneares só ganharem importância a partir do momento em que começam a ser freqüentadas por membros das esferas elevadas da aristocracia:

Em 1882 o conde de Brancas, subprefeito de Dieppe, funda o primeiro estabelecimento de banhos de mar e consegue fazer vir aí a duquesa de Berry. Em cada ano, no mês de

---

<sup>103</sup> MACHADO, op. cit., 1996. p. 43.

Julho, e até 1830, o corte transfere-se para Dieppe (...) Dieppe é então a única estação balnear verdadeiramente organizada. Em 1835 começa-se a falar da pequena praia de Biarritz, que sob o segundo império se tornará a estação preferida da Imperatriz Eugênia.<sup>104</sup>

Sobre a Inglaterra, Helena Cristina Ferreira Machado aponta que:

O historiador inglês Jonh Walfon detectou para a realidade inglesa, elementos análogos no processo social de “inauguração” da prática dos banhos de mar e de estadia à beira-mar. Na perspectiva deste autor, a prática de passar determinadas temporadas à beira-mar foi iniciada pelas elites sociais. Refere que foi a partir do ano de 1789 que Weymouth teve uma prosperidade inesperada, apontando como causa para esse fenômeno, o fato da corte de George III ter começado a freqüentar esta localidade. Do mesmo modo, desde meados do século XVIII, a estadia na praia de Brighton tornou-se uma prática socialmente valorizada, sobretudo a partir do momento em que começou a ser freqüentada pelo príncipe de Gales e outros membros da família real.<sup>105</sup>

Observamos claramente que determinada praia é tida como o lugar “a freqüentar” enquanto algum membro da elite ali permanece. A partir do momento em que essa elite, por razões mais ou menos imperceptíveis, canaliza a sua preferência para outra praia, a anterior perde o estatuto que lhe havia sido conferido por essa mesma elite. Em uma palavra, no Rio Grande do Sul a elite porto-alegrense *inventou* a praia de Torres assim como a elite rio-grandina e do sul do estado havia inventado anteriormente a Praia do Cassino, no litoral sul.

Este processo de valorização simbólica de um ou outro lugar nos permite afirmar que um dos elementos principais do imaginário do ato inaugural das práticas dos banhos de mar é a referência ao comportamento dos indivíduos que detêm o poder social para iniciar e para valorizar socialmente uma prática e um determinado conjunto de percepções, desejos e emoções direcionados para o espaço da praia e para a natureza marítima. Se um membro da elite, detentor de poder social, age de tal maneira, isto é moderno, é novo, é civilizado, em se tratando do início do século XX no Brasil.

Do que já elencamos, torna-se possível dizer que estamos perante uma prática [a dos banhos de mar] que começou por ser socialmente reconhecida como uma prática *civilizada* no sentido de se apresentar como um comportamento de distinção social. A partir do momento em que se registra a chegada da elite porto-alegrense, especialmente, a praia de Torres, [até pouco antes classificada como “território do vazio” tendo o mar sido visto como “símbolo do caos, do

<sup>104</sup> MARTIN-FUGIER, A. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 231

<sup>105</sup> MACHADO, op. cit., 1996. p. 44.

dilúvio, da punição divina”]<sup>106</sup>, esta se torna objeto de novas leituras e emoções construídas por esse grupo social. A “incivilização”, ou melhor, a vida cotidiana dos torrenses e dos interioranos pobres e “atrasados” será substituída no verão pela invenção sócio-cultural de um outro grupo cujo comportamento “civilizado” será atestado pelos banhos de mar e outras atividades de lazer e sociabilidade praticados por uma elite porto-alegrense, rio-grandense e brasileira.

No entanto, a elevação da praia de Torres à esfera da civilização, de uma “página” do processo civilizador não significa que lhe seja conferido um estatuto civilizacional permanente. Sazonalmente, as rupturas efetuam-se, aumentando e reproduzindo a hibridez simbólica deste espaço.

Um dos processos de ruptura é executado pela contraposição verão/inverno. Um pequeno anúncio diz bem o que significa o verão, e conseqüentemente por dedução observamos o que significa o inverno: *Saber gosar; É escolher a praia balnear de Torres, para, em companhia da sua família, passar a época da estação calmosa.*<sup>107</sup> É a dicotomia verão/inverno que, simbolicamente, corresponde, respectivamente, à “civilização” ou “natureza domesticada” e “natureza indomada” ou “incivilização”.

Uma outra passagem, agora para Tramandaí, mas que se estende para Torres, ilustra a dicotomia verão/inverno e aparece no romance *Hilda*, no qual Achylles Porto Alegre faz referência ao lugar assim:

Tramandaí é uma praia triste e deserta. Ali vive a solidão e a monotonia em tudo. Só se ouve o quebro das ondas oceânicas sobre os extensos areais, onde em longas distâncias, se ergue uma ou outra choupana cercada de vegetação rarefeita, ou o cantar saudoso e melancólico dos filhos do mar, afinado ao ritmo do gemer das ondas. Há, porém, uma quadra no ano em que reina ali uma animação efêmera. Pelos meses de Dezembro e Janeiro algumas famílias ricas e outras pobres, com algum doente, deixam a capital e vão aos banhos do mar.

Neste tempo o lugar torna-se mais alegre, porém não dura muito que a tristeza não venha de novo assolar a natureza do local. Em março e abril os banhistas, aos primeiros arpejos do frio, como as andorinhas, levantam as tendas que povoavam a extensão da praia e as caravanas partem com direção a Porto Alegre.

Aquela costa torna-se então mais tristonha do que antes. É que o inverno vem-se aproximando; o céu empalidece, a rama amarelecida cai das árvores ao soprar das frias ventanias, e ao longe cruzam os bandos de gaivotas, tímidas do marulho das vagas que se despedaçam nos areais desertos.

<sup>106</sup> CORBIN, op. cit., 1989, p. 11-12.

<sup>107</sup> Anúncio. *Correio do Povo*. Janeiro de 1918.

Oh! Paisagem mortecor, tu emblemas a tristeza que vive n'alma dos que ai nasceram, sob esses ranchos de sapé, ao bater monótono e lúgubre das ondas do mar!<sup>108</sup>[Grifos nossos]

O Verão significa, portanto, a existência de uma estação calma e seu mar moldado à escala das necessidades de quem anseia o contato com a natureza marítima civilizada e domesticada. O mar de inverno apresenta-se em estado bruto, antítese da civilização, definitivamente indomável, agitado, tempestuoso, nas palavras de Corbin *reino do inacabado, vibrante e vago prolongamento do caos, simboliza a desordem anterior á civilização*.<sup>109</sup> O Inverno reassume a sua realidade pré-cultural, o caráter de criação divina, inacessível ao homem, ameaçando quem ousa aproximar-se.<sup>110</sup>

No entanto, não podemos encarar esta contraposição “civilização”/“incivilização” como uma associação automática à transformação sazonal das características físicas da natureza marítima e do clima. O clima ideal representa sobretudo uma sensibilidade inventada, assim como a praia, e os modos de vida de uma época e de uma sociedade.

Tal como a natureza apropriada serve de parâmetro para “medir” o nível de civilidade, a pessoa “civilizada” é observada em contraposição ao que essa chama de “incivilizada”, ou seja, a distinção só é notada no paralelo da diferença. Desdobrando essa análise vemos que no início do século XX o “retorno sazonal” da praia ao “estado natural”, o processo de ruptura com o estado “civilizatório” deste espaço, parece principalmente consistir numa evocação simbólica à ausência dos ociosos veranistas, dos que têm o poder social para assegurar a “civilização” junto do mar porque estes se retiram da praia no fim do Verão.

Enquanto permanecem na praia os grupos da elite que são socialmente mais elevados, a ascensão da praia à categoria de espaço “civilizado” é fato notório. Mas quando a elite porto-alegrense, por exemplo, parte no fim da temporada de verão, a “civilização” vai com eles. Terminado o “pretexto” dos banhos de mar, a civilização retoma o seu lugar de origem, isto é, a cidade de Porto Alegre.

---

<sup>108</sup> Revista do Partenon Literário, 3º ano. Novembro, 1874, Porto Alegre, Imprensa Literária, 1874 (Biblioteca do AHRGS. Em 1874 foi publicado na Revista do Partenon Literário o romance Hylda, de Achylles Porto Alegre. Segundo o autor, a personagem principal - Hylda - não era ficção, mas uma realidade: “É um anjo que resvalou do seu pedestal e denegriu as plumas brancas de suas asas na fonte negra da perdição”. Hylda nasceu nas costas de Tramandaí e era filha de um pescador. Apud: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Dunas e vegetação arbustiva no Litoral Norte/RS cedem lugar a aprazível espaço de lazer ou a invenção da praia. In: ELY, Nilza Huyer. **Arroio do Sal – Marcas do Tempo**. Porto Alegre: EST, 2007.

<sup>109</sup> CORBIN, op. cit., 1989, p. 12

<sup>110</sup> MACHADO, op. cit., 1996. p. 46.

Os que “ficam”, os que permanecem à beira-mar quando os de fora partem, confrontam-se com uma mudança de cenário: a natureza marítima regressa ao seu estado “incivilizado” de insubmissão ao domínio do homem – é o mar do inverno e dos ventos. Simultaneamente, a vida social deixa de estar animada pelos divertimentos “civilizados” (bailes, jantares, festas, etc), isto é, importados dos centros urbanos.

O retorno da praia a uma “pré-civilização” permanece ou é reforçado pela presença dos grupos sociais destituídos de distinção social no contexto do *processo civilizador* no espaço da praia, tais como os “agricultores”<sup>111</sup> e os “pescadores”<sup>112</sup>.

Verificamos, então, que o jogo da interpenetração constante entre “incivilização” e “civilização”, presente nos processos de classificação dos espaços da praia, forma uma teia complexa e imbricada de estratégias diferentes e, possivelmente, divergentes – ainda que não antagônicas, no sentido marxista de formação de grupos sociais em luta – empreendidas por atores sociais dotados de recursos desiguais.



Figura 15 - Pharol Hotel, rua (atual) José A. Picoral. 1930. Menino torrense descalço, roupa simples, chapéu de palha: representação dos *incivilizados*. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

<sup>111</sup> Moradores do interior da Vila de Torres, que tinham na agricultura sua forma de subsistência. Eles levavam sua produção para venda na temporada de veraneio em Torres e freqüentando a praia esporadicamente.

<sup>112</sup> Principalmente moradores das margens do Rio Mampituba.



No início século XX a distinção entre os grupos que detêm o poder socialmente legitimado para “trazer a civilização” à praia de Torres (a elite porto-alegrense e rio-grandense), e os que dele estão despossuídos é relativamente fácil, visto que uns e outros freqüentam a praia em épocas diferentes do ano.

A partir do momento em que vai ser possível que grupos dotados de um poder social desigual venham para a praia na mesma época, as estratégias de distinção vão se tornar cada vez mais elaboradas, ainda que mais difusas.

Até a década de 1960 temos relatos de que os veranistas de Torres freqüentavam a praia somente pela manhã. A tarde era reservada aos passeios à Guarita, Morro do Farol ou a outra atividade, pois pela tarde a praia era ocupada por aqueles que não sendo veranistas (agricultores que vinham vender ou transportar suas mercadorias, torrenses pobres, serviçais, etc.) também queriam usufruir dos banhos de mar. A divisão tempo/espaço inventada pelos de fora foi aceita e incorporada pelos locais. Uma outra faceta desta mesma distinção se dava entre os veranistas – os “civilizados” para quem o “ir à praia” significava também freqüentar os espaços públicos centrais, tais como cafés ou restaurantes – e os agricultores, “incivilizados”, que freqüentam exclusivamente a praia, quando o faziam.

Não dispondo do capital cultural e econômico necessário para uma imitação completa dos rituais que a elite porto-alegrense e rio-grandense associa à estadia na praia, os agricultores empreendiam uma reinterpretação e reelaboração dessa prática, parecendo adotar apenas os traços mais imediatos e diretamente visíveis: dirigem-se diretamente à praia e tomam o banho de mar, pois essa era a finalidade do deslocamento, o objetivo mais importante a atingir.<sup>113</sup>

<sup>113</sup> O tipo de estadia a beira mar fica evidenciado pelo lugar de origem das pessoas, pelo seu aspecto econômico e cultural. Guido Muri nos apresenta um relato contemporâneo ao que estamos estudando, mas sobre o Balneário de Arroio Teixeira, local de passagem de quem ia de Porto Alegre a Torres, porém destino de pessoas menos “importantes” e “abastadas” ou mais pobres, em relação aos porto-alegrenses que iam a Torres. “O ARROIO TEIXEIRA. Conforme nos conta Elesbão Medeiros da Silveira, veranista do local desde a década de 20, [...] ‘duas famílias construíram no lugar um barracão comprido, de madeira, chão de barro batido e, por cobertura, o que havia de sobra na região, a tiririca. O casarão era de formato longo e construído em sociedade pela família de seu pai e por outra, ocupando cada uma, por sua vez, as suas dependências, no verão. Havia nele uma grande cozinha, com dois fogões de chapa. Sem soalho, chão de barro batido. Aos fundos, duas latrinas. A água para a comida vinha do arroio. Não havia poço. Quanto ao banho de mar daquele tempo, era muito diferente do que é hoje. Começava que o veraneio e o banho de mar tinham por finalidade cuidar da saúde. Por isso, o sal da água do banho não era tirado do corpo, com o que simplesmente não se tomava banho de água doce durante “os banhos”. O banho de limpeza só se daria em casa, no final da temporada. Sal queria dizer conservação, saúde. Para aqueles banhistas de 60 anos atrás, o mar era “água viva”, porque sempre em movimento, e quando dele se despediam, diziam, virando-se nas suas carretas ou nos seus cavalos: “Adeus, adeus. Para o ano, se Deus quiser, voltaremos! Tomava-se apenas um banho por dia, e num total de só nove banhos, e ao clarear de manhã. E constava em receber, cada pessoa, nove ondas, e finda essa quantidade de nove ondas, acabava também o banho daquele dia. Acreditava-se na magia curativa do

Por razões econômicas ou por não terem o capital cultural que fornecia os padrões de comportamento em espaços públicos tipicamente urbanos, os cafés e restaurantes situados nas imediações da praia eram percebidos como lugares “que não são para eles” (os nativos do lugar, agricultores e trabalhadores). O contato com estranhos ao grupo era minimizado, ou pelo menos, era evidente o desejo de se esquivarem ao contato com pessoas e espaços que exigiam o recurso a padrões de interação que os agricultores não conseguiam dominar. Quando muito, faziam uma refeição nos espaços próximos da praia, principalmente na parte alta, perto do *quadrado picoral*, sentados no chão ou em cadeiras que, tal como a comida, trouxeram de casa.

No contexto desse conjunto de estratégias que se destinavam a evitar quando possível situações que pudessem causar constrangimento, pode-se compreender outro aspecto do comportamento dos agricultores e moradores de Torres e da elite “de fora” na primeira metade do século XX. Às estratégias de convivência juntaram-se também as estratégias de distinção como as barracas na praia grande usadas pela elite porto-alegrense e a criação na década de 1930 de uma associação, a SAPT, para a sociabilidade e o lazer dos veranistas o que veremos adiante. É nesse espaço relativamente restrito que os veranistas desenvolvem também outras estratégias de uso do corpo e que estão ligadas à alimentação, um dos mais importantes elementos de diferenciação social na medida em que traduzem uma determinada forma de sentir e apresentar o corpo, para si mesmo e para os outros, como se depreende das palavras de Bourdieu:

---

número 9 e na força salutífera da água salgada. E o “banhista”, que houvesse cumprido o ritual dos nove banhos, ocupava os restantes dias em pescar ou arrancar maçambique da praia. Contadas as nove ondas recebidas no corpo, vinha-se para casa, ainda sem sol, deitando-se as crianças e alguns friorentos, ficando outros chimirando, na espera do café da manhã. Logo após o banho, e já no casarão, era quase obrigatório um trago da “consertada” de guaco: cachaça, guaco, açúcar, temperados com cravo, canela e noz moscada, e tudo fervido junto. E só então é que vinha o “amargo”. Depois do café matinal ia-se à praia pescar e arrancar maçambique para o almoço, que era geralmente abundante em peixes e daqueles mariscos, estes também comidos em forma de paçoca. O café da tarde era preto, com rosca, pão sovado, mas tudo torrado e que vinha para a praia em latões quadrados e de tampa de pressão. O traje para entrar no mar era calça cortada nas pernas para os homens. Já as mulheres iam de saia de baixo, arrastando na areia. Quanto aos rapazes, de calça curta ou camisola, se esta fosse a sua indumentária comum, e que usariam até aí pelos 10 anos de idade. O mantimento era todo trazido pelos “banhistas”, como se chamavam os veranistas daqueles tempos, pois ali no Arroio do Teixeira não havia comércio. E era tudo preparado em casa: pão torrado, bolachas, feijão, charque, banha, arroz, farinha, e tudo calculado para durar os 15 dias de estada, ou pouco mais, sempre o necessário e alguma folga para o cumprimento das 81 ondas. E o leitor pode aqui notar a soma do 8 com o 1, o que dá também... 9! A magia do 9! O transporte para a orla marítima era feito por carreta de bois, ou a cavalo. Com o mantimento, e embrulhado em panos para não se danificar no caminho, ia também o gramofone, de manivela, com sua caixinha de agulhas, mais os discos chamados, na época, de “chapas”, gravadas de um lado só, e que traziam as valsas, os chotes, as polcas, as mazurcas e as marchas. Apenas para escutar e não para dançar, nem cantar. Com os violões e as gaitas que levavam, o que faziam os banhistas era só desafios e trovação. Louças e panelas não voltavam para a residência do seu Manoel Medeiros da Silveira, mas permaneciam no casarão do Arroio Teixeira um ano todo, na espera da temporada seguinte”. MURI, Guido. **Rememranças de Conceição do Arroio**. v.2. Porto Alegre: Palotti, 1989.

Princípio da classificação incorporada, que comanda todas as formas de incorporação, o gosto escolhe e modifica tudo o que o corpo ingere, digere, assimila, fisiológica e psicologicamente.<sup>114</sup>

Ou seja, aqui temos mais um fator de distinção que é a alimentação, tanto por sua variedade como pelo lugar onde é consumida. Os de fora, “gente rica”, “gente *chic*”, “gente fina” ocupam seu espaço na praia delimitando um ambiente que julgam só seu, por um tempo determinado para a apreciação e fruição do mar ou antes para a saúde. À alimentação são reservados lugares próprios como os “finos” restaurantes quer do Hotel Picoral quer do Hotel Farol. Evidentemente que o cardápio era socialmente determinado, e quem fazia as refeições nos amplos salões/restaurantes dos hotéis não comia a mesma comida que os agricultores comiam. Tal diferença era determinada não só pelas condições materiais de existência, mas também por um universo cultural extremamente distinto.



Figura 16 - Salão/Refeitório do Balneário Picoral. 1920-1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

---

<sup>114</sup> BOURDIEU, Pierre. “Remarques provisoires sur la perception du corps”, Actes de *la Recherche en Sciences Sociales*.1977. n-14. Apud: MACHADO, op.cit., 1996, p. 52.

Formas de comer, vestir, andar, de mostrar/ocultar o corpo e que tipo de corpo queremos são elementos essenciais na diferenciação social. Na praia isso não seria diferente. Ao contrário, tais aspectos se evidenciam mais ainda.

Do mesmo modo, a aparência corporal apresentada na praia, pode ser vista através da gestualidade, da postura corporal e do vestuário, isto é, do corpo que a elite porto-alegrense (urbana) ambiciona alcançar durante a estadia na praia.

Em suma, existem modalidades de distinção entre os que elaboram as técnicas dominantes de utilização da praia – os que elevam a praia à categoria de civilização – e os que apenas as podem imitar de forma deturpada. No espaço da praia, as estratégias de distinção parecem apresentar-se sob a forma de um confronto em torno da legitimação de determinadas técnicas corporais (por exemplo, posição do corpo, maneira de andar, prática de desporto) e valores de estética corporal (gestualidade, vestuário, alimentação, etc.).<sup>115</sup>



Figura 17 – O Banho de mar não é mais apenas terapia. Em 1º plano Maria Leite Costa e Maria Helena Souza Gomes. No fundo aparece o bar abrigo da praia, 1ª construção da SAPT. Memórias da SAPT, 1996, p. 45. Museu Três Torres – SAPT.

<sup>115</sup> MACHADO, op. cit., 1996. p. 55.

Então, à incapacidade dos agricultores para participar no processo de elevação da praia à categoria de “civilização” junta-se uma incapacidade semelhante da parte dos pescadores. Na perspectiva da elite porto-alegrense e rio-grandense, dos que podiam ditar as regras de elevação da praia e da natureza marítima à categoria de “civilização”, os que sempre viveram junto do mar estavam igualmente destituídos do poder para participar nesse processo. A percepção que os de fora elaboram dos pescadores parece colocar a predominância na luta constante deste grupo com a natureza marítima.

Junto dos pescadores, inexistente também qualquer tentativa no sentido de empreender uma domesticação da natureza, de colocar os elementos naturais ao serviço dos seus interesses. Para Helena Machado, “o pescador não domina o macrocosmo, é-lhe submisso, estabelece com ele uma relação mística, imbuída de um conformismo perene perante o seu destino. A impotência do pescador face aos mistérios e vicissitudes do grande elemento líquido, surge como um *fatum*, uma luta perpétua da qual o pescador sai sempre a perder, por mais que se defenda”.<sup>116</sup> Esta atitude entra em grande contraste com a capacidade dos de fora (elite econômica e intelectual porto-alegrense), de dominar e de utilizar em seu proveito a natureza, ou seja, de elevar a natureza à categoria de civilização.

### 3.4. O prazer a beira mar

Progressivamente, a partir das primeiras décadas do século XX, são legitimadas as sensações que se constroem por um confronto direto com os elementos físicos do espaço da praia: legitima-se o prazer não só do olhar e do olfato, mas também o prazer obtido pelo contato com o mar, o sol e a areia, as rochas, etc. Evoca-se o prazer de estar na praia ao nível de todos os sentidos. Ilustra o que digo a seguinte passagem:

E como se não bastasse o cheiro do mar, banhávamos em mareas outras, compartilhadas com o impacto dos verdes. Ainda sinto sob os pés, mais que a temperatura da areia, o toque selvagem do capim, na sua fartura úmida e matinal. Ó mar salgado, ó cheiro de milho verde, os peixes a se oferecer num tempo em que ainda havia pregões: era a fala “cantada” dos habitantes de Torres, que os assemelhava aos *barrigas verdes*, os vizinhos de Santa Catarina. A cada vez que chegávamos para o início do

---

<sup>116</sup> MACHADO, op. cit., 1996. p. 55.

veraneio, era como se a vida recomeçasse para além de todos os sonhos. O terraço da frente abrindo para a calçada movimentada da rua José Picoral [naquele tempo Carlos Flores], o terraço dos fundos dando para o mar, o filtro de barro a marcar em gotas a passagem do tempo, o fogão a lenha, as camas de ferro, as camas de madeira, as cadeiras, os assentos de palha, os cachos de banana Santa Catarina.<sup>117</sup>

Cada vez mais a natureza vai se convertendo em espetáculo particularmente sedutor, não só para o olhar, mas para todos os sentidos. Mais do que nunca, vamos nos confrontar com uma faceta particularmente importante do processo de secularização da natureza, conforme Corbin, que é o fato da natureza se converter em espetáculo para o prazer das elites.<sup>118</sup>

Para Helena Machado, “por um lado, não podemos continuar a falar de uma “contemplação admirativa”, de tipo mimético: à medida que a sensibilidade ganha maior força, desaparece o sujeito que contempla a realidade guardando uma respeitosa distância em relação à natureza marítima. Confrontamo-nos com um agente cada vez mais ativo, que rejeita as realidades pré-existentes, e que insiste em reelaborar e reinterpretar o que vê, em função dos seus objetivos e necessidades. Por outro, o contato com a natureza converte-se num “cuidado de si”. O hedonismo ganha uma dimensão narcisista, que procura responder ao que socialmente se concebe como as necessidades vitais do ser mais profundo do indivíduo”.<sup>119</sup>

O que observamos é que à satisfação dessas necessidades implica uma transformação dos modelos sociais de conduta e de sensibilidade, na direção indicada por Norbert Elias, aonde os padrões sociais de interação com a natureza marítima vão se tornar cada vez mais diferenciados.

São necessidades individuais inventadas nas sociedades ditas modernas, em que a sensibilidade se aproxima ao que Helena Machado chama de *sentimentos associados ao paradigma sócio-cultural da modernidade* onde:

[...] ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor. No prazer obtido pelo contato direto com a natureza marítima, os sentimentos caracteristicamente “modernos” e que, hipoteticamente, supomos que podem satisfazer as necessidades do homem moderno, vão surgir com uma nitidez e força sem precedentes, isto é, acompanhados de uma maior intensidade das emoções, alicerçadas na efemeridade, na alegria, no momento presente. Simultaneamente, no desejo de renovação constante dessas sensações corporais.<sup>120</sup>

<sup>117</sup> CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D’AZEVEDO, Martha Geralda Alves. **Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933**. Porto Alegre: Já Editores, 2005, p. 103-104.

<sup>118</sup> CORBIN, op. cit., 1989, p. 35.

<sup>119</sup> MACHADO, op. cit., 1996, p. 101.

<sup>120</sup> Ibid., p. 101.



Um dos fatores principais desta mudança reside na transformação dos horários e formas de utilização da praia. A praia socialmente representada como um espaço vocacionado para fins terapêuticos, através do uso dos banhos no mar, era essencialmente freqüentada de manhã cedo.<sup>121</sup> Já a praia socialmente representada como um espaço para o prazer e a sociabilidade, corresponde a uma valorização dos elementos “quentes” da natureza marítima, que conduz a que se comece a freqüentar a praia nas horas de maior calor. A partir das décadas de 1930 e 1940, a praia de Torres começa a ser freqüentada no momento do dia em que o “quente” se sobrepõe ao “frio”.



Figura 18 - Vida Balnear na praia de Torres, 1942. COUTO E SILVA, Morescy (Major). Rio Grande do Sul – Imagem da Terra Gaúcha. Porto Alegre: Editora Cosmos, 1942.

Chegava-se mais tarde à praia, permanecia-se mais tempo, e desenvolviam-se outras atividades além do banho de mar. A praia tornava-se um espaço de participação com a natureza que surtia efeitos ao nível de todas as sensações corporais, pois vinha ocorrendo, desde o início

---

<sup>121</sup> Ver nota 36 .

do século XX uma mudança nos códigos de leitura dos elementos físicos do espaço da praia, uma transição da “praia terapêutica” para a “praia lúdica” e social.

Além do contato físico que se tem com o ambiente a beira mar, a pessoa “moderna” tem um olhar diferente, refinado, “abstrato” em relação à paisagem e às imagens da praia, e seus estímulos de cor e luz. Para Helena Machado, “o olhar sobre o espetáculo da luz e da cor oferece sensações únicas, inéditas e ilimitadas, de uma intensidade nunca antes experimentada, que conciliam a estimulação dos sentidos com um ato de renovação emocional.”<sup>122</sup> Segundo Nicolau Sevcenko, para quem o início do século XX teve um fluxo intenso de mudanças atingindo todos os níveis da experiência social, as pessoas tiveram afetados ou transformados “seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos *estímulos luminosos*, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. Efetivamente, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo intenso e tão rápido num processo dramático da transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus *modos de percepção* e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo interado”.<sup>123</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, os discursos e propagandas que proclamam as vantagens de freqüentar a *praia balnear* de Torres durante a *estação calmosa*, referem insistentemente a *salubridade/higiene* como elemento fundamental para atrair os veranistas principalmente da capital a freqüentar espaços abertos, longe dos centros urbanos caracterizados pela sujeira, pela imundície, pelas doenças.

Abordando o significado simbólico da importância que neste período assume a *salubridade/higiene* dos espaços abertos, é importante determo-nos em alguns subsídios do modelo teórico que Norbert Elias, apresenta em *O Processo Civilizador* para observar a evolução da higiene na Europa Ocidental desde a Idade Média até aos nossos dias.

Segundo Norbert Elias é falsa a concepção de que o polimento da conduta, depois da Idade Média, foi principalmente determinada por motivos higiênicos. A grande maioria dos tabus que progressivamente se impuseram nas relações entre os indivíduos, não apresenta uma relação direta com mudanças na “higiene”, mas sim traduzem uma nova “delicadeza da sensibilidade”. Na perspectiva deste autor a imposição de novas formas de conduta, hoje tidas como

---

<sup>122</sup> MACHADO, op. cit., 1996. p. 105.

<sup>123</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.p. 7-8.



“higienicamente corretas”, não resultou de preocupações sanitárias propriamente ditas, mas de um processo de civilização que moldou gradualmente as sensações corporais, numa direção muito específica.<sup>124</sup>

Surgem modelos sociais de conduta e de sensibilidade alicerçados no autoconstrangimento e no desejo de causar uma boa impressão aos outros, de obter um reconhecimento social positivo. Por exemplo, segundo Elias, a prática de comer com um garfo difundiu-se na Europa medieval não por razões higiênicas, mas porque, ao exigir uma certa destreza e autocontrole das técnicas corporais, rapidamente se tornou um símbolo de distinção social.

Nesse sentido, a *invenção* da praia de Torres não está pura e simplesmente associada a um desenvolvimento autônomo da *higienização*, tão cara aos tempos modernos, mas também a um ambiente de investimentos simbólicos que criam uma imagem da praia e de seus espaços abertos respectivamente, amparado no elemento *salubridade/higiene*.

Mais do que o simples reflexo de preocupações sanitárias, no sentido mais estrito do termo, avançamos à observação de que o elemento *salubridade/higiene*, presente na *construção social* das vantagens de frequentar espaços abertos, adota funções sociais que extrapolam em larga medida preocupações de caráter sanitário/higiênico. Por um lado, o avanço e o perigo das doenças e, em especial, das epidemias, que assolam os meios urbanos, constitui um indício muito claro do processo civilizador à *Belle Époque* brasileira - testemunha o desejo de obter corpos adequados à procura do *mundo civilizado*, encaminhados para o progresso. Ou seja, corpos vigorosos e saudáveis.

Evidentemente que a obtenção de corpos devidamente “higienizados” exigia cuidados contínuos e uma vigilância rigorosa. Segundo a ideologia do processo social de higienização levado a cabo pela burguesia européia do século XIX, e trazido ao Brasil, esses cuidados e vigilância, só podiam surtir efeitos fora do meio urbano, cujas patologias mais evidentes se condensam nas ruas estreitas e sujas, sem ventilação e ventos tonificadores, impregnadas de odores, pestilentos, que obrigavam à promiscuidade dos corpos fisicamente muito próximos.<sup>125</sup>

Numa outra perspectiva, o elemento *salubridade/higiene* surge como um fator de classificação social, à semelhança de outras práticas de higiene descritas por Norbert Elias. Isto,

---

<sup>124</sup> ELIAS, op. cit., 1994.

<sup>125</sup> MACHADO, op. cit., 1996, p. 97.

porque quem não pode realizar a fuga ao perigo da doença que o espaço urbano oferece, é socialmente desclassificado. Torna-se, enfim, portador de um corpo socialmente indesejável, que funciona como obstáculo à instauração da moderna civilização, existindo uma relação inversa entre a quantidade de corpos urbanos e a qualidade física dos organismos e da vida moral.

O ambiente de repulsa ao meio urbano recorre também a outros elementos. Elementos esses, inexistentes nas grandes cidades como o ar puro, mas também a visão da luz, da cor, e do movimento da natureza surgem como os ingredientes principais da edificação do prazer de estar ao ar livre.

Num cenário propício e exigente de construção de códigos de sensibilidade e percepção da realidade que edificam o desejo de permanecer em espaços abertos, o prazer de contemplar a natureza e de estar ao ar livre é um prazer socialmente aprovado. Neste quadro imaginário dos espaços abertos, a luz, a cor e os cheiros provocados pela natureza marítima também são objetos de atenção. Contudo, o prazer provocado pelo contato com essa natureza *total* é distintivo.

#### 4. A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE NA PRAIA DE TORRES

*Está vendo aqueles três penhascos escuros coroados de verde que avançam para o mar e que lembram torres? Eles dão o nome a uma das mais belas praias, onde espécimes da elegante fauna do Café Society de Porto Alegre - a que um cronista malicioso chamou Nescafé Society - costumam passar os verões...*

Érico Veríssimo. Um romancista apresenta sua terra<sup>126</sup>

##### 4.1. Veranistas e torrenses e as novas sociabilidades

Contemplamos a *invenção* de Torres também pelo viés da sociabilidade.<sup>127</sup> De uma *sociabilidade terapêutica*, como refere Alain Corbin, ao tempo em que a praia tinha como fim

---

<sup>126</sup> VERÍSSIMO, Érico. Um romancista apresenta sua terra. In: **Rio Grande do Sul - Terra e Povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, p. 6.

<sup>127</sup> A sociabilidade foi um dos temas que começaram a ser discutido pela História das Mentalidades e, posteriormente, pela Nova História Cultural. A sociabilidade era considerada um tema menor, marginalizado e, como consequência, com várias definições ou “sem” definição. Ainda hoje, os trabalhos que dizem abordar a sociabilidade não possuem uma definição clara do termo. Morel considera que “as sociabilidades” entraram no campo da pesquisa histórica acadêmica com as contribuições de Maurice Agulhon. Segundo este autor, a sociabilidade teria um duplo sentido. O sentido mais amplo envolve formas mais gerais de relações sociais e o sentido mais estrito refere-se a formas específicas de convivência com os pares. O mesmo autor considera que a sociabilidade moderna data do século XIX, sendo um fenômeno político ligado às idéias de civilização e de democracia, que eram próprias ao contexto da época. MOREL, Marco. Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**. Sociabilidades. Rio de Janeiro. N. 28, 2001. Baechler considera a sociabilidade como a capacidade associativa em geral, seja as associações particulares como os salões, os círculos, os clubes, os cafés; é ainda capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos,

apenas a saúde, às novas formas de organização, interesses e olhares sobre este espaço a transformam no seu cotidiano, dando-lhe uma nova cara, condicionada às emoções, expectativas, ambições e aspirações neste novo destino que se *inventa*.

As sociabilidades aqui chamadas se relacionam não só aos *tempos livres* da elite, mas aos encontros sociais proporcionados pelos interesses e motivações distintas das elites que procuravam a praia para lazer e aqueles que tiravam seu sustento desta situação. Mas é claro, prevalece aqui, como objeto, a sociabilidade de quem vai a praia, os de fora, a elite porto-alegrense.

paixões, opiniões... vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações. Para esse autor as *formas de sociabilidade se constituem movidas, principalmente, pelo prazer proporcionado por “estar junto”, “ver e ser visto”, refletindo algumas características da civilização*. A última categoria pressupõe a noção de civilização. BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-106.

Simmel considera sociabilidade como uma forma autônoma ou lúdica de sociação. Segundo o autor, interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se unam em diferentes associações, como econômicas, religiosas, políticas, as quais se caracterizariam pelo sentimento de estarem sociados e pela satisfação provocada por isto. A sociabilidade, na visão do autor, não tem propósitos, objetivos, conteúdo ou resultados exteriores, “depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre”. SIMMEL, Georg. Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou forma. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Georg Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n° 34). p. 165-81.

Maia considera que privilegiar a dimensão da espontaneidade da sociabilidade, ou seja, do descompromisso, pode levar a equívocos: Primeiro, se ignorarmos as instituições, as tradições, os padrões regulares de comportamento e de expectativas, estaremos atribuindo ao ator uma soberania absoluta, concebendo-o como um criador indeterminado, capaz, contudo, de determinar tudo no mundo. A autora conclui que a sociabilidade não pode ser vista apenas como uma categoria de interação; na dinâmica da interação social. MAIA, Rousiley C. M Sociabilidade: apenas um conceito? **Geraes - Estudos em Comunicação e Sociabilidade**. Belo Horizonte, Departamento de Comunicação Social -FAFICH/UFMG, n. 53, 2002. p. 4-15.

Gomes, a partir das obras de Agulhon, considera que a sociabilidade é “como um conjunto de formas de conviver com os pares, como um ‘domínio intermediário’ entre a família e a comunidade cívica obrigatória. “Sociabilidade é vida social organizada, e as associações as mais diversas são sua forma privilegiada. GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo . **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993. p. 62-77.

Sennett afirma que as sociabilidades públicas são consideradas por Rousseau como: [...] relações sociais de mútua dependência. [...] As pessoas acabam dependendo umas das outras para conseguirem uma percepção do eu. Uma pessoa manipula sua aparência aos olhos dos outros, de maneira a conseguir sua aprovação, e assim sentir-se bem consigo mesma. SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Rezende parte do conceito de sociabilidade de Simmel, mas considera que nem sempre a sociabilidade alcança a equivalência e o desinteresse, que nem sempre os traços subjetivos e os interesses estão ausentes, que os padrões de sociabilidade são diferenciados por gênero, idade, classe social, etc. A autora parte da idéia de que dentro de certos estilos de sociabilidade se afirmem diferenças e surjam diferenças entre as pessoas. Mesmo a sociabilidade entre pessoas de semelhantes classes sociais, há outros eixos de disputa, seja uma identidade de gênero ou o status associado a um estilo de vida particular. Ao mesmo tempo que implica a associação prazerosa entre um grupo específico de pessoas, destacando certos valores seus, delimita por contraste, e exclui, outros grupos distintos[...] Sociabilidade perpassa por dinâmicas de diferenciação social e por relações de poder. REZENDE, Claudia Barcellos. Os limites da Sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão. **Estudos Históricos**. Sociabilidades. Rio de Janeiro. N. 28, 2001.

Para Eloísa Capovilla, “traçar um panorama da sociabilidade e dos lazeres das elites e da aristocracia nos séculos XIX e XX a partir da era da industrialização, considerando a globalidade da Civilização Ocidental, é operar com a idéia de que os modelos das sociabilidades inglesa, francesa e americana expandiram-se em maior ou menor escala, dá mesma forma que os padrões econômicos e políticos, atingindo todas as partes do mundo”.<sup>128</sup> Ligado a esse contexto está a emergência dos lazeres e da sociabilidade no Ocidente, que tem a Inglaterra como pioneira. Tal pioneirismo é advindo do processo de industrialização e seus desdobramentos, já que a partir daquele momento não só se reorganizou o trabalho, mas também se reinventou o tempo livre quer nas cidades - praças, cafés, *boulevards*, teatro... - quer em outras áreas como nas montanhas, nas estações termais ou na praia. O Brasil do século XIX viveu muitas transformações quer políticas, quer sociais, quer econômicas. Se, no início daquele século éramos ainda uma colônia de Portugal e tínhamos uma economia ligada à agricultura e sustentada por um modo de produção escravista, no final do mesmo século, transformações já mostravam um outro Brasil, onde uma nova elite buscava lugar ao sol. Do ponto de vista da sociabilidade e dos lazeres, o padrão é o mesmo do mundo Ocidental, embora existam características regionais, destacando-se o Rio de Janeiro como o modelo mais acabado.

Na esteira desse contexto de valorização da praia para terapia e para lazer, o Código de Posturas Municipais de Torres de 1921 (Lei nº. 3) é um reflexo de como os novos costumes dos banhos chamava a atenção das autoridades, e conseqüentemente se adaptava a essa nova sociabilidade, incluindo as seguintes disposições *penais*:

Artigo 162: Banhar-se na praia do mar, lagoas ou rios sem estar vestido de modo a não ofender a moral pública. Multa de 10 mil-réis e 24 horas de detenção ao contraventor.

Artigo 174: Quem apresentar-se, no público, em estado de nudez ou vestido indecorosamente, será detido por 24 horas e multado em 20 mil-réis, além das penas do artigo 282 do Código Penal.<sup>129</sup>

Torres estava mudando! Antes tínhamos uma pacata vila de pescadores. A própria construção da Igreja (elemento constituidor central em qualquer vila no século XIX no Brasil) deu as costas para o mar; até o início do século XX, Torres *olhava* para o interior, mas com a

---

<sup>128</sup> RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaços de representação das elites alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo, 1858 – 1930.** Tese [Doutorado] apresentada ao PPG de História da UFRGS em janeiro de 2000, 412p. Orientador: René Ernaini Gertz, digitalizada.

<sup>129</sup> Código de Posturas Municipais de Torres de 1921 (Lei nº. 3). Casa de Cultura

descoberta do mar, seus banhos, modas e prazeres, acabou o esquecendo (observar figura 18). Torres passou a “ter vida” nos meses de verão. Esta expressão deixa transparecer a mudança que a vida econômica e social desta, então Vila, foi alvo a partir das primeiras décadas do século XX, o que é elemento norteador desta pesquisa.



Figura 19 -Igreja São Domingos, década de 1950. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Torres era uma vila litorânea, e a sua localização à beira-mar definiu as principais atividades que ocuparam a comunidade local ao longo da história, principalmente a pesca. A pesca, apesar de ter perdido a importância de outrora na economia local, passou a apresentar-se como um elemento simbólico central na definição da identidade torrense de hoje; o veraneio<sup>130</sup>,

<sup>130</sup> Entende-se por veranismo a permanência de um determinado grupo, família ou indivíduo que possua a sua casa de praia ou segunda moradia na localidade residindo nesta por cerca de dois meses (período de férias). O veranismo distingui-se do turismo flutuante na medida em que o turista flutuante não possui uma relação residencial e política com a cidade, ou seja, não possui imóveis nela, como não paga impostos. Ruschel nos dá mais subsídios: “Em velhos dicionários ainda se encontra que “veranear” significa passar o verão fora da cidade. De fato, o fenômeno veraneio foi consequência da urbanização. É que o homem, ao tornar-se citadino, guarda radical saudade do campo, sobretudo no verão, época psicologicamente ligada ao descanso (terminou a colheita), à fartura, às frutas, às flores. Entre os romanos, cuja civilização foi a mais urbana das antigas, todos que podiam mandavam construir “villas” (casas de campo) para gozar as delícias da temporada fora das cidades. O outro componente foram os “banhos”. Desde cedo, na história, propagou-se o valor dos banhos para a saúde. Homero refere que, antes de qualquer banquete, os gregos antigos não deixavam de proporcionar banhos a seus convidados. Os romanos tinham o hábito de tomá-los frios

por outro lado, foi a garantia do rendimento anual da maior parte das famílias de Torres (vila e interior) e base de transformação da vila em famoso destino turístico atualmente.

Por sua localização marítima, Torres foi induzida por experiências específicas do tempo. Foi a percepção de um ciclo anual desigual, de um tempo vivido *em fatias*, o *tempo livre* de alguns que sugeriu uma análise que tomasse como ponto de partida as implicações da variação sazonal. Esta variação é perceptível de forma significativa nos espaços à beira-mar, altamente concorridos durante a estação quente e praticamente abandonados durante a estação fria. O Verão assume-se como o *momento de exceção*: aos veranistas permite reproduzir sua sociabilidade de origem ou desenvolver novas sociabilidades; aos habitantes locais garante o sustento econômico de todo o ano bem como proporciona novas sociabilidades.

É premissa desse trabalho perceber de que forma os grupos e os seus tempos conviveram nos diferentes espaços de utilização comum, em especial no espaço da praia.

Turismo tem sido a palavra escolhida para designar as experiências dos indivíduos durante o tempo de lazer<sup>131</sup>. Se o lazer é a libertação temporária das obrigações impostas pela vida quotidiana, uma pessoa torna-se “turista” quando se desembaraça dos constrangimentos do trabalho e do tempo e procura contrastes com a existência e locais quotidianos através da deslocação para um espaço diferente. O encontro turístico pode ser, na sua forma mais simples, uma relação entre dois grupos de estranhos, com diferentes bagagens culturais: anfitriões e hóspedes. Mas aquilo que os diferencia de uma forma decisiva é o fato de uns estarem a trabalhar enquanto outros desfrutam o seu tempo de lazer, ou seja, o turismo induz um desequilíbrio dificilmente ultrapassável. De uma maneira geral, hóspedes e anfitriões mantêm uma grande distância social, que hoje tende a diminuir; no entanto, enquanto dura a relação, os de fora ostentam símbolos com uma conotação positiva na sociedade moderna, enquanto as populações locais tentam retirar o maior lucro possível da presença dos turistas.

---

(“frigidarium”), mornos (“tepidarium”), ou quentes (“caldarium”), com frequência, quer em instalações privadas, comerciais ou públicas. Todas as cidades do Império, mesmo as pequenas, possuíam “termas” e “bãneas”. Ao tempo de Constantino contaram-se 856. As ruínas dessas instalações são encontradas em toda Europa. Nos tempos modernos, espalhando-se a convicção de que a água salgada tinha propriedades especiais para a saúde, a aristocracia começou a deslocar-se no verão para a beira do mar, construindo mansões não longe dos casebres dos pescadores. Nos séculos XVIII e XIX a burguesia em ascensão entrou na mesma onda. Os próprios reis davam o exemplo, desde a família real francesa (em Biarritz e na Cote D’Azur) até os czares da Rússia (nas praias da Criméia). No Brasil, o fenômeno chegou com retardo. Afinal, nosso processo de urbanização é muito recente, começado em Minas no século XVIII e só se acentuando depois da República. Em: Os veraneios de Antigamente. Torres: **Gazeta**, 09 de janeiro de 1988.

<sup>131</sup> Aqui usamos o termo como sinônimo de veranista, observando a nota anterior.

As estações balneárias de férias têm por base, de uma maneira geral, a relação estruturadora que se estabelece entre anfitriões e hóspedes. Esta relação pode mesmo estar no centro da identidade local.<sup>132</sup>

Torres passou a ser destino de veranistas num contexto nacional, onde os banhos de mar e o ar marinho eram recomendados, desde o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, como sinônimos de saúde, lazer e modernidade, que se tornaram mais freqüentes no início do século XX.<sup>133</sup>

Alguns foram os fatores que tornaram a praia de Torres atrativa para a prática de banhos. Nos depoimentos do princípio do século XX aparecem em primeiro lugar os benefícios da água do mar, que proporcionava os banhos frios requeridos na época, seguidos dos elevados teores de iodo, recomendado pela medicina de então; sua localização e belezas naturais (o “pitoresco”) e o clima agradável. Protásio Alves, em carta de arquivo particular da família<sup>134</sup>, menciona a *talassoterapia* e os estados de saúde conquistados com temporadas de banhos de mar em Torres e bom regime alimentar. Recomendava, contudo, que as crianças não deveriam ser forçadas a entrar no mar, pois que já se beneficiavam com a viagem e com o ar marítimo.<sup>135</sup>

Nota-se nessa época um intenso fluxo de veranistas pertencentes primeiramente a alta classe porto-alegrense, como altos funcionários públicos (desde governador e vice-governador), grandes industriários e comerciantes da referida cidade para Torres. Quase que paralelamente observa-se também a presença de caxienses na praia de Torres nas primeiras décadas do século XX, constituindo-se a praia num espaço privilegiado que ganharia em seguida o título de *a mais aristocrática das praias gaúchas*.

---

<sup>132</sup> Os conceitos de *insiders* e *outsiders* e as tensões e compromissos que daí resultam, sugere que estes estão na origem do sentido de identidade local. A população local, buscando o equilíbrio entre a tradição e a modernidade, combate as rupturas causadas pelos de fora, retirando vantagens das oportunidades sociais e econômicas que lhes são oferecidas pela sua presença. Isso é conseguido através da revitalização da sua herança cultural dentro das condições de mudança trazidas pelas pessoas “de fora”; assim, a população local continua como uma comunidade com as suas próprias fronteiras simbólicas, não apesar dos *outsiders* mas por causa da sua presença. Cf. ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

<sup>133</sup> Cf: MELO, Victor Andrade de. Mar e Remo no Rio de Janeiro do Século XIX. In. **Estudos Históricos**, 1998.

<sup>134</sup> Carta de 20 de fevereiro de 1920 Apud: CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D’AZEVEDO, Martha Geralda Alves. **Protasio Alves e o seu tempo**. Porto Alegre: Já Editores, 2005. p. 105.

<sup>135</sup> Médico e político, Dr. Protasio Alves “descobriu” as belezas de Torres quando realizou uma viagem a cavalo, descendo da Serra para o vale do Mampituba, a fim de mapear a fronteira do Estado. Cf: CAMPOS; D’AZEVEDO, op.cit., 2005. E ainda em: ALVES, Protasio A. Documentos relativos à questão de limites com o Estado de Santa Catarina, acompanhados da exposição do Dr. Secretário de Negócios do Interior e Exterior. Relatório reeditado pela Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fascículo 2, 1921, p. 1-74.



Neste contexto de descoberta da praia, no verão de 1915-1916, ocorre a chegada e o anúncio de José A. Picoral de instalar em Torres a sua residência e ai construir um Hotel para *fazer de Torres a mais afamada, a mais procurada praia balneária do Estado*. Essa notícia é recebida com *estrondos de foguetes pela população e pela banda torrense*; são notícias que expressam o entusiasmo com que os veranistas são recebidos na vila. Este fato pode estar associado à extrema pobreza em que vivia o povo da vila de Torres. Alguns torrenses viviam, durante muito tempo, quase que exclusivamente da boa vontade dos veranistas; observa-se, por essa razão, notícia de festas de beneficência e solidariedade, e outras iniciativas por parte das pessoas “de fora”, que além de proporcionarem diversões aos banhistas se traduziam numa ajuda para os moradores da vila.



Figura 20 – Casa da S<sup>a</sup> Heloísa de Sampaio Chaves Barcelos, mãe de Waldemar Chaves Barcelos. Nela diariamente se acumulavam pessoas pobres para receber donativos em dinheiro e alimento. Uma das duas primeiras casas de alvenaria construídas em Torres por veranistas. Memórias da SAPT, 1996, p. 36.

Comprova essa afirmação a seguinte passagem, um Relatório da Intendência de Torres, de 1920, apresentado aos Conselheiros Municipais, dando o seguinte informe:

SARAU. Torres. 24 de fevereiro de 1920. Realizou-se ontem à noite, no salão nobre do Hotel Picoral, que estava repleto de espectadores, um brilhante sarau beneficente,

literário e musical. Tomaram parte no mesmo a excelentíssima senhora D. Clara Marques Pereira, que cantou magistralmente um trecho da ópera “Reine de Sobá” e a ária de Vivaldi “Un certo non so che”. As senhorinhas Ilsa Woebeck e Pezzani, que interpretaram, com grande brilho, algumas composições de Beethoven e Chopin. A senhorinha Clarinha França, que disse, com muita graça, um monólogo em francês. A senhorinha Iolanda de Andrade, que recitou, com muito chiste, uma poesia humorística. Os doutores Sinval Saldanha e Renato Costa, que fizeram interessantes conferências literárias, o primeiro sobre “O mar” e o segundo sobre “As astúcias da mulher”. E o jovem acadêmico de medicina Almir Alves, que recitou brilhantemente uma poesia de Olavo Bilac.

Terminou o sarau com uma alocução à bandeira, recitada com ardor pelo menino José Flores Soares e com execução do “Amor febril”, entusiasticamente cantado por toda a assistência. Após, seguiu-se um animado baile, que prolongou-se até a madrugada. A idéia dessa festa, que deixou agradabilíssima impressão no espírito dos espectadores, foi sugerida pelo Dr. Protásio Alves, vice-presidente do Estado. A comissão incumbida da realização desse belo festival era composta das exmas. Senhorinhas Cândida Alves, Nair Borges, Ilza Guimarães e Clarinha França, que foram eficazmente auxiliadas pelo Dr. Alcides Flores Soares.<sup>136</sup>

Sarau com ópera *Reine de Sobá* e a ária de Vivaldi *Un certo non so che*, não eram atividades culturais pertencentes à pacata Vila de Torres; a vila estava tomando notoriedade pela migração sazonal de uma “aristocracia urbana”, notadamente porto-alegrense, fazendo com que a vila recebesse “novidades” jamais vistas por ali.

Primeiramente quem descobre a praia são os “de fora”, ou seja, este espaço de sociabilidade tão conhecido hoje, para os moradores da vila de Torres da primeira metade do século XX é desconhecido, não integrado. Segundo, a vinda desses veranistas vai gerar uma nova forma de organização social, gerando conseqüentemente novas formas de sociabilidade para os habitantes locais, que vão organizar sua vida de sobrevivência numa divisão temporal bem estabelecida entre verão e inverno, pois, numa abordagem econômica, o verão vai passar cada vez mais a gerar o sustento dos moradores da vila e do interior da região no período de inverno. Para os moradores da região, ao verão é reservado, em função dos veranistas, temporada de trabalho árduo e incessante nos hotéis ou produzindo e transportando produtos para os hotéis/veranistas.

Essa “nova sociabilidade” levada à vila de Torres vai se dar inicialmente no âmbito do Balneário Picoral, pioneiro na vila. A vila de Torres vai atrair a elite principalmente porto-alegrense, a partir, num primeiro momento, do hotel mencionado que, devido a boa estrutura, vai permitir a essas famílias vindas da capital momentos de lazer e entretenimento com que essas eram acostumadas de onde vieram.

---

<sup>136</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres têm História** Porto Alegre: EST Edições, 2004. Citado em CAMPOS, op. cit., 2005.

Então, a sociabilidade de que falo não é só a que os porto-alegrenses traziam ou produziam na praia, mas também o que esse movimento de ir a praia provocava em todos, veranistas e moradores locais.

Entretanto, é preciso que levemos em consideração que, para uma população que vive à beira-mar, ou próximo a ele, no início do século XX a praia não é essencialmente um lugar lúdico ou de diversão (mesmo que comece a ser para as gerações mais recentes), mas antes faz parte das suas práticas quotidianas e das suas representações do território experienciado.

A distância social entre veranistas e torrenses evidenciava-se, portanto de forma muito clara e os espaços de convívio de cada um dos grupos assumiam um carácter de exclusividade.

No entanto, o desequilíbrio que se anota aqui contextualizado historicamente mantém-se, pois se os banhos inauguraram uma série de infra-estruturas e estilos de vida que os habitantes de Torres vão, aos poucos, se habituando (e que vão até aderindo), já que o Verão continua a ser entendido como o tempo de trabalho por excelência (em oposição ao tempo de lazer dos veranistas).

Pode-se afirmar que, para a população torrense as práticas balneares foram durante muito tempo entendidas como inacessíveis, como práticas dos “outros”.

De certa forma, durante o verão, os torrenses desligavam-se dos seus trabalhos quotidianos e encontravam na praia, mais adiante, o seu espaço simultaneamente de trabalho e de lazer. Ou seja, são pessoas para as quais a praia era um apoio, não só porque permitia o seu sustento, mas também porque era um “lugar” de afetos que sustentava a sua identidade profissional, ainda que parcial. As pessoas de que falo constituíam-se em “personagens” fundamentais daquele ambiente paisagístico e sensorial e assumiam um papel decisivo nas memórias e nos discursos de uma praia familiar pelos trabalhos que prestavam no seio dessas famílias. São entre outros, jardineiros, babás, diaristas, cozinheiras. Para os torrenses, portanto, as alterações sazonais tinham um papel decisivo na forma como obtinham os seus rendimentos e geriam as suas atividades. Para eles, a Torres do inverno e a Torres do verão eram realidades distintas, que correspondiam a diferentes ocupações e imaginários.

Assim, praia assumia-se como um espaço familiar, em que todos se conheciam e estabeleciam com o espaço, e com os seus frequentadores, relações antigas.

A relação dos veranistas com os torrenses ultrapassava em muito o espaço da praia, observando muitas referências a ajudas que os primeiros facultavam aos segundos, como

acontecia com médicos que os privilegiavam em operações ou advogados que lhes prestavam apoio jurídico.

A variação sazonal está na origem das experiências do tempo (e do espaço) que estamos tratando. E a alternância que esta impõe está na base dos significados que são conferidos a cada um dos tempos sociais. O verão e o inverno (como as duas partes mais influentes do ciclo anual) são investidos de sentidos diferenciados e avaliados de diferentes formas pelos grupos. Tanto os veranistas como os torrenses projetavam no verão uma conotação positiva que resultava, respectivamente, da ausência dos constrangimentos do trabalho e da possibilidade do aumento dos rendimentos. Mas o valor do verão surge também ao nível simbólico: no verão têm lugar as festas, no verão “há mais gente e há mais vida”. O torrense passa o verão trabalhando, e muitas das suas atividades estão, direta ou indiretamente, ligadas à permanência dos “estranhos”; já para os veranistas, Torres só existe no verão, são eles que lhe levam a vida e a animação. O verão é o tempo “nobre”, aquele que se deseja durante o inverno e que se associa imediatamente a um espaço (diferente do resto do ano): a praia, neste caso, de Torres.

Decorre desta avaliação do tempo outra desigualdade sentida ao nível da relação estabelecida entre os dois grupos. O encontro turístico, tal como foi definido pela “antropologia do turismo”, esconde uma organização hierárquica profunda. Enquanto um grupo procurava no espaço torrense práticas contrastantes com as quotidianas de trabalho, outro grupo investia no lazer do primeiro. Ou seja, o confronto com os estranhos permitiu aos torrenses construir uma identidade local específica baseada naquilo que definiram como “antigo e tradicional”.

Veranistas e torrenses conviviam no espaço social da praia, cada qual com seus objetivos, mas os primeiros, os de fora, cada vez mais se apossando e *inventando* esse espaço; mas o espaço social pode apresentar duas esferas distintas, cada uma com a sua lógica de funcionamento e regras de regulação; o espaço privado (que tende a concentrar as suas manifestações na família) e o espaço público que assumir dois sentidos. Por um lado, desenvolve-se à custa da sociabilidade anônima ou não, da rua, da praça. Mas pode também significar o tipo de sociabilidade que se apresenta em locais de lazer ou de prazer organizado, podendo ser definido também como “ponto de encontro de pessoas que não se conhecem mas que se sentem felizes por estarem juntas”.<sup>137</sup>

---

<sup>137</sup> ARIÈS, Phillipe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada vol. 3. Da Renascença ao Século das Luzes.** São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 16.

Por essa definição, a praia passa a ser um espaço ao qual são dirigidos determinados investimentos simbólicos e no qual se desenvolvem atividades que não se enquadram harmonicamente nem na categoria de “privado” nem de “público”, ou seja, há uma interpenetração difusa e complexa entre essas esferas.

A praia de Torres, bem do início do século XX, sem hotéis, salões, cafés, freqüentada com fins terapêuticos, tem um caráter público principiante. A permanência na praia é de curta duração. Os lugares onde os veranistas podem desenvolver a sociabilidade são a beira mar, as caminhadas e visitas aos rochedos e a Guarita ou a contemplação da paisagem do alto do Morro do Farol.

Entretanto, com melhor infra-estrutura e com a gradual emergência da praia lúdica, a permanência torna-se mais longa, é socialmente permitido que o encontro e a sociabilidade entre veranistas ocorra e se manifeste mais intensamente, assim como atividades de ócio e diversão se desenvolvam neste espaço. A “praia lúdica” é decididamente um espaço público, isto é, um espaço que se transformou num ponto de encontro entre *pessoas que não se conhecem mas que se sentem felizes por estar juntas* já que se reconhecem, pois estão entre os *modernos, civilizados*, sendo vistos ou servidos pelos torrenses na condição de trabalhadores.

## 4.2. O Balneário Picoral

Avançamos na hipótese de que a elevação da Vila de Torres a categoria de destino da *elite* porto-alegrense para passar a temporada de veraneio, *a estação calmosa*, não foi por acaso. Sua paisagem distinta e peculiar no estado, sem dúvida ajudou na sua *invenção*, entre outras motivações, como pessoas que rumaram para Torres, principalmente da capital.

Dentre as pessoas que *descobriram* e conseqüentemente *inventaram* Torres, destacamos José Antônio Picoral, pela conseqüência prática que sua ida ou *ligação* com Torres derivou. Nativo da Colônia São Pedro (colônia de destino de imigrantes alemães em 1826), mas radicado em Porto Alegre, trouxe a família para Torres no verão de 1913. Vieram de carreta viajando quatro dias. Arrendaram uma casa na rua Júlio de Castilhos para passar a temporada. Sobre a viagem e as primeiras impressões de Torres, Dalila Ruschel nos dá um *romântico* relato, ao que chamou “A grande viagem”:

Foi em janeiro de 1913. Lembro-me bem, ainda. Foi dia de muita lufa-lufa. Mas à noite estávamos prontos para fazer a grande viagem que mamãe tinha medo de empreender, mas nós, crianças, estávamos aflitos e ansiosos por fazer. Iríamos em nosso carro grande de quatro rodas. Papai calculava uns quatro ou cinco dias de viagem. O carro seria puxado por dois cavalos bons. Para não fazer muito peso levaríamos só o necessário de roupas e comidas. A nossa bagagem — um grande e pesado baú, vários sacos, latas e caixas — já havia seguido há mais de 10 dias numa carreta de bois. À tarde, nossa preta Maria estava preparando galinhas e farofa, assando lingüiça, carne, cozinhando ovos. Da cozinha vinha um cheirinho bom de assados que se espalhava pela casa toda, deixando a gente ainda mais ansiosa pela grande viagem. Antes da noite tudo estava pronto. Na varanda, em cima da mesa comprida, estavam uma porção de saquinhos brancos com toda espécie de comestíveis. Três horas da madrugada. Tomamos o café ainda meio sonolentos. Enquanto o nosso preto Manoel atrelava os animais no carro, papai chamou-nos todos para o quarto, diante do oratório. Ora mos, pedindo a ajuda de Deus para a viagem — Agora vamos com Deus — disse o meu pai [...] Papai tencionava chegar em Santo Antônio da Patrulha ainda àquele dia, a primeira pousada da viagem para Torres. E já era noite adiantada quando subimos a lomba comprida de Santo Antônio. No segundo dia chegamos à tardinha em Conceição do Arroio (hoje Osório). Dissera meu pai que havíamos passado o melhor trecho, que o pior viria agora. Mamãe estava arrependida de ter acedido a este capricho de papai, mas ele dizia: deixem estar, vocês vendo as belezas de Torres não de esquecer todas as trabalheiras que passamos. Deixamos Conceição do Arroio cedinho [...].

Até a noite não encontramos casa que nos pudesse ceder pouso. De quando em quando passávamos por algum casebre tão pobrezinho, tão miserável, que era impossível pedir pousada. Papai teve receio de ir adiante, nesses caminhos ruins e até perigosos, e resolveu passar a noite ali mesmo no campo. À luz das lanternas do carro fizemos uma frugal refeição e depois tratamos de arranjar nossas camas. Estenderam os pelegos e as esteiras que trazíamos para papai e Manoel debaixo do carro. Mamãe e nós crianças arranjamos nossas camas nos bancos e entre eles, no chão do carro. Os panos de lona foram descidos e cobrimo-nos com nossas capas. Os animais foram amarrados com cordas compridas em tocos fincados no chão, perto da água [...].

Dalila Ruschel continua seu relato dizendo que:

E as horas foram-se arrastando. Já nem fome a gente sentia. Tínhamos só um desejo: era chegar de uma vez ao fim desta viagem horrível. Quando de repente no meio desta agonia toda, meu pai gritou:

— Olhem, estamos chegando ao Porto Estácio! Estamos perto de Torres! — Nossa choradeira mudou em gritos de alegria. Erguemos os panos do carro e vímo-nos chegando a uma casa de negócios com um grande galpão ao lado. Um trapichezinho entrava alguns metros para dentro da lagoa de Itapeva [...]. Embarcamos no carro para o último trecho da viagem. Rumamos para a praia e chegamos ao morro de Itapeva. Os cavalos, assustados, não queriam subir. Saímos do carro com a mamãe e fizemos a travessia a pé, enquanto o Manoel puxava os animais e abaixo de gritos e pragas o carro alcançou a outra praia. Embarcamos com os pés sujos de lama e tremendo de frio debaixo de nossas capas. O vento sul soprava forte e assobiava por entre os panos do carro. O mar, que tínhamos imaginado tão lindo, dum azul da cor do céu, com espuma branca como neve, viemos a conhecer num dia chuvoso e ventoso. Até dava-nos medo aquele mar bravio, da cor de chumbo e espuma suja, cinzento[...].

Uma luz clareou por instantes a praia; meu pai exclamou contente: agora não é mais longe, meus filhos, é logo ali adiante. Acenderam a luz do farol de Torres.

Uma gritaria estalou entre nós. Espichamos os pescoços espindo por entre o papai e o Manoel, queríamos ver a luz do farol. E enquanto olhávamos encantados a luz lá do alto,

iluminando o mar, a praia, os cômodos e os matos (a luz do farol antigo rodeava uma vez vermelha e outra branca) esquecíamos até os fortes solavancos. Costeamos a Torre Sul e deixamos a praia para atravessar um campo péssimo, cheio de buracos — Agora só falta costearmos a lagoa — disse papai. Os cavalos puxavam devagarinho na areia molhada. Papai procurava dirigir pelos trilhos das carretas de boi. Manoel corria ao lado do carro ajudando os animais a puxar. As vezes, o carro pendia tão de lado que abríamos um berreiro em conjunto. Era que os cômodos de areia vinham dar até perto da lagoa e quase não davam passagem. Mamãe receiava cairmos com o carro e tudo para dentro da lagoa e começou a rezar uma Ave-Maria atrás doutra. Nós, crianças, chorávamos de medo, papai gritando: — Avante Comp anheiro, Upa, Manchado! Mais para a direita, mais para a esquerda! E o Manoel, todo atarantado, já nem sabendo mais onde ficava o lado direito e o esquerdo, corria ao lado dos animais, berrando e praguejando. E foi assim que, finalmente, chegamos na rua Júlio de Castilhos, a única que então Torres possuía. Uma longa fila de casas baixas iluminadas por lampiões de querosene estava à nossa frente. Todos suspiramos aliviados. Manoel, respingado de lama dos pés á cabeça, com um grande sorriso subiu ao carro. Meu pai, todo feliz, sibilou com o chicote comprido no ar. Nosso carro entrou “todo gran-fino” na vila de São Domingos das Torres. Quase no fim da rua o carro estancou. Papai, com mãos trêmulas segurando as rédeas, o suor e a água da chuva escorrendo-lhe do rosto, virou-se para nós. Com um suspiro de alívio falou, sorrindo para disfarçar sua comoção: Uf! Chegamos. Foi um bocado mau, mas graças a Deus, chegamos são e salvos.

Atônitos, olhamos para uma casinha baixa de porta e janela. Um lampiãozinho de querosene iluminava, em luz tremedeira, a casa e a calçada de pedras escuras e irregulares. Um de nós exclamou desiludido: Isto é Torres!? Papai deu uma risada feliz — amanhã, com um dia de sol, vocês vão ver o que é Torres.

Saltamos do carro, caindo com os pés no barro de um palmo de altura. Nada mais nos assustava. Finalmente deixamos o carro enjoado. Chegávamos em Torres, naquele recanto maravilhoso da terra gaúcha, que meu pai, em toda sua vida, tanto amou... Naquela noite não sonhara ele, não, que poucas dezenas de anos depois, Torres, então cidade, teria uma rua com o seu nome.<sup>138</sup>

A ida de José Antonio Picoral com sua família a Torres, nesta *aventuresca* viagem, atesta a inserção das novas elites porto-alegrenses e rio-grandenses, no cenário de modernidade à brasileira, que mostrava as viagens como distinção. Nas palavras de Stelio Marras, “tudo interesse vivo de um tempo que pretendia fruir a distinção entre lazer e trabalho. Tempo de se deleitar com a mobilidade espacial e os encantos exóticos. Era quando e onde as pessoas experimentavam gozar a oportunidade de agitar recônditos do *eu* privado, além de ritualizar e expandir a experiência de sociabilidade urbana e civilizada — tão inédita quanto paulatinamente difundida e amplamente demandada”.<sup>139</sup>

Ainda, segundo Marras, “tratava-se, ademais, da transposição e ampliação do hábito aristocrático no espírito mundano, mas também higiênico e terapêutico, do burguês citadino, cognominado ora turista, ora curista, não raro ambos. E era esta aura aristocrática que lhe

<sup>138</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben; RUSCHEL, Dalila. **São Domingos das Torres**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984, p. 85-90. Este texto pela sua importância será transcrito na íntegra no anexo 07.

<sup>139</sup> MARRAS, Stelio. **A propósito das águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 126.

emprestava o devido *glamour* e mesmo insuflava alguma noção de dignidade e medida de proveito à atmosfera ociosa do tempo passado em *exceção* – contraponto do trabalho, do *tempo útil e da rotina*”.<sup>140</sup>

Essa conjuntura favorável ao florescimento das hidrópoles turísticas e curistas, sobretudo da segunda metade do século XIX em diante, parece responder diretamente, e de maneira articulada, à voga das viagens e sua experiência dos deslocamentos espaciais e simbólicos; à construção da noção individual de pessoa a par do assenhoreamento laico do corpo próprio e médico do corpo *nosografado*; como ao higienismo então conduzido à rédea pela autoridade médica e correspondente cientificismo a garantir a saúde tanto desse corpo secular como de uma mente arriada, tal a dita “neurastênica”, à necessidade de ritualizar em um espaço/tempo predeterminado e controlado essa nova sociabilidade elegante e civilizada – todos protocolos mediadores que instituíam as chamadas *relações modernas*.

As viagens a estações balneárias, estimuladas pelas viagens modernas do século XIX, se dariam mediante a uma nova experiência que florescia, uma inédita sensibilidade ao contato com a natureza. À emergência das classes sociais burguesas, mas sobretudo sua mentalidade, correspondia à invenção do *eu* privado. Neste sentido, Alain Corbin mostra interessante quadro histórico que relaciona as modalidades das viagens inauguradas na Europa, alteridade e conquista do espaço, à sensibilidade privada e introdução de uma “nova propedêutica do olhar”:

Durante a primeira metade do século opera-se uma revolução nas maneiras de viajar. Elabora-se uma nova experiência, destinada a ocupar amplos espaços nos devaneios da vida privada. O modelo clássico do itinerário calmo e sereno, pontilhado de escalas citadinas, que estimulava o turista a entreter-se com obras de arte e visitas a monumentos, lentamente cede lugar a uma prática datada de fins do século XVIII e cujos modelos foram definidos pelas excursões alpinas de Saussure, as caminhadas de Ramond de Carbonnières pelos Pirineus ou as de Cambry no Finistère. Fazer fremir o eu, enriquecer-se com uma experiência nova do espaço e dos outros, vivida fora do quadro habitual, constituem então as metas essenciais. O viajante gosta de confrontar-se com a cena grandiosa, as paisagens caóticas. Dominando a falésia, sentando bem perto dos abismos, ele aninha-se nos flancos da montanha, a meio caminho entre os cumes solares e a segurança do vale. Suas leituras convidam-no a defrontar-se com os bons selvagens que habitam estes refúgios. A imagem do *highlander* de *Waverley*, do índio de *Laprairie* [A pradaria] ou das margens do Messachebé suscita uma etnologia rude e povoada de fantasmas. Os sábios da Academia Celta e pouco depois os arqueólogos das associações científicas apontam ao viajante os traços de um passado incrustado na terra e sugerem misteriosas correspondências entre o mineral, o vegetal e o humano. Os turistas que superlotam as estâncias hídras empreendem a escalada em grupos dos primeiros cumes das montanhas vizinhas. Desde 1816, Maine de Biran arrisca-se pelos Pirineus, com seu Ramond nas mãos. Os guias turísticos publicados sob a Monarquia de Julho indicam os “pontos de vista”, mais tarde os “panoramas”; levam, assim como a imprensa pitoresca, a uma nova propedêutica do olhar, logo reforçada pela descoberta do instantâneo fotográfico. Então renovam-se os itinerários: após os Alpes e o Auvergne, a

<sup>140</sup> MARRAS, op. cit., 2004, p. 128.



Normandia e, mais tardiamente, a Bretanha começam a ser atraente, a despeito da precariedade da rede hoteleira.<sup>141</sup>

Para Stelio Marras, “viagens de duplo sentido. Por um lado, contrapeso da alegada deterioração da vida social em atmosfera urbana, a viagem compreende a fuga para umas aldeias de paisagem exuberante, preferivelmente a alturas alpinas, abundantes de águas apaziguadoras do espírito e cientificamente benéficas ao corpo orgânico e suas funções monitoradas, viagens enfim de alargado fundo terapêutico. Por outro, eram essas mesmas viagens que, precisamente ao contrário do primeiro sentido, reforçavam a malha da mesma acusada vida urbana, isto na exata medida em que davam curso a seus ritos de reconhecimento e fixação de identidade, tudo a se plasmar em espaço circunscrito e ritmo intenso, que é o ritmo próprio das estações veranistas, ritos de uma nascente linguagem civilizada, em cuja prática se instituía o padrão da sociabilidade elegante entre aqueles que se reconheciam como pares, entrosavam alianças, não raro casamenteiras, não raro entre fortunas – era o urbano ensaiado em ambiente bucólico e de retiro”.<sup>142</sup>

A viagem dos Picoral, guardadas as proporções inseria-se neste contexto dos novos tempos e da descoberta do mar. No veraneio de 1914-1915, apesar da experiência nova da viagem do veraneio passado, mas *lembrado do sacrifício da longa viagem*, Picoral decidiu levar a família a Tramandaí. Mas arrependeu-se pelas deficiências que aí observou e pelo calor intenso que sofreu. Como fosse homem de ação imediata, resolveu levar adiante um *velho sonho*, o de transformar Torres num local turístico.<sup>143</sup>

Porém, antes do fim da temporada em Tramandaí, em 28 de fevereiro de 1915, telegrafou ao Intendente da Vila de Torres, Coronel João Pacheco de Freitas, dizendo-se “convencido dá necessidade desenvolvermos estação balnear dos altos daí. Pois a temperatura aqui é muito mais elevada, além de faltarem outros auxílios naturais”, o qual o Intendente Pacheco respondeu: “Feliz regresso. Estando de pleno acordo convosco acerca do assunto de que trata vosso telegrama de Tramandaí, fico aqui inteiramente às vossas ordens e rogo-vos recomendar à comadre e família. Abraços do amigo certo”.<sup>144</sup> Foi dessa maneira que anunciou o que seria,

<sup>141</sup> CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

<sup>142</sup> MARRAS, op. cit., 2004, p. 129.

<sup>143</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres tem História**: Porto Alegre: EST, 2004, p.525-526.

<sup>144</sup> AHRS - Autoridades municipais - Intendentes - Correspondência do Coronel João Pacheco de Freitas, 1915.

segundo Ruschel “o maior empreendimento turístico da costa gaúcha da primeira metade deste século”,<sup>145</sup> esquecendo esse, de propósito ou não, do Balneário Cassino em Rio Grande.<sup>146</sup>

Ainda, segundo Ruschel, “iniciativas imediatas foram tomadas durante o outono e o inverno: um sistema de diligências foi contratado a partir de Tramandaí; aquisições de camas e mais materiais foram feitas; prédio de madeira foi construído em terreno aforado da municipalidade, na esquina das ruas Carlos Flores e XV de Novembro; uma casa de moradia para família foi comprada ao lado desse imóvel<sup>147</sup>

Em dezembro de 1915 deu-se a abertura do primeiro veraneio do Balneário Picoral. Archymedes Fortini, transcrevendo no Correio do Povo, em 1962, o depoimento de José Inácio Picoral, filho de José Antonio Picoral, nos dá a dimensão do acontecimento:

Numa tarde radiante de sol, de dezembro de 1915, uma carruagem de 4 rodas, conhecida por “jardineira”, vinha percorrendo a praia. A parelha de animais atrelada ao veículo demonstrava sinais de cansaço. Felizmente, o fim da jornada - São Domingos das Torres - estava próximo. Já se avistavam as “torres” que tornaram célebre o lugar. Os passageiros, 3 adultos e 4 crianças, pareciam algo extenuados, pois estavam em viagem há 4 dias. Depois de passada pela Torre do Meio, a carruagem, seguindo um rastro de carreta de bois e deixando altos cômodos de areia à sua direita, embocou numa rua da vila - Júlio de Castilhos - única entrada para quem vinha do sul. Logo no início da rua avistava-se um grupo de pessoas, homens, mulheres e crianças, todos em fatos domingueiros. Do repente os foguetes começaram a detonar. Cessado o estrondo da foguetada, a banda de música, sob a batuta do maestro Antônio Ramos, executou uma retumbante marcha, de sua autoria.

Era uma homenagem aos recém-chegados, José Antônio Picoral e sua família, que ainda foram saudados, em nome da população da vila, pelo Sr. Teodoro de Freitas, irmão do Prefeito. Torres em peso estava representada, a começar pelo Intendente Cel. João Pacheco de Freitas. Viam-se, ainda, os Freitas, os Raupp, Balbino, Krás Borges, Clezar, Torres, Cardoso, Emerim, Sousa, Farias, Quadros, Ramos, Magnus e muitos outros filhos do lugar. O recém-chegado e seus familiares foram então acompanhados pelo povo e pela banda até a sua residência, uma das poucas casas de material existente na parte alta da vila - rua Carlos Flores. Uma vez lá chegado, o homenageado, com a voz embargada pela emoção, expressou, em singelas palavras, a gratidão de que estava possuído, pela festiva recepção que lhe fora preparada. Disse que não voltava só para matar as saudades, mas que pretendia levar avante o seu plano: fazer de Torres a mais afamada, a mais procurada praia balneária do Estado.

Era um filho do lugar - mais precisamente da Colônia São Pedro de Alcântara - quem falava e expunha suas idéias. Expunha-as com toda a franqueza, o que, aliás, era sua característica predominante. O hotelzinho que até ali só alojara poucas famílias de Cima da Serra, que vinham tomar os seus 9 banhos de mar “grosso”, já fora aumentado e passara por vários melhoramentos. Disponha agora de mais 50 camas-de-vento, de luz a gás de carbureto no salão das refeições, de um bom mestre-cuca especialmente contratado na Capital. Agora estava sendo organizado um serviço de transportes de

<sup>145</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres – Origens**. 3ªed. Torres: Ed. Gazeta, 2003. p. 87.

<sup>146</sup> A esse respeito ver: ENKE, Rebecca. **Balneário Cassino: a invenção de um novo lazer**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS em abril de 2005. Orientadora Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, digitalizada.

<sup>147</sup> RUSCHEL, op. cit., 2004, p. 525-526.

diligência desde Tramandaí. O carro, com lotação para 12 pessoas, já tinha sido fornecido pelo Sr. Rotfucks - o mais afamado fabricante de carruagens. A cavallada, já apartada, estava tinindo de boa. O Pedro Honório, “tramandaizeiro”, vaqueano em boléia, iria dirigir o serviço. Os fazendeiros, proprietários de campos desde Tramandaí até a Estiva (última muda de animais) já tinham dado consentimento para que a diligência, a fim de encurtar o caminho e evitar certos trechos muito arenosos, cruzasse por suas propriedades. Enfim, tudo tinha sido planejado com cuidado e, dentro de poucos dias, começariam a chegar os primeiros porto-alegrenses, ávidos em conhecer a nova praia.<sup>148</sup>[grifos nossos].

O empreendimento balnear de Torres teve início na temporada de dezembro de 1915 a fevereiro de 1916. A partir daí, a iniciativa de José Antônio Picoral cresceu de verão para verão, transformando a modesta Vila num conhecido centro turístico *elitista e aristocrático* do Estado em menos de duas décadas.

A sede do empreendimento inicialmente era o Hotel Voges, passando depois a se chamar Hotel Picoral<sup>149</sup>; era um pavilhão de madeira com área superior a 1500 m<sup>2</sup>, entre as ruas Carlos Flores (hoje José Picoral), XV de Novembro e Júlio de Castilhos. A fachada na rua Carlos Flores, onde o prédio era térreo, tinha espaçoso avarandado, com bancos fixos e mesas removíveis para lazer dos hóspedes; até ganchos para armar redes ali foram postos.

<sup>148</sup> FORTINI, Archymedes. **Correio do Povo**, 17 de fevereiro de 1962.

<sup>149</sup> Inicialmente era em sociedade e se chamava Hotel Voges. É o que deduzimos de acordo com duas notas do Jornal Correio do Povo; a primeira de 1º de janeiro de 1918, que informa o seguinte: “**HOTEL VOGES PRAIA DE TORRES**. Este estabelecimento, tendo passado por grandes reformas, acha-se em condições de bem servir à sua distinta clientela. Excelente cozinha, padaria própria, adega bem provida e grande numero de chalets mobiliados e bem localizados. Tudo a preços razoáveis. O transporte àquela praia é rápido, pois o sr. Pedro Martins dispõe de um serviço de diligências e autos, que fazem o trajecto em um dia, de sol a sol. De Conceição do Arroio, às terças-feiras, parte para Torres a gazolina “Conceição”, assim também outros meios de transporte de Tramandahy àquella praia. Para informações dirigir-se a Jose A. Picoral, rua Hoffmann nº 1, ou em Torres no Hotel Voges.”; a segunda de 11 de novembro de 1918, que traz o seguinte informe: “**HOTEL PICORAL**. Na praia balnear de Torres. Reconhecida como a mais pitoresca do Estado. Participo aos srs. Banhistas que tendo o conhecido HOTEL VOGES naquella praia passado para minha exclusiva propriedade, reabrirei este estabelecimento na próxima temporada, em 20 de dezembro, sob o título de HOTEL PICORAL, dispondo o mesmo de pessoal apto sob a competente direcção do hábil e conhecido profissional sr. Augusto Streppel. O referido estabelecimento que dispõe de excelente cosinha, sofreu importantes reformas e aumentos e acha-se em condições de oferecer o maior conforto aos srs. veranistas e suas exmas famílias. Informações com o proprietário a rua Hoffmann nº 1 – Porto Alegre. Telephone 1334. José A. Picoral”.



Figura 21 - Sede do Balneário Picoral. 1920-1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Na ala norte do prédio, com janelas sobre as três ruas, ficava o refeitório para café da manhã, almoço, café da tarde e janta; durante as refeições principais, uma orquestra tocava música. Na ala oposta situava-se o salão de festas, com bailes à noite. No meio e fundos, funcionavam duas cozinhas.

A maior com grandes fogões de chapa, lidada por homens sob a orientação de um mestre-cuca trazido da Capital, preparava almoços e jantas. A menor, atendida por mulheres inclusive uma famosa doceira de São Leopoldo, para cafés, sobremesas e confeitaria. Na entrada principal o corpo médio do pavilhão reservava-se à circulação dos hóspedes e bar. Por baixo do prédio, nos fundos (nível da rua Júlio) havia um porão de alvenaria com depósitos, frigoríficos, máquina de sorvetes, bem como barbearia com saída independente. Em lote vizinho ao hotel funcionavam o almoxarifado e a lavanderia, com máquinas de lavar, secar e passar. Também havia uma marcenaria para consertos de móveis e uma torrefação de café (esta com entrada na Júlio de Castilhos).

Grande reservatório garantia água encanada para o hotel e prédios vizinhos e fornecimentos em latas para os hóspedes. Quanto aos quartos o hotel só operava com o sistema hoje de “cabanas”. Eram *chalets* espalhados por volta da Vila. Os principais ficavam no Quadrado (hoje praça Pinheiro Machado): conjunto de 14 *chalets* menores e oito maiores, os

últimos para as famílias numerosas. Outros grandes se agrupavam na esquina das ruas Joaquim Porto e Marechal Deodoro. No fim da rua Júlio de Castilhos havia os que, menos confortáveis, foram apelidados Colônia Africana. Outros avulsos, às vezes até casas arrendadas pelo hotel, espalhavam-se pela área circunvizinha. O hotel chegava a hospedar simultaneamente 500 pessoas.



Figura 22 - Vista aérea do *Quadrado*. Eram os *Chalets* usados como dormitórios, entre outros pelo Hotel Picoral. 1920-1930. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

O Balneário Picoral, como se identificava e ficou conhecido, era o nome do empreendimento integrado. Para proveito seu e vendas a outros, explorava serraria e carpintaria (para construir e consertar *chalets*), marcenaria, fábrica de colchões, chácara de verduras, matadouro, chiqueiro, pastagens, etc. Teve, inclusive, usina de luz própria, que por vários anos abasteceu a Vila toda, como mostram os livros caixa da Intendência da Vila de Torres, de 1933 a 1937 (ver anexos 01, 02 e 03), mostrando uma aproximação muito grande entre o empreendimento e o poder público local.

Para melhor divulgação da estrutura e serviços do Balneário Picoral, a propaganda principalmente em jornais da capital era intensa. Entre muitos anúncios, recortamos uma reportagem em especial, que resultou de uma excursão proporcionada pela agência de viagens Exprinter, para inaugurar a temporada balneária em dezembro de 1933. A seguir a passagem que nos interessa:

Pouco depois do almoço, a caravana iniciou a viagem para Torres, que foi também feita em ótimas condições, pois desde Cidreira a beira-mar apresentava-se tão firme e plana como uma faixa de cimento. Chegados em Torres, foram os visitantes recebidos pelo Sr. José A. Picoral que, com o habitual cavalheirismo, os alojou em seu *suntuoso* balneário, incontestavelmente o mais bem aparelhado de todas as praias. Mais um banho de mar e, logo depois, era servido um fino jantar aos caravaneiros. O salão do balneário apresentava-se ornamentado, tendo nos espelhos inscrições de saudação à imprensa de Porto Alegre, à Exprinter e às Empresas Reunidas de Transportes Balneários. ‘Au dessert’, o Sr. Picoral Filho saudou a imprensa, bem como os organizadores da excursão, tendo-se prolongado até tarde a reunião no salão do hotel e avarandado amplo e confortável do estabelecimento.<sup>150</sup>

Além disso, e bem anterior, ao escrito acima, ainda na década de 1920, as propagandas diretas, também era instrumento de divulgação.

---

<sup>150</sup> Cidreira, Tramandahi e Torres. **Correio do Povo**, 31 de dezembro de 1931. O original se encontra nos anexos 4 e 5.





Figura 23 – Correio do Povo. 11 de novembro de 1918. Acervo particular do autor.

A numerosa mão de obra que trabalhava no hotel e no *complexo* Picoral era recrutada em Torres, fora os poucos especialistas trazidos a cada veraneio. Isso representou para a comunidade torrense multiplicação de empregos diretos e indiretos. A vila inteira passou a ter vínculos de dependência econômica com o Hotel, que era também sinônimo de *progresso*. A intensa propaganda promovida pelo balneário no Estado e no país, mediante folhetos, postais, artigos, rádio, visitas de jornalistas etc., bem como a fama dos excelentes veraneios, provocaram o afluxo crescente de novas famílias e a construção de grande número de *chalets* e casas de veraneio. Em poucos anos, muito se desenvolveu a parte alta da vila, que tornou-se em breve, Cidade.

Este empreendimento despertou a Vila de Torres como destino de veraneio principalmente para porto-alegrenses abastados, em tempo e dinheiro. Com o Hotel Picoral, e conseqüentemente com uma melhor infra-estrutura para receber os veranistas, a sede da Vila de Torres foi crescendo de verão a verão, e cada vez mais atraindo as pessoas. Essa infra-estrutura do Hotel, concomitante ao desenvolvimento dos transportes para a região adequava a Vila de Torres aos ditames da modernidade e do processo *civilizador*, no qual o Brasil estava inserido.

Como já foi dito em capítulo anterior, a parte alta da Vila, de frente para o mar, até então desabitada, vai ter um rápido processo de urbanização. A partir dos primeiros veraneios no Balneário Picoral, ou em outros hotéis que começaram a surgir, muitas famílias vão requerer junto à municipalidade lotes para construção de casas de veraneio. Isto significava grande número de pessoas na Vila no verão, o que dava à esquina entre as ruas Carlos Flores (hoje José A. Picoral) e a rua XV de Novembro uma movimentação intensa de veranistas.

Todas as novidades do Balneário Picoral, para os torrenses, como o refeitório onde músicos tocavam ao almoço e ao jantar, o salão com seus bailes, saraus, etc., onde uma orquestra ou banda se apresentavam nas noites, os primeiros sorvetes de Torres, tudo atraía curiosos a se ajuntar nas janelas e no avarandado. Nesse largo e esquina, a movimentação de gente constituía a regra durante todo o veraneio. Aí costumavam se agrupar os vendedores ambulantes improvisados. Todos os dias apareciam, com carros de bois, ou mulas, ou a pé, trazendo as mais variadas mercadorias. Pescadores com suas fiadas de peixes ou cestos de siris; por vezes, alguma tartaruga gigante do mar. Gente oferecendo parasitas dos matos (lélias), flores de diversos tipos, animais nativos (macacos, bugios, sagüis, quatis, papagaios, pássaros engaiolados...). Às vezes, moendas aí se instalavam para fornecer garapa de cana. Apareciam os que tinham lenha, os que carregavam latas de água (não havia água encanada senão no próprio Picoral posteriormente), cachaça, pamonha, birorós, beijus, bananas em pencas, potes de geléia (sobretudo schmier de banana), esteiras, balaios, chapéus de palha, bengalas com empunhadadeiras artisticamente talhadas a canivete, rendas de bilro e ainda outros objetos artesanais.<sup>151</sup>

Nesse ambiente os veranistas, os de fora, pareciam outra *fauna*, usando o termo de Érico Veríssimo<sup>152</sup>, de costumes exóticos, meio suspeitos. Algum distanciamento se impôs, até físico (os veranistas ocupavam os *chalets* da parte alta; os moradores, as velhas casas de baixo). Os que chegavam só queriam descansar, tomar banhos de mar, fazer passeios: não trabalhavam. Já os torrenses continuavam ocupados, até mais intensamente do que no inverno. Moradores forneciam mão de obra: serviçais domésticas, babás para cuidar de crianças, guiadores de cavalos para montar, carreteiros para piqueniques, carregadores, garçons, camareiras. “Mendigos e meninos pedintes vinham do interior e de Santa Catarina para “importunar” os “veranistas”. Essas circunstâncias conspiravam para que os de fora “olhassem de cima” os locais. Por outro lado, o

---

<sup>151</sup> RUSCHEL, op. cit., 2004, p. 409-410.

<sup>152</sup> VERÍSSIMO, op. cit., 1969, p. 6.



próprio analfabetismo da população da vila (maioria esmagadora) e seu dialeto típico (muito cantado, com palavras estranhas) favoreciam pilhérias de parte dos forasteiros”.<sup>153</sup>

Mas de forma geral, nem todos participavam desse distanciamento social. Porém, esta não era a regra. Pelo contrário, a distância social costumava até ser estimulada. Nota-se, em certo momento, já na década de 1950, quando também os torrensenses começavam cada vez mais a apreciar os banhos de mar, que houve quem propusesse um meio de isolar um pedaço selecionado de praia para o uso exclusivo dos veranistas, já com a criação da SAPT. Em outro momento posterior, a praia da Guarita serviu na prática a esse propósito: ali se refugiava a *gente fina*, *gente chic* de fora, em especial à tarde quando os veranistas não iam à praia grande.

Para os torrensenses, usando a observação de Stelio Marras, verificamos que “o espetáculo *estrangeiro* não serviria apenas a algum prazer estranho, casual e incomunicável, mas fornecia elementos para estruturação interna da vila. Vice-versa, porém, o mesmo não acontecia. Para os veranistas, a simbólica rústica parece que surtia sentidos não mais que marginais. Assim, os moradores eram percebidos como exóticos ou burlescos, [...], ou, na imagem simetricamente inversa, como ainda ingenuamente romantizados, a evocar uma idade social pura e inocente, como se fosse uma gente ainda livre dos vícios da *civilização*, espécie de *bom atrasado*, quase se confundindo com a natureza, gente quase virgem. Enfim, uma gente que, na retina dos de fora, só aparecia acidentalmente, um desvio de vista do banhista e sua consciência autocentrada de estação. Desde o ponto de vista dos veranistas, a distância entre eles e os da terra correspondia à separação de campos semânticos bem distintos um do outro, diferentes temporalidades portanto, e que apenas por força de ocasião ou contingência estariam um e outro partilhando, mas não compartilhando, um mesmo espaço por um breve período. De fato, não seriam mais que circunstanciais e efêmeros os contatos entre os pólos, o elegante e o rústico, cujo gradiente que aqui se traça de um a outro – linha evolutiva que os une e os separa, na escala de uma hierarquia – o elitismo dominante o compreendia (como ainda hoje), segundo os critérios que definem maior ou menor *civilização*, maior ou menor *cultura*.<sup>154</sup>

Para ambos, veranistas e torrensenses, o espetáculo de diferentes formas de sociabilidade, exóticas para uns e para outros, estava a se apresentar. O cenário estava dado e abriam-se as cortinas.

---

<sup>153</sup> RUSCHEL, op. cit., 2004, p. 406-407.

<sup>154</sup> MARRAS, op. cit. p. 2004, 166-167.

### 4.3. Transformação do Hotel Picoral em Sociedade dos Amigos da Praia de Torres - SAPT

O *salão nobre* do Hotel Picoral, como era chamado pelos *nobres*, era ponto de reunião da elite porto-alegrense, mesmo os que em Torres possuíam casas de veraneio. E este salão foi palco de uma reunião que traçaria o fim do próprio Balneário Picoral. Foi a reunião que criou a Sociedade dos Amigos da Praia de Torres – SAPT.

Ata da Sessão Constituinte da Sociedade dos Amigos da Praia de Torres. - Convocados pelo Dr. Ennio Marsiaj, iniciador do movimento em prol de Torres, reuniram-se no salão do Hotel Picoral, na vila de Torres, as 21:30 horas do dia 5 de fevereiro de 1936, Os seguintes veranistas: Srs. Dr. Ennio Marsiaj, Fabio Netto, Antonio Provenzano, João Ibañez, Manoel Ferreira Moreira, Leopoldo Geyer, Desembargador Antonio Vieira Pires, Oscar Panitz, Dr. Ricardo Enck, Alexandre Ahrons, Frederico Secco Filho, Arthur Gertum, Atilio Marsiaj, João Paz Moreira, Salvador Difini, J. Kiuwe Jr., Marcellino Ennes Bandeira, Teobaldo Foemges, Dr. Bruno Marsiaj e Victor Sperb. Especialmente convidado, também compareceu o digno Prefeito do Município de Torres, Sr. Moysés Camilo de Farias.

Fazendo uso da palavra, o Dr. Ennio Marsiaj expôs aos presentes o motivo da reunião, expressando o ardente desejo manifestado pela maioria dos veranistas desta praia no sentido de ser fundada pelos mesmos uma sociedade que encampe e ampare, por todos os meios legais ao seu alcance, as nobres iniciativas que visem o bem estar, o conforto e a segurança da população, promovendo, enfim, toda sorte de melhoramentos materiais que sejam possíveis, mediante recursos obteníveis sem grandes ônus para os contribuintes.

Tendo a assembléia dado integral apoio as idéias expostas pelo orador, e deliberado a fundação de uma sociedade, este propôs se desse à nova entidade o nome de Sociedade dos Amigos da Praia de Torres, o que foi aprovado.

Após, o mesmo orador convidou o Sr. Desembargador Antonio Vieira Pires para presidir aos trabalhos e o Sr. Victor Sperb para servir de secretário “ad-hoc”, tendo ambos aceitado.

Este ultimo, então, propôs fosse aclamado Presidente honorário o digno Prefeito do Município de Torres, Sr. Moysés Camilo de Farias, o que foi aprovado.

A seguir, fizeram uso da palavra diversos dentre os presentes, estabelecendo-se animado debate, todos expondo os seus pontos de vista sobre diferentes assuntos de palpitante interesse; assim, tratou-se das mensalidades a serem cobradas dos sócios, bem como sobre qual a forma de imposto municipal, que se deva criar, para consecução dos fundos necessários ao custeamento de quaisquer obras, imposto este devido tão somente pelos veranistas, tanto os hospedados nos hotéis ou pensões como os habitando residências particulares.

O Sr. Desembargador Antonio Vieira Pires produziu diversas considerações de ordem jurídica sobre taxas e impostos, ressaltando a delicadeza do assunto em face da Nova Constituição, havendo se oferecido para estudá-lo devidamente, a fim de dar o seu parecer na primeira reunião seguinte.

Foi também nomeada a Comissão de Redação dos Estatutos. Compõem-na os Desembargadores Antonio Vieira Pires e Francisco Rodolpho Simch, Dr. Ennio Marsiaj e Leopoldo Geyer.

Outrossim, ficou deliberado que todos os presentes a esta sessão façam intensa propaganda da nova sociedade, procurando os Srs. Veranistas em suas residências e conseguindo o maior numero possível de adesões.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão, as 22:22 horas, após haver agradecido o comparecimento dos presentes, tendo previamente marcado o dia 7 de fevereiro próximo para nova reunião no mesmo local, 8:30 horas da manhã. E do que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelo Sr. Presidente e pelo Secretário “ad-hoc”.

Torres, 5 de fevereiro de 1936.<sup>155</sup>

O Balneário Picoral marcou a entrada da Vila de Torres na cena *moderna* de destino dos porto-alegrenses que rumavam às *águas* do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Suas dependências foram palco da *invenção* de Torres; o Balneário Picoral, com justeza foi um dos *ingredientes indispensáveis* para o despertar da pequena vila de pescadores e agricultores.

Mesmo levando a *modernidade* e toda uma gama de itens, inovações, etc., ditas modernas para a Vila de Torres, o Balneário Picoral também foi testemunha da gente distinta que ia passar a *estação calmosa* naquele destino. Pessoas distintas e importantes como conhecidos *chefes* políticos (presidentes, vice-presidentes, entre outros), desembargadores, médicos, professores ilustres, grandes empresários, que ao levar a *civilidade* para lá, estavam sempre a sua procura, ou seja, buscavam cada vez mais fazer de Torres um lugar de distinção, de destaque e de luxo, e esses mesmos exigiam da Vila e sua infra-estrutura o novo, o que ela não tinha, pois julgavam necessário “quebrar os grilhões do imobilismo e da ignorância e abrir os caminhos para o progresso e o futuro de Torres”.<sup>156</sup>

Usando as palavras de Pierre Bourdieu, verificamos que essa elite porto-alegrense portava um senso de posicionamento ou um *senso de distinção* para os afastar do comum:

O senso do posicionamento que leva a abandonar objetos, lugares e práticas fora de moda ou, mais simplesmente, desvalorizados, para se voltar em direção a objetos sempre novos, por esta espécie de fuga para frente, na dianteira, na vanguarda que define o esnobismo e que se aplica a todos os terrenos - ao esporte e à culinária, aos locais de férias e aos restaurantes -, orienta-se a partir de uma infinidade de indícios e diferentes indicações, desde as advertências propositais [...] até as evocações apenas conscientes que, a exemplo da experiência da divulgação ou do atravancamento, pendem insidiosamente para o horror ou aversão dos objetos ou práticas que se tornaram comuns [...]. A busca da distinção não tem, portanto, necessidade de aparecer, nem de afirmar-se como tal, e todas as intolerâncias - ao ruído, aos contatos, etc. - inculcadas por uma educação burguesa são suficientes, quase sempre, para determinar as mudanças de terreno ou de objeto que, tanto no trabalho como no lazer, orientam para os objetos, lugares e práticas mais raros em determinado momento. Aqueles que são considerados distintos têm o privilégio de não serem obrigados a inquietar-se com sua distinção: para

<sup>155</sup> CHAIEB, José; DINIZ, Pery Pinto; MIRANDA, Jorge Babot. **Memórias da SAPT: 1936-1996**. Porto Alegre: SAPT, 1996. A fala se refere ao relatório do período em que Dr. Antonio Vieira Pires exerceu a primeira presidência da Sociedade entre 1936 e 1941 e encontra-se anexo ao Livro de Atas de fundação da sociedade a disposição no Museu Três Torres-SAPT.

<sup>156</sup> CHAIEB, op. cit. p. 11.

isso, eles podem depositar sua confiança nos mecanismos objetivos que lhes garantem as propriedades distintivas, assim como no seu “senso da distinção” que os afasta de tudo o que é “comum”.<sup>157</sup>

Mais uma vez não bastava ser distinto, era preciso fazer a distinção, já que os veranistas por suas lideranças julgavam Torres ainda atrasada. Para Renato Costa, em depoimento sobre os primeiros tempos de veraneio em Torres, apesar do difícil acesso a vila histórica, o *vilarejo-balneário* “enchia-se literalmente de turistas, *socados* em chalés estreitos, sem nenhum conforto, sem água corrente, sem esgotos, sem calçamento e vivendo todos como num acampamento de beduínos”. O lugar de destino fazia a distinção como uma pitoresca viagem de aventura.

Falando deste período Costa relembra o Hotel Picoral com um olhar dos anos 1950, destacando os problemas de infra-estrutura, para o conforto dos veranistas:

Lembramo-nos, ainda, daquele famoso quarteirão [referindo-se aos chalets do Balneário Picoral que formavam o chamado “quadrado”] de toscos chalés de madeira voltados para o mar, tendo, ao centro, um enorme e fétido edifício, que era a “cloaca máxima” dos veranistas. O espetáculo era sórdido e nauseabundo; o mosquedo, abundante e agressivo. Nas horas de calor intenso, poucos os que, mesmo de nariz tapado, podiam resistir às exalações pútridas daquele casarão.

Em matéria de alimentação, tudo era primitivo e precário, apesar dos esforços e da boa vontade sobre-humana do velho Picoral que não teve nunca o apoio material dos governos e não dispunha, por ex., de energia elétrica fácil, como hoje.

Deus sabe que mundo de deficiências era um veraneio naquele tempo e que de dificuldades tinham de enfrentar os hoteleiros. Como em Torres, nas demais praias, inclusive Tramandaí - sempre tão procurada, pela sua proximidade da Capital - o desconforto era igual, senão pior.

E há, ainda hoje, quem sinta saudades daquele primitivismo bárbaro, como se lhes fizesse falta a sujice daqueles tempos!

Há dez anos, ou pouco mais, não havia estradas e, após o veraneio, poucos eram os autos que sobravam daquele calvário turístico.<sup>158</sup>

Depois da *admirável iniciativa da Sociedade dos Amigos da Praia de Torres*, Renato Costa comenta:

Hoje, a situação transmutou-se, completamente. Não só a viagem se faz através de excelentes rodovias, como já se verifica uma tendência generalizada - para dar-se ao veranista conforto material mais digno e mais eficiente.

A visita que fizemos, sábado e domingo últimos, a Torres constituiu uma surpresa imensa, que nos encheu de orgulho. Não podíamos imaginar que, em tão poucos anos (três a quatro anos apenas), se pudesse remodelar completamente um lugarejo, como era Torres, toda ela pavimentada (em vésperas de serem asfaltadas as suas ruas), iluminada

<sup>157</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção – Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 233.

<sup>158</sup> COSTA, Renato. A admirável iniciativa da “Sociedade dos Amigos da Praia de Torres”. Porto Alegre: *Correio do Povo*, 04 de fevereiro de 1951. Essa narrativa encontra-se também no livro “Memórias da SAPT: 1936-1996”, já indicado.

amplamente, com um serviço de água corrente límpida e fresca! E, o que é mais, com numerosas e magníficas residências particulares de um apurado gosto arquitetônico.

Mas, a quem se deve tamanha e tão impressionante remodelação que faz evocar um recanto pitoresco e aristocrático de Punta Del Leste, no Uruguai, onde o governo faz tudo e a “iniciativa privada” apenas se compraz em enriquecê-la de belas e faustosas vivendas? Foi preciso que um grupo de homens, clarividentes, empreendedores, corajosos e cheios de um invejável espírito público, como os da Sociedade dos Amigos de Torres, se pusesse a campo e metesse ombros resolutos à tarefa de dotar o Rio Grande de uma das mais belas e pitorescas praias do seu litoral!

O edifício alteroso e imponente - que é o solar dos amigos de Torres - não é, como se supõe, estupidamente, uma casa de ricos, inacessível aos que queiram colaborar na obra de engrandecimento material e social daquele recanto privilegiado do Rio Grande. Se nele empregaram os seus capitais e adquiriram apartamentos para si e suas famílias, com o seu próprio dinheiro, muitos dos nossos patrícios não desprezaram a parte social e recreativa, construindo um excelente cinema, uma artística boate, (como não vimos igual em todas as praias do Uruguai), um restaurante popular e, futuramente, um hotel para 200 a 300 hóspedes.

Reunindo um número considerável de associados de todos os matizes, notadamente da sociedade porto-alegrense, a SAPT, ou a sociedade dos Amigos da Praia de Torres, é um recanto de alta moralidade e um centro de cultura e de reunião familiar.<sup>159</sup>

Efetivamente a SAPT, sinônimo e *necessidade* de progresso para Torres conforme aqueles *notáveis da sociedade porto-alegrense* continuava a *inventar* a praia balnear, escrevendo outro capítulo da História de Torres.



Figura 24 – Torres década de 1950 – destacando-se a *admirável iniciativa*: O Edifício da Sociedade Amigos da Praia de Torres. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

<sup>159</sup> Ibid.

#### 4.4. Ampliando a área de lazer e sociabilidade

No período compreendido entre 1910 e 1950 é mister, destacar que não existia apenas o Balneário Picoral como hotel. Através de registros fotográficos, cedidos pela Casa de Cultura de Torres observamos outros locais, que nessa mesma época também serviram de palco para o lazer e a sociabilidade dos veranistas.



Figura 25 – Rua Carlos Flores, depois José Antônio Picoral. 1913. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Na figura 25 temos uma fotografia da rua Carlos Flores, onde aparece também a Praia Grande. Em primeiro plano a esquerda, observamos uma construção com a identificação “Pensão Freitas”, provavelmente pertencente a família Freitas de Torres, responsável pelo cartório de Torres (que permanece sob a responsabilidade da família até hoje), e de onde era oriundo o Intendente á época, Coronel João Pacheco de Freitas, líder político local do PRR, que entre 1901 e 1925 ocupou por quatro vezes o cargo de intendente permanecendo aproximadamente dezoito anos no poder, período paralelo à permanência de Borges de Medeiros como presidente do



estado. Segundo Ruschel, João Pacheco de Freitas foi nomeado Coronel Comandante da 27ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional com o consentimento de Borges de Medeiros, e este ainda foi padrinho de um dos filhos de seus filhos.<sup>160</sup>



Figura 26 – Pharol Hotel, Rua Carlos Flores, 1929. Cartão postal em comemoração aos 50 anos. Acervo da Casa de Cultura de Torres .

Na figura 26 temos a primeira construção do Pharol Hotel, de 1929. Tinha como proprietário Gabriel Athanasio e se localizava quase defronte ao Balneário Picoral, na mesma rua Carlos Flores.

Em requerimento de 1930, do proprietário do Pharol Hotel, temos uma idéia de comparação entre este estabelecimento e o Hotel do Balneário Picoral.

27 de Agosto de 1930. Gabriel Athanasio, proprietário do “Pharol Hotel”, nesta Vila, tendo ao pagar o imposto verificado achou-se o mesmo lançado como de 2ª ordem. Pondera a Vª Sª que o Hotel Picoral, Balneário com movimento sem comparação doze vezes mais que o seu paga como 1ª classe, 4000,00.<sup>161</sup>

Assim como o balneário Picoral, o Pharol Hotel fazia anúncios de propaganda em jornais da capital – Porto Alegre – como este do Correio do Povo:

<sup>160</sup> RUSCHEL, op. cit., 2004, p. 219-222.

<sup>161</sup> Livro da Porta (Protocolo de Requerimentos). Intendência da Vila de Torres. 1930. Casa de Cultura.



Figura 27 – Anúncio do Pharol Hotel. Correio do Povo. 1936. Acervo particular do autor.

Alem da sede (figura 26), na década de 1940 o Pharol Hotel contava com um prédio anexo, pois o fluxo de veranistas aumentava bem como a exigência da *distinta* clientela.



Figura 28 – Anexo do Pharol Hotel, rua Carlos Flores, 1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.





Figura 29 – Hotel Sartori, rua Carlos Flores 1930-1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Na figura 29 temos o Hotel Sartori. O único documento que temos sobre o mesmo anota que o proprietário era Guerino Sartori e faz referência a pagamento de impostos referentes aos anos de 1923 e 1924. Segue o documento:

27-02-1925. Deu entrada hoje nesta secretaria o requerimento do sr. Guerino Sartori, em que pede dispensa dos juros e multas a que incorreu por falta de pagamento dos impostos da décima urbana e hotel nos anos 1923 e 1924, justificando motivo dessa falta.<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> Livro da Porta (Protocolo de Requerimentos). Intendência da Vila de Torres. 1925. Casa de Cultura.



Figura 30 – Cruzeiro Hotel, Carlos Flores 1930-1940. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Na fotografia da figura 30, já em fins da década de 1930 para início de 1940, observamos a identificação do Cruzeiro Hotel, sobre o qual não temos maiores subsídios.

Observamos, porém que todos esses hotéis, inclusive o Balneário Picoral, se localizavam na *rua de cima* (como chamavam os moradores), ou seja, na rua Carlos Flores, depois José A. Picoral, como se observa nas imagens. Essa rua, principalmente na esquina com a 15 de Novembro, onde se localizava a sede do Balneário Picoral, era o local de concentração e movimentação dos veranistas em Torres na primeira metade do século XX, que é o recorte temporal que o presente estudo abrangeu. Dessa forma, a vida balnear e o conseqüente desenvolvimento urbano se deram inicialmente (como observamos nas imagens) na parte alta da Vila, a mais valorizada. Com o esgotamento espacial dessa área, e com o contínuo alargamento urbano, a cidade tenderia a crescer em direção às partes baixas, alagadiças, ou seja, à área

insalubre dos arredores, o que caracterizou um outro momento da urbanização de Torres, aí muito descontrolada<sup>163</sup> e apagando um pouco do seu passado.

Embora a existência dos hotéis e das sociabilidades que se desenvolviam em Torres (almoços, jantares e bailes), a SAPT canalizou para os seus salões a vida social da cidade a partir dos anos 1950.

---

<sup>163</sup> Sobre esse assunto cf. GRACIANO, Carini Tassinari. **A Torres de concreto: da expansão turístico-urbana dos anos 70 à crise dos anos 90, um estudo sobre o processo de urbanização em Torres/RS**. Dissertação [Mestrado] Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS. 2004, digitalizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi no início do século XX, no contexto da modernidade brasileira que se deu a *invenção* da praia de Torres pela elite porto-alegrense e rio-grandense. Verificar como se implantou esse processo e como ele se desdobrou até a constituição e afirmação da Sociedade dos Amigos da Praia de Torres (SAPT) foi nosso objetivo nesse trabalho.

Neste processo consideramos importante destacar que São Domingos das Torres (assim era chamada a localidade inicialmente) era uma das mais antigas localidades do litoral do Rio Grande do Sul. Populações de origem luso-açoriana aí se instalaram ainda no século XVIII e seu território foi cruzado por diferentes viajantes desde o início do século XIX, que a descreveram destacando principalmente a sua natureza e a sua formação étnica. No interior da localidade instalaram-se nessa mesma época imigrantes alemães das primeiras levas – formando os distritos de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas. Nas outras localidades predominou a população de origem lusa.

Em meados do século XIX a emergência da praia e dos locais de águas termais na Europa, com uma nova proposta de modernidade e modernização ganharam destaque aliados ao desenvolvimento industrial e no desdobramento do capitalismo. Esta idéia chega ao Brasil no último quartel do século XIX. O período da primeira república, em busca da ordem e do progresso, providenciou um fluxo intenso de mudanças, atingindo todos os níveis da experiência social em especial nas cidades. Estimuladas, sobretudo, por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, já sublinhado, essas mudanças afetaram desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. Efetivamente, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo, intenso e rápido no processo de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e seus

reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo interado.<sup>164</sup>

Tais modificações se traduzem entre outros, em investimentos de lazer como a criação do Balneário Vila Sequeira ou Balneário Cassino na zona sul do Estado, inaugurado no ano de 1892, ou então com a criação do Balneário Picoral na década de 1910, que dará início efetivo à vida banhar da localidade de Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. A partir dessa data Torres se transformará *na mais bela praia gaúcha*.

A Vila de Torres era conhecida há mais de um século como porta de entrada para a Província do Rio Grande do Sul, e agora era *inventada* como praia. Essa *invenção* não podia ser fortuita, precisava de um contexto histórico que foi dado por aqueles que criaram o balneário e pelos veranistas que o freqüentaram a partir de 1914. A elite tinha agora durante o verão e o tempo das férias um conceito de vida onde se incluía um novo olhar sobre a natureza, novas sensibilidades, culto ao corpo, outras formas de lazer e sociabilidade.

Ao se apropriar da Vila de Torres, a elite porto-alegrense e rio-grandense levou para lá o seu modelo de *civilização*, suas modas e sua distinção, que foi aos poucos afetando a população local. Porém, a *invenção* de Torres, ou seja, a valorização cada vez maior da beira mar para banhos com orientação médica seguido da elevação da praia para o lazer e a sociabilidade e, posteriormente, a praia se transformando em sinônimo de distinção marginalizaram o interior da região. As atenções aumentavam cada vez mais para a orla marítima e seu entorno onde estavam hotéis, salões, cafés, jogos, enfim, tudo estava voltado para os veranistas, inclusive no inverno, pois o grande desenvolvimento urbano e a conseqüente manutenção de uma estrutura física cada vez maior envolviam os órgãos da Administração (Intendência/Prefeitura) o ano inteiro.

Aos habitantes do interior do município, no que diz respeito à subsistência econômica, restou o consolo de que continuavam esquecidos no interior, com a diferença que agora tinham consumidores próximos, mesmo que inicialmente apenas no verão, para vender sua cachaça, banana, lenha, flores, ou se empregar na construção civil ou no conseqüente serviço de manutenção (caseiros, seguranças, recepcionistas, faxineiras, babás, etc.).

O presente estudo chamou a atenção ainda às sensações provocadas pelo contato com o espaço da praia e com a natureza marítima. Dessa forma falou de impressões, emoções,

---

<sup>164</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.p. 7-8.

gestualidade, sociabilidade. Falou também de sentimentos e desejos. Da praia como espaço de desejo de ruptura com os padrões rotineiros de funcionamento da vida e de distinção, e da aspiração ao prazer demonstrado pela elite porto-alegrense e rio-grandense no período enfocado. Um aspecto importante do desejo de freqüentar a praia para essa elite foi a sociabilidade nela inserida ou, pelo menos, a possibilidade de encontro entre seus pares.

O papel de mediação atribuído à praia, enquanto fronteira imperceptível e ambivalente entre o “físico” e o “social”, combinado com a fugacidade do seu consumo (consumo sazonal) e com as práticas que lhe estão associadas, de caráter hedonista (praia como satisfação dos desejos e prazeres do corpo, sejam eles físicos ou sensoriais), conferiu à mesma o caráter de espaço público da aproximação de iguais e/ou estranhos e de intercâmbios sociais de fácil realização, mas de duração efêmera.

Finalmente, para que a sociabilidade fosse plenamente alcançada e desenvolvida em Torres encontramos no ano de 1936 os idealizadores de uma nova sociedade recreativa cujo objetivo era assegurar um espaço de distinção para os seus associados a partir desta data. Falamos nos componentes da Sociedade dos Amigos da Praia de Torres (SAPT), e deste novo lugar que desde então passou a congrega a elite porto-alegrense e rio-grandense a beira mar.

**ACERVOS E LOCAIS DE PESQUISA:**

Acervo da Casa de Cultura de Torres.

Acervo do Museu Três Torres – Sociedade dos Amigos da Praia de Torres – SAPT – Torres

Acervo do Correio do Povo. Porto Alegre/RS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs. Porto Alegre/RS.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APRS. Porto Alegre/RS.

Arquivos da Câmara de Vereadores de Torres.

Arquivos da Prefeitura Municipal de Torres.

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –PUCRS. Porto Alegre/RS.

Biblioteca da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Torres/RS.

Biblioteca da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo/RS.

Biblioteca Pública (Municipal) de Torres.

Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa. Setor Imprensa. Porto Alegre/RS.

## FONTES DE PESQUISA

### A) Fontes bibliográficas

**ALMANAQUE DAS TORRES.** Torres: Gazeta, 2000. v. I.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

ARIÈS, Phillipe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada vol. 3. Da Renascença ao Século das Luzes.** São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 16.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi** (Ed. Portuguesa), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. vol. 5. p. 296- 332.

BAECHLER, Jean. **Grupos e Sociabilidade.** In: BOUDON, Raymond (Org.)- *Tratado de Sociologia.* (Tradução de Teresa Curvelo). Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 65-106

BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan, org. **Raízes de Torres.** Porto Alegre: EST, 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3ªed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Lisboa: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção – Crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução Francesa da Historiografia.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D’AZEVEDO, Martha Geralda Alves. **Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933.** Porto Alegre: Já Editores, 2005.

CAVALHEIRO, Vera Lia Fortini. A SAPT no desenvolvimento sócio-cultural de Torres. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan, org. **Raízes de Torres.** Porto Alegre: EST, 1996.

CHAIEB, José; DINIZ, Pery Pinto; MIRANDA, Jorge Babot. **Memórias da SAPT: 1936-1996.** Porto Alegre: SAPT, 1996.



CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados, 11 (5), São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 16, 1995.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Bastidores. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_.(Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

\_\_\_\_\_. Do lazer culto à classe do lazer. In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

\_\_\_\_\_. A fadiga, o repouso e a conquista do tempo. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

\_\_\_\_\_. Balbúcios de um tempo pessoal. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

\_\_\_\_\_. **O prazer do historiador**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 11-31 - 2005.

COUTO E SILVA, Morescy (Major). **Rio Grande do Sul – Imagem da Terra Gaúcha**. Porto Alegre: Editora Cosmos, 1942.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As Armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. In: **Cadernos de Estudos do PPGH em História**. Volume 13. Porto Alegre: UFRGS, 1995. Pp. 19-29.

ELY, Nilza Huyer (Org.). **Terra de Areia, marcas do tempo**. Porto Alegre: EST, 2000.

\_\_\_\_\_.(Org.). **Torres marcas do tempo: II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS**. Porto Alegre: EST, 2003.

\_\_\_\_\_.(Org.). **Três Cachoeiras marcas do tempo: II Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS**. Porto Alegre: EST, 2004.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Arroio do Sal – Marcas do Tempo**. Porto Alegre: EST, 2007.

FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FESTUGATO, Eduardo. **Torres de Antigamente**. Crônicas e memórias. Caxias do Sul: Gráfica da UCS, 1994.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. O cotidiano de Torres no final do século XIX. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan (Orgs.). **Raízes de Torres**. Porto Alegre: EST, 1996.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; LEHMKUHL, Luciene; COLAÇO, Vera (Orgs.) **A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V.6, n.11, 1993. p. 62-77.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. 2ªed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico**. Objetiva, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JERÓNIMO, Rita. Banhistas e banheiros: reconfiguração identitária na praia da Ericeira. **Etnográfica**, Vol. VII (1), 2003, pp. 159-169.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: Edusc, 2002.

LAYTANO, Dante de. **Torres: resumo de sua história de terra e mar**. Torres: Prefeitura Municipal, 1978.

\_\_\_\_\_. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor/Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. O natural e o construído: a estação balneária de Araxá nos anos 1920-1940. **Revista brasileira de História.** São Paulo, v. 26, nº 51, p. 227-250, 2006.

LOGOS. **Revista de Divulgação Científica.** Canoas, n.1, ano 11, maio 1999.(Especial de História e Política).

MACHADO, Helena Cristina Ferreira. **A construção social da praia.** Instituto Camões e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro: Guimarães, Portugal, 1996.

MAIA, Rousiley C. M. **Sociabilidade: apenas um conceito?** *Geraes - Estudos em Comunicação e Sociabilidade.* Belo Horizonte, Departamento de Comunicação Social -FAFICH/UFMG, n. 53, 2002. p. 4-15.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: uma história se amor e ódio.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MARRAS, Stelio. **A propósito das águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial** São Paulo: Cia das Letras, 1991.

MELO, Victor Andrade de. Mar e Remo no Rio de Janeiro do Século XIX. In. **Estudos Históricos,** 1998.

MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. **História Unisinos,** n. 8, v.7, p. 11-55. Jul.- Dez., 2003.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade:** a construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MOREL, Marco. **Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX.** *Estudos Históricos.* Sociabilidades. Rio de Janeiro. N. 28, 2001.

MURI, Guido. **Rememorações de Torres. As vivências de uma comunidade.** Porto Alegre: Palotti, 1996.

\_\_\_\_\_. **Rememorações de Conceição do Arroio.** v.2. Porto Alegre: Palotti, 1989.

ORNELAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (Org.). **As muitas faces da história. Nove entrevistas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PERROT, Michelle (Org.). **História da Vida Privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

**PERSONAGENS DA HISTÓRIA DE TORRES**. Torres: Gazeta, 2003. v.II.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 5ªed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O sistema político imperial e a colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: **Anais do III Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia São. Lourenço de Brindes, 1978.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política imigratória do Brasil Império. In: ELY, Nilza Huyer. (Org.). **Arroio do Sal – Marcas do Tempo**. Porto Alegre: EST, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos (Memória)**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.5, n. 10, p. 1992.

PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUINTELA, Maria Manoel. Banhos que curam: práticas termais em Portugal e no Brasil. **Etnográfica**, Vol. VII (1), 2003, pp. 171-185.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Dunas e vegetação arbustiva no Litoral Norte/RS cedem lugar a aprazível espaço de lazer ou a invenção da praia. In: ELY, Nilza Huyer. **Arroio do Sal – Marcas do Tempo**. Porto Alegre: EST, 2007.

RAUCH, André. As férias e a natureza revisitada (1830-1939). In: CORBIN, Alain (Org.). **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Teorema, 2001.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul. A região platina colonial.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998.

REVEL, Jaques. **A Invenção da Sociedade.** Lisboa: Difel, 1989.

REZENDE, Claudia Barcellos. **Os limites da Sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão.** *Estudos Históricos.* Sociabilidades. Rio de Janeiro. N. 28, 2001.

ROQUETTE-PINTO, E. **Relatório da Excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 1960.

RUSCHEL, Ruy Ruben; RUSCHEL, Dalila P. **São Domingos das Torres.** Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1984.

\_\_\_\_\_. **Os fortes de Torres.** Porto Alegre: EST, 1999.

\_\_\_\_\_. **Torres – Origens.** 3ªed. Torres: Ed. Gazeta, 2003.

\_\_\_\_\_. **Torres tem história.** Nilza Huyer Ely (Org.). Porto Alegre: EST Edições, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

SCHWARCZ, Lilia K. M. **O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2003 (Coleção o Brasil visto por estrangeiros).

SELAU, José K. **Colônia de São Pedro: um pouco da sua história.** Torres: Evangraf, 1995.

\_\_\_\_\_. **Imigração alemã em Torres. Por quê?** Torres: Gazeta de Torres, 1999.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.

\_\_\_\_\_.Introdução: O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. v. 3.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade - um exemplo de sociologia pura ou forma.** In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel.* São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 34). p. 165-81.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA (24º). **História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo, 2007.

SOARES, Leda Saraiva. **A saga das praias gaúchas: de Quintão a Torres**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Cristina Rodrigues de. **Política portuária na República Velha: o Porto de Torres**. (Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em História). São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

SILVA, Marina Raymundo da. **Navegação Lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: D. C. Luzzato Ed., 1985.

THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Organizadores: Antonio Luigi negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VENTURELA, Roberto. **A História do Farol de Torres**. Porto Alegre: AGE, 2006.

VERÍSSIMO, Érico. Um romancista apresenta sua terra. In: **Rio Grande do Sul - Terra e Povo**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928**. Santa Maria: Ed. Da UFSM; Bauru: Edusc, 1999.

## **B) Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos**

BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento – 1803-1889**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, Porto Alegre, 1979.

CARDOSO, Eduardo Mattos. **O Folclore Açoriano em Três Cachoeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2003, digitalizada.

\_\_\_\_\_. O processo de transformação sócio-cultural do Litoral Norte: 1910-1960. As possibilidades históricas de investigação a partir de algumas perspectivas teóricas. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). **IV Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS - Arroio do Sal Marcas do Tempo**. Porto Alegre: EST, 2006.

\_\_\_\_\_. O Turismo como forma de inserção do descendente de imigrante na vida política de Torres: 1910-1930. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). **V Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS – Dom Pedro de Alcântara Marcas do Tempo**. 2007.

ENKE, Rebecca. **Balneário Cassino: a invenção de um novo lazer**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo, 2005.

GRACIANO, Carini Tassinari. **A Torres de concreto: da expansão turístico-urbana dos anos 70 à crise dos anos 90, um estudo sobre o processo de urbanização em Torres/RS**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Porto Alegre, 2004.

LUNCKES, Marisete Cristina Soares. **Um velho projeto com novos rostos: uma colônia alemã para a ponta das torres**. São Leopoldo, 1999. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo, 1999.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul-1882/1885**. Dissertação (Mestrado). PPG de História da UFRGS. Porto Alegre, 1990.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaços de representação das elites alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo, 1858 – 1930**. Tese (Doutorado). PPG de História da UFRGS. Porto Alegre, 2000.

WITT, Marcos Antônio. **Política no litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840/1889**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História – UNISINOS. São Leopoldo, 2001.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS. Porto Alegre 2008.

### **C) Documentos e outras fontes**

Livro da Porta (Protocolo de Requerimentos). Intendência da Vila de Torres. 18 de fevereiro de 1918 a 20 de março de 1922. Casa de Cultura.

Livro da Porta (Protocolo de Requerimentos). Intendência da Vila de Torres. 1925. Casa de Cultura.

Livro da Porta (Protocolo de Requerimentos). Intendência da Vila de Torres. 1930. Casa de Cultura.

Código de Posturas Municipais de Torres de 1921 (Lei nº. 3). Casa de cultura.

AHRS. Correspondência Expedida. Conselho Municipal. Lata 197 - Maço 367 – Torres - 1913-1922.

ALVES, Protasio A. Documentos relativos à questão de limites com o Estado de Santa Catarina, acompanhados da exposição do Dr. Secretário de Negócios do Interior e Exterior. Relatório reeditado pela Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fascículo 2, 1921, p. 1-74.

ROQUETTE-PINTO, E. Relatório da Excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003 (Coleção o Brasil visto por estrangeiros).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

#### **D) Periódicos**

BANHO DE NOSTALGIA. Para lembrar ou conhecer, o que foi quente em outros verões. **Donna. Zero Hora.** Porto Alegre, 14 de janeiro de 2007.

CALDAS, Ruth (*Charmaine*). A Mais Bela. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 1972.

Cidreira, Tramandahi e Torres. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 31 de dezembro de 1931.

**CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 1º de janeiro de 1918.

**CORREIO DO POVO.** Porto Alegre, 11 de novembro de 1918.

COSTA, Renato. A admirável iniciativa da “Sociedade dos Amigos da Praia de Torres”. Porto Alegre: **Correio do Povo**, 04 de fevereiro de 1951

CRÔNICAS de Ruy Ruben Ruschel, publicadas entre 1985 e 1999, nos periódicos **A Gazeta, Jornal de Torres, O Cataúcho e a revista Torres News** reunidas e publicadas por Nilza Huyer Ely. RUSCHEL, Ruy Ruben. Torres tem história. Nilza Huyer Ely (Org.). Porto Alegre: EST Edições, 2004.

FORTINI, Archymedes. **Correio do Povo.** Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1962.

RIGON, Roni. A secular aventura caxiense em busca do mar. **Zero Hora.** Porto Alegre, 18 de novembro de 2007.



SALDANHA, Sinval. Reminiscências de Torres. **Folha da Tarde**. 10 de outubro de 1966.

ZAVASCHI, Olyr. Almanaque Gaúcho. **Zero Hora**. Porto Alegre, 22 de dezembro de 2000.

#### **E) Revistas**

REVISTA A GAIVOTA. Ano XI – N°. 11. Revista literária e ilustrada das praias balneárias. Direção de João M. Castello. Temporada de 1939.

REVISTA COMEMORATIVA AOS 70 ANOS DA SAPT. Torres. Fevereiro de 2006. Ano I – N°. 01.

#### **F) Sítios Consultados**

[www.clictorres.com.br](http://www.clictorres.com.br)

[www.torres.com.br](http://www.torres.com.br)

[www.ulbratorres.com.br](http://www.ulbratorres.com.br)

[www.sapt.com.br](http://www.sapt.com.br)

**ANEXOS**

ANEXO 01 – Livro caixa da Intendência da Vila de Torres, de 1933 a 1937. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

24  
*José A. Picoraf*

1933		Debito	Credito
Fevereiro	18	Fatura nº 2.089, fornecimento de luz, de Janeiro	600000
	20	Aluguel de imovelada e serviços de terra	36600
	20	Pagamento de fatura nº 2.088	600000
	20	Reten. da nota acima	36600
Março	10	Fatura nº 2.112, fornecimento de luz de Fevereiro	600000
	10	Nota de diversos objetos a 28 de Fevereiro	42000
Abril	10	Nota de aluguel de imovelada	16000
	10	Fatura nº 2.145, fornecimento de luz de Março	600000
Maio	10	Nota de diversos obj. to.	16200
	10	Fatura nº 2.173 fornecimento de luz de Abril	600000
Junho	10	Fatura nº 2.192, fornecimento de luz de Maio	600000
Julho	7	Fatura nº 2.194, fornecimento de luz de Junho	600000
	20	Nota de serviços de terra e alfafa	58500
	20	Pago de luz de Fevereiro a Maio	2400000
	20	" " diversos centos	188700
Agosto	8	Conta que entregou	671800
	20	Pagamento feito anteriormente	20000
	20	Reten. por conta de luz	200000
Setembro	10	Conta entregue hoje	632900
Outubro	5	" " " "	600000
Novembro	7	" " " "	318500
		<b>3385300</b>	<b>5915000</b>

20  
3  
2008

ANEXO 02 – Livro caixa da Intendência da Vila de Torres, de 1933 a 1937. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

43

José A. Picoraf

1935

	Debito	Credito
Transporte de fl. 26 do ano findo		2575900
Fev 8 Fornecedor de luz, de Janeiro		600000
20 129 <sup>to</sup> por saldo do ano findo (doc. n. 16)	2575900	
" " Valem de luz, de Janeiro (doc. n. 16)	600000	
Março 14 Fornecedor de luz, de fevereiro		600000
" " 14 Pagto p/c. da luz de Fevereiro, doc. n. 35	492100	
Abril 5 Fornecedor de luz, de março		600000
" " " " " " " " " "		600000
Pagto p/c. de fornecedor de luz (doc. n. 110)	102600	
Mai 30 Pagto p/c. de fornecedor de luz (doc. n. 123)	102600	
Junho 27 Pagto p/c. de fornecedor de luz, de maio p/c. de Maio (doc. n. 177)	1045800	
Julho 31 Fornecedor de luz, de junho a presentada Luz		600000
" " Fornecedor de material p/c. a o. Billas Publicas		111800
" " Fornecedor de luz, de junho		600000
Agosto 27 Pagto p/c. da luz de Maio (doc. n. 176)	560000	
Set. 30 Fornecedor de luz, de julho, Agosto, Set., Outubro e Novembro		3.000000
" " Pagto p/c. da luz de julho, de agosto, de setembro e outubro (doc. n. 221)	2043400	
Out. 19 Pagto p/c. da luz de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro findo (doc. n. 242)	1500000	
31 Pagto p/c. da luz de Novembro (doc. n. 276)	244500	
31 Fornecedor de luz, de dezembro		570000
" " Fornecedor de luz, de dezembro		570000
Pagto p/c.	8776700	9787700

20 3 2008



ANEXO 03 – Livro caixa da Intendência da Vila de Torres, de 1933 a 1937. Acervo da Casa de Cultura de Torres.

57

José A. S. Soares

	Debito	Credito
1937		
Jan. 31	1.000,00	
Jan. 31		800,00
Jan. 31	800,00	
Jan. 31		800,00
Jan. 31	224,50	
Jan. 31		800,00
Jan. 31	675,50	
Jan. 31		800,00
Jan. 12	155,70	
Jan. 17	172,10	
Jan. 20	141,90	
Jan. 31		800,00
Jan. 31	1.978,40	
Jan. 31		800,00
Jan. 17	155,00	
Jan. 31		800,00
Jan. 31		800,00
Jan. 31		227,00
Jan. 22	45,00	
Jan. 31	800,00	
Jan. 31	42,80	
Jan. 31	705,00	
Jan. 31		1.800,00
Jan. 31	2.807,00	
Jan. 31	8.457,00	8.457,00
Jan. 2		2507,00

20  
3  
2008





ANEXO 05 – Cidreira, Tramandahi e Torres Correio do Povo, 31 de dezembro de 1931.

...o novo empreendimento...  
...o novo empreendimento...  
...o novo empreendimento...

**CIDREIRA**  
Comunidade a ser...  
...a ser...  
...a ser...

Um aspecto dos edifícios da Indústria de Fumo

O aspecto geral da região da Indústria de Fumo

Um aspecto da Cidreira

**Pequenos factos policiaes**

A's 10 e 11 horas de trabalho foram detidos, pelas guardas civis de ra. 433 e 433 respectivamente, os indivíduos Pedro e João. Em seguida foram detidos Diomedes Mattal, vulgo "Virvels".

A's 14 horas de trabalho, a sua Varigão José Ignácio, de taxa detida e representada a 1ª delegacia distrital, pelas guardas civis de ra. 51 e 107, por se terem apresentado em falta de trabalho, os indivíduos Ciriano de Gonalves da Oliveira e Alberto Leite de Castro.

Um poder de apuração foi expedido em punição.

**Guarda Civil**

O escudo Mineiro...  
...o escudo Mineiro...  
...o escudo Mineiro...

**TORRES**  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...

...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...

**TORRES**  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...

**AVIAÇÃO - IGORANDUA**  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...

**USAR A LAMINA**

**PROBAK**

uma vez é adoptada para sempre

**SANATORIO HUGO WERNECK, EM BELLO HORIZONTE**  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...  
...o aspecto geral da região da Indústria de Fumo...

ANEXO 06 – Vice-presidente do Estado, Protásio Alves, bem ao centro entre familiares e amigos em Torres. 1920. CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. Protasio Alves e o seu tempo: 1859-1933. Porto Alegre: Já Editores, 2005.





ANEXO 07 – Relato completo de Dalila Ruschel sobre a viagem para Torres em 1913. In: RUSCHEL, Ruy Ruben; RUSCHEL, Dalila. São Domingos das Torres. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984, p. 85-90.

Foi em janeiro de 1913. Lembro-me bem, ainda. Foi dia de muita lufa-lufa. Mas à noite estávamos prontos para fazer a grande viagem que mamãe tinha medo de empreender, mas nós, crianças, estávamos aflitos e ansiosos por fazer. Iríamos em nosso carro grande de quatro rodas. Papai calculava uns quatro ou cinco dias de viagem. O carro seria puxado por dois cavalos bons. Para não fazer muito peso levaríamos só o necessário de roupas e comidas. A nossa bagagem — um grande e pesado baú, vários sacos, latas e caixas — já havia seguido há mais de 10 dias numa carreta de bois. À tarde, nossa preta Maria estava preparando galinhas e farofa, assando lingüiça, carne, cozinhando ovos. Da cozinha vinha um cheirinho bom de assados que se espalhava pela casa toda, deixando a gente ainda mais ansiosa pela grande viagem. Antes da noite tudo estava pronto. Na varanda, em cima da mesa comprida, estavam uma porção de saquinhos brancos com toda espécie de comestíveis. Três horas da madrugada. Tomamos o café ainda meio sonolentos. Enquanto o nosso preto Manoel atrelava os animais no carro, papai chamou-nos todos para o quarto, diante do oratório. Ora mos, pedindo a ajuda de Deus para a viagem — Agora vamos com Deus — disse o meu pai.

A noite era fresca e a lua clareava as ruas. Ajeitamo-nos no carro onde cada um já tinha o seu lugar. Papai e o Manoel iam na frente e nos dois banquinhos de trás ia mamãe, com nós quatro. Quando chegamos no passo da Areia, ainda no arrabalde da cidade, já eram tantos os solavancos que às vezes pulávamos até o toldo do carro. A cada momento gritava o Manoel ou o meu pai: se-gurem-se bem! E lá vinha outro solavanco, daqueles brabos. As vezes soltávamos gritos. Meu pai, todo assustado, se virava a ver se alguém tinha ficado pela estrada. Quando o sol já ia alto e nós a reclamar fome, papai resolveu fazer um descanso à sombra de algum arvoredor. Foi uma alegria geral. Até os cavalos pareciam satisfeitos. Mal o Manoel os desatrelou atiraram-se no chão e rolaram na grama. Papai tinha feito um fogo com os gravetos que íamos procurando e a chaleira com água foi dependurada numa vara sobre duas forquilhas. Mamãe preparou um gostoso café com leite condensado. Manoel e papai preferiram o chimarrão. Cornemos junto uma boa parte da galinha com farofa. Os cavalos beberam água e pastaram bastante. Uma hora depois já estávamos de novo a caminho. Naquela tarde, poucas e ligeiras paradas fizemos. Papai tencionava chegar em Santo Antônio da Patrulha ainda àquele dia, a primeira pousada da viagem para Torres. E já era noite adiantada quando subimos a lomba comprida de Santo Antônio.

No segundo dia chegamos à tardinha em Conceição do Arroio (hoje Osório). Dissera meu pai que havíamos passado o melhor trecho, que o pior viria agora. Mamãe estava arrependida de ter acedido a este capricho de papai, mas ele dizia: deixem estar, vocês vendo as belezas de Torres não de esquecer todas as trabalhadoras que passamos.

Deixamos Conceição do Arroio cedo. Este terceiro dia de viagem despertou feio, triste, cinzento. Por longo tempo atravessamos uma várzea, sempre escolhendo os melhores caminhos. Passamos de longe por uma casa branca com muitas janelas. Meu pai, com o cabo do relho apontou para a casa e disse: olhem, meus filhos, ali morava o grande general Osório, o herói gaúcho!

Havia chovido muito por aqueles lados. Passávamos seguidamente por trechos grandes de água. As vezes era tanta que parecíamos estar diante de uma lagoa. Meu pai parava indeciso, não sabendo que direção tomar. O Manoel desembarcava, enrolava as calças até acima dos joelhos e lá se metia ele na água para examinar a profundidade. — Mais para a direita, mais para a esquerda, seu José — gritava ele, e o nosso carro ia devagarinho atrás. Finalmente, depois de

horas neste campo alagado, avistamos caminho mais seco. Fizemos parada para o almoço num lindo mato. Manoel desatrelou os animais do carro e saiu a buscar lenha para fazer um bom fogo. Quando voltou, trouxe enorme cobra que ele havia matado. Trouxe-a junto com a lenha e nos pegou um grande susto que nos fez depressa calçar os sapatos. Pelo caminho tirávamos sempre os calçados, dependurando-os no toldo. Nosso carro já parecia bem um carro de ciganos. Eram sacos com comestíveis, chaleira, panela, sapatos, chapéus, casacos, bananas, tudo dependurado no toldo.

Quando nos pusemos de novo a caminho, chegamos em pouco tempo ao Passo da Lagoa, de que papai já nos tinha falado. Grande parte da lagoa estava coberta por aguapés e flores muito cheirosas. A barca com dois homens estava do nosso lado e logo vieram nos ajudar a embarcar. Como era pequena não podíamos passar com tudo de uma vez. Na primeira travessia passou o Manoel com a nossa bagagem e os cavalos e na outra foi o carro com nós sentados no chão. Chegamos na outra margem, os animais já tinham descansado e pastado. Esperamos que Manoel os atrelasse no carro, enquanto papai dava uma prosinha com os barqueiros e lhes pagava. Tomamos nossos lugares e, gritando um “até a volta”, fomos novamente aos solavancos campo afora.

Até a noite não encontramos casa que nos pudesse ceder pouso. De quando em quando passávamos por algum casebre tão pobrezinho, tão miserável, que era impossível pedir pousada. Papai teve receio de ir adiante, nesses caminhos ruins e até perigosos, e resolveu passar a noite ali mesmo no campo. À luz das lanternas do carro fizemos uma frugal refeição e depois tratamos de arranjar nossas camas. Estenderam os pelegos e as esteiras que trazíamos para papai e Manoel debaixo do carro. Mamãe e nós crianças arranjamos nossas camas nos bancos e entre eles, no chão do carro. Os panos de lona foram descidos e cobrimo-nos com nossas capas. Os animais foram amarrados com cordas compridas em tocos fincados no chão, perto da água. Manoel os tratou com milho que trazíamos. Cansados como estávamos, talvez tivéssemos dormido até o clarear do dia, se não houvesse Manoel nos acordado com um grande berro — Um bicho me mordeu! gritou ele aflito, lá de baixo do carro. Logo lembramo-nos de cobra. Papai saltou assustado de pé, acendendo uma lanterna do carro. Nisso uma coisa escura com um grunhido saiu correndo. E quando a coisa passou pela luz, vimos que era um porquinho, bem gordo e lustroso — Ainda bem que foi um porco e não uma cobra — disse papai rindo. Manoel, esfregando o dedo grande do pé, ria e nós todos demos risada. O mano saltou do carro, quis ver de perto. O porquinho cheirou o dedão do Manoel de longe — disse ele.

O Manoel era um pretinho bom nunca se incomodava, replicou brincando: Andei todo o dia com os pés n'água, moleque, meus pés estão limpinhos.

— Bem — disse papai — já que o Manoel nos tirou do melhor do sono, e já safo 5h, vamos começar com a jornada. Foi examinada a caixinha dos comestíveis. Estava bastante minguada. Logo que foi dividido honestamente o resto do pão de milho, roscas e marmelada entre todos, ficou vazia nossa “despensa”. Com suspiros, caras sonolentas, ossos moídos e estômagos embrulhados de tantas sacudidas dos três dias, foi iniciado o quarto dia de viagem. Não demorou muito chegamos a uma vendinha. Eram os donos do porquinho fujão, que quase comeu o dedão do Manoel. Tiramos o pessoal da cama, mas custou muito a sair um café. Leite não havia, nem pão, só bolachas mofadas, bananas e rapaduras. Mamãe encheu nossas garrafas térmicas com água fervida e papai comprou o resto das bananas e das bolachas mofadas.

Quando deixamos a vendinha, começou a chover. Começou de mansinho, mas aos poucos foi engrossando. Os animais estavam impacientes, de quando em quando paravam. Manoel corria grande trecho ao lado do carro, gritando e puxando. Do seu poncho e do chapéu grande de feltro escorria a água. Não se via mais estrada, todo campo era um imenso lamaçal. Nervoso, papai

gritava com os animais e o Manoel. E nós, dentro do carro escuro, com os panos descidos, chorávamos e brigávamos quando um caía sobre o outro aos solavancos cada vez mais fortes. De vez em quando meu pai se virava e prometia uma boa sova em nós se não parássemos com a barulhada que o deixava mais nervoso ainda.

E as horas foram-se arrastando. Já nem fome a gente sentia. Tínhamos só um desejo: era chegar de uma vez ao fim desta viagem horrível. Quando de repente no meio desta agonia toda, meu pai gritou:

— Olhem, estamos chegando ao Porto Estácio! Estamos perto de Torres! — Nossa choradeira mudou em gritos de alegria. Erguemos os panos do carro e vímo-nos chegando a uma casa de negócios com um grande galpão ao lado. Um trapichezinho entrava alguns metros para dentro da lagoa de Itapeva. Mal o carro parou, saímos a correr para debaixo do galpão. Papai e Manoel foram à venda tomar uma caninha para se aquecerem e depois vieram com o dono da casa para o galpão, onde matearam, conversaram e acabamos quase com um cento de bananas. Uma chuva fininha ainda continuava. O dono da venda ofereceu-nos pousada. Papai, porém, não queria mais saber nada de pousadas, queria chegar de uma vez em Torres. Embarcamos no carro para o último trecho da viagem. Rumamos para a praia e chegamos ao morro de Itapeva. Os cavalos, assustados, não queriam subir. Saímos do carro com a mamãe e fizemos a travessia a pé, enquanto o Manoel puxava os animais e abaixo de gritos e pragas o carro alcançou a outra praia. Embarcamos com os pés sujos de lama e tremendo de frio debaixo de nossas capas. O vento sul soprava forte e assobiava por entre os panos do carro. O mar, que tínhamos imaginado tão lindo, dum azul da cor do céu, com espuma branca como neve, viemos a conhecer num dia chuvoso e ventoso. Até dava-nos medo aquele mar bravio, da cor de chumbo e espuma suja, cinzento. Vinham as ondas quase aos cômoros de areia. Os cavalos passavam chucros e assustados pela espuma suja, escura. Foi preciso acender as lanternas e nós aproveitamos a perguntar, talvez pela vigésima vez naquele dia — ainda é longe, pai?

Uma luz clareou por instantes a praia; meu pai exclamou contente: agora não é mais longe, meus filhos, é logo ali adiante. Acenderam a luz do farol de Torres.

Uma gritaria estalou entre nós. Espichamos os pescoços espiando por entre o papai e o Manoel, queríamos ver a luz do farol. E enquanto olhávamos encantados a luz lá do alto, iluminando o mar, a praia, os cômoros e os matos (a luz do farol antigo rodeava uma vez vermelha e outra branca) esquecíamos até os fortes solavancos. Costeamos a Torre Sul e deixamos a praia para atravessar um campo péssimo, cheio de buracos — Agora só falta costearmos a lagoa — disse papai. Os cavalos puxavam devagarinho na areia molhada. Papai procurava dirigir pelos trilhos das carretas de boi. Manoel corria ao lado do carro ajudando os animais a puxar. As vezes, o carro pendia tão de lado que abríamos um berreiro em conjunto. Era que os cômoros de areia vinham dar até perto da lagoa e quase não davam passagem. Mamãe receiava cairmos com o carro e tudo para dentro da lagoa e começou a rezar uma Ave-Maria atrás doutra. Nós, crianças, chorávamos de medo, papai gritando: — Avante Companheiro, Upa, Manchado! Mais para a direita, mais para a esquerda! E o Manoel, todo atarantado, já nem sabendo mais onde ficava o lado direito e o esquerdo, corria ao lado dos animais, berrando e praguejando. E foi assim que, finalmente, chegamos na rua Júlio de Castilhos, a única que então Torres possuía. Uma longa fila de casas baixas iluminadas por lampiões de querosene estava à nossa frente. Todos suspiramos aliviados. Manoel, respingado de lama dos pés á cabeça, com um grande sorriso subiu ao carro. Meu pai, todo feliz, sibilou com o chicote comprido no ar. Nosso carro entrou “todo gran-fino” na vila de São Domingos das Torres. Quase no fim da rua o carro estancou. Papai, com mãos trêmulas segurando as rédeas, o suor e a água da chuva escorrendo-lhe do rosto, virou-se para

nós. Com um suspiro de alívio falou, sorrindo para disfarçar sua comoção: Uf! Chegamos. Foi um bocado mau, mas graças a Deus, chegamos sãos e salvos.

Atônitos, olhamos para uma casinha baixa de porta e janela. Um lampiãozinho de querosene iluminava, em luz tremedeira, a casa e a calçada de pedras escuras e irregulares. Um de nós exclamou desiludido: Isto é Torres!? Papai deu uma risada feliz — amanhã, com um dia de sol, vocês vão ver o que é Torres.

Saltamos do carro, caindo com os pés no barro de um palmo de altura. Nada mais nos assustava. Finalmente deixamos o carro enjoado. Chegávamos em Torres, naquele recanto maravilhoso da terra gaúcha, que meu pai, em toda sua vida, tanto amou... Naquela noite não sonhara ele, não, que poucas dezenas de anos depois, Torres, então cidade, teria uma rua com o seu nome.